



crises e oportunidades

Uma agenda de mudanças estruturais

Textos de apoio

Crises and Opportunities

An agenda of structural changes

Supporting texts

São Paulo
2010



Instituto Paulo Freire

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Instituto Paulo Freire

Moacir Gadotti Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salette Valesan Camba Diretora de Relações Institucionais
Luana Vilutis Coordenadora de Relações Internacionais
Janaina Abreu Coordenadora Gráfico-Editorial
Lina Rosa Pesquisa e Preparação de Originais
Renato Pires Capa, Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-final
Brasilgrafia Impressão

Banco do Nordeste do Brasil

Roberto Smith Presidente
João Emílio Gazzana, José Sydrião de Alencar Júnior, Luiz Carlos Everton de Farias, Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa e Silva, Oswaldo Serrano de Oliveira e Paulo Sérgio Rebouças Ferraro Diretores

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (BNB-ETENE)

Airton Saboya Valente Júnior Gerente da Coordenadoria de Estudos de Indústria e Serviços
Biágio de Oliveira Mendes Júnior Técnico da Coordenadoria de Estudos de Indústria e Serviços

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Rua Cerro Corá, 550 | 1º A | sala 10
05061-100 | São Paulo | SP | Brasil
T: + 55 11 3021 5536
ipf@paulofreire.org
www.paulofreire.org

Banco do Nordeste do Brasil S/A Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5.700 | Bloco A2
Térreo | Passaré | 60743-902 | Fortaleza
CE | Brasil
www.bnb.gov.br

Sumário

Apresentação	05
Crises e oportunidades em tempos de mudança.....	07
Carlos Lopes, Ignacy Sachs e Ladislau Dowbor	
Crises and opportunities in changing times	22
Carlos Lopes, Ignacy Sachs and Ladislau Dowbor	
Crises convergentes: realidade, medo e esperança.....	37
Susan George	
Converging crises: reality, fear and hope.....	43
Susan George	
New fractures, old wounds: the renewal of South agency	48
Carlos Lopes	
Condemned to invent: challenges for the 2012 Earth Summit ...	56
Ignacy Sachs	
Os rumos do Brasil.....	61
Ladislau Dowbor	



Apresentação

O presente volume *Crises e Oportunidades: uma agenda de mudanças estruturais* faz parte de um esforço mais amplo de construção de uma agenda frente ao conjunto de crises que convergem e que ameaçam o planeta. Nada de catastrofismo: é bom senso. Já foi dito que pensar que se pode expandir indefinidamente o consumo num planeta de dimensões limitadas só pode ser pensado por um idiota, ou um economista. Somos sete bilhões de pessoas, e 75 milhões a mais a cada ano, todos querendo consumir mais, jogar o lixo produzido como se não tivesse custo ou impacto ambiental, poluindo os rios como se não precisássemos de água, esgotando os lençóis freáticos porque as técnicas modernas permitem, liquidando um petróleo não renovável sem pensar nas próximas gerações, praticando uma sobrepesca que rompe as cadeias alimentares dos oceanos, desmatando para exportar carne, esterilizando os solos. E estamos gerando uma alteração climática que ameaça a própria vida no planeta.

Estaríamos vivendo melhor com estes rumos? Os desequilíbrios sociais estão se demonstrando tão dramáticos como os ambientais. Já morreram 25 milhões de pessoas de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), e estamos discutindo o valor das patentes, porque a pirataria, evidentemente, não é ética. Deixamos morrer dez milhões de crianças por ano de causas ridículas, e aparentemente não é um problema ético, nada em todo caso que não seja resolvido com um pequeno programa corporativo de ajuda a uma favela ou a uma escola. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostra que com a crise financeira de 2008 o número de desnutridos do planeta subiu de novecentos mil para um milhão e vinte mil, em particular porque houve um deslocamento de aplicações especulativas de papéis financeiros para commodities. Nada disto, aparentemente, constitui uma situação de crise. Crise é quando os especuladores param de ganhar dinheiro, e para enfrentá-la todo o dinheiro necessário foi encontrado, dezenas de vezes do que seria necessário para enfrentar os dois dramas do planeta, o ambiental e o social.

O nó da crise, na realidade, está no fato que vivemos num planeta em grande parte desgovernado. Não se consegue orientar os recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de informação para o que realmente importa: a priorização das situações mais críticas de sofrimento no planeta, as situações simplesmente inaceitáveis; o enfrentamento sistemático das desigualdades de acesso à renda e aos processos produtivos; a redução em ritmo de mobilização planetária das emissões de gases de efeito estufa; a aplicação das tecnologias na generalização de processos limpos de produção; a contenção drástica do conjunto de desperdícios que permeiam todas as nossas cadeias de produção e de consumo; a redução do martelamento de idiotices publicitárias que incitam um consumismo sem sentido, e a promoção de uma sociedade informada sobre o que realmente podemos fazer no nosso planeta com os meios que temos. As tecnologias de informação e a conectividade planetária permitem este deslocamento em profundidade que podemos chamar, de forma ampla, da cultura do desenvolvimento.

Gente de bom senso está ajudando a construir uma nova agenda. A nossa participação, com o núcleo *Crises e Oportunidades*, busca além das crises as oportunidades que surgem. Nasceu de reuniões com Ignacy Sachs, o primeiro a propor este processo de construção colaborativa de ideias, seguiu com reuniões que incluíram Paul Singer, Tânia Bacelar, Eduardo Suplicy, Márcio Pochmann, Carlos Lopes e dezenas de outras pessoas que hoje figuram no blog www.criseoportunidade.wordpress.com e contribuem com textos, ideias, propostas.

O Banco do Nordeste encampou esta ideia, que transformamos em projeto, “*Crises e Oportunidades*”, e assegurou um financiamento básico para a sua expansão. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aderiu e deu sustento, o Instituto Paulo Freire (IPF) se encarregou da gestão e hoje podemos dizer que este barquinho cheio de ideias flutua, e está começando a navegar com um certo rumo, ainda que as águas sejam revoltas. Boa leitura.

Todos os textos deste documento estão disponíveis online no site www.criseoportunidade.wordpress.com, podendo ser livremente divulgados para fins não comerciais, no regime Creative Commons, sempre assegurando a citação da fonte e a manutenção da integridade dos textos.



Crises e oportunidades em tempos de mudança

Documento de referência para as atividades do núcleo Crises e Oportunidades no Fórum Social Mundial Temático/Bahia – Janeiro de 2010¹

Carlos Lopes, Ignacy Sachs, Ladislau Dowbor

Todos temos as nossas crises prediletas. São as crises dos valores, das pandemias, da demografia, da economia, da energia, da especulação financeira, da educação, da pasteurização cultural, de identidades, da banalização da vida, da miséria que explode no mundo, da falta de água que já atinge mais de um bilhão de pessoas. A questão não é mais a de escolher a crise que nos pareça mais ameaçadora. A verdadeira ameaça vem de uma convergência impressionante de tendências críticas, da sinergia de um conjunto de comportamentos até compreensíveis, mas profundamente irresponsáveis, e frequentemente criminosos, que assolam a nossa pequena espaçonave.

Nas últimas décadas fechamos o horizonte estatístico do planeta. Com todas as variações possíveis nos detalhes, no conjunto, hoje sabemos o que está acontecendo. E a imagem que emerge é simplesmente trágica. Inicialmente foi vista em fragmentos. Na cidade Rio de Janeiro (Brasil), em 1992, ampliamos a nossa visão do que está acontecendo com o meio ambiente; em Viena (Áustria), com os direitos humanos; no Cairo (Egito), com o crescimento populacional; em Beijing (China), com o papel das mulheres; em Istanbul (Turquia), com a urbanização; em Copenhague (Dinamarca) de 1996, com a situação social do planeta, em Johannesburgo (África do Sul) em 2002 com o desenvolvimento sustentável, antes de vermos agora, de novo em Copenhague, a dimensão dos desafios climáticos. Hoje, mesmo sem grandes reuniões planetárias, nos damos conta, em relatórios que cobrem desde a extinção das espécies até a acidificação dos oceanos e o esgotamento de metais raros, que enfrentamos um desafio sistêmico, onde já não cabem simples arranjos nas formas como organizamos o que podemos chamar de maneira ampla de gestão da sociedade. Uma outra gestão é inevitável. Os desafios são simplesmente vitais, no sentido mais direto do termo.

Somos todos avessos a catastrofismos. Não queremos parecer bruxos que pintam um futuro negro. O Clube de Roma de certa maneira nos vacinou contra alertas que nos pareceram prematuros. Hoje estamos começando a avaliar de forma mais sensata o realismo destas previsões. Com os dados se cruzando de forma coerente, com a generalização e aperfeiçoamento dos modelos, com a própria acessibilidade online das mais variadas pesquisas científicas, permitindo a confrontação dos dados de inúmeros núcleos de pesquisa, o futuro deixou de ser uma vaga ameaça, um desenho inseguro. De certa forma, nas nossas consciências, o futuro chegou. Na forte expressão adotada como título do Fórum Social Mundial Temático, em Salvador, trata-se de uma crise civilizatória.

E nos preocupamos também em manter o realismo, senão nos nossos desejos que podem ser infinitos, pelo menos nas nossas propostas. Mas este realismo tem de ser qualificado. Na maioria dos casos, ao olhar o difícil que é obter o mínimo avanço de redução da poluição, ou alguma proteção para crianças em situação de risco, achamos que colocar os nossos objetivos muito altos alimenta bons sonhos, mas não assegura boas políticas. Hoje, com a dimensão das ameaças, a visão tende a se deslocar. Temos de colocar no nosso horizonte realista ações que assegurem a sobrevivência das espécies na terra e nos mares, a manutenção das condições de reprodução da nossa própria vida. Qual é o mínimo que assegura a sobrevivência? Um político pode se dar ao luxo de pensar de quanto vai reduzir as suas aspirações, para conseguir um voto favorável à sua proposta. Nós, como construtores de visões, temos de deixar claro sim qual é o mínimo necessário para evitar a catástrofe e assegurar uma vida digna e sustentável.

A nossa tarefa, neste sentido, é de definir horizontes mínimos de resultados sistêmicos que temos de obter, já não como sonho de um mundo possível, mas como exigência do que é necessário. E frente a estes resultados sistêmicos, irmos definindo estratégias, propostas, agendas.

Todos já estamos, sem dúvida, cansados de fazer isto. E cansados de ver as propostas rejeitadas ou adiadas, as análises serem diluídas em supostas dúvidas científicas, e o planeta embalado no marasmo tão bem qualificado de *business as usual*. O que nos está tirando do *business as usual*, o que transforma a crise em oportunidade é o fato que a crise atinge muita gente, e está se tornando de uma evidência mais palpável. Como humanidade, estamos reagindo de maneira realista: ou seja, estamos reagindo não quando a água estava nas canelas, mas quando começa a chegar ao pescoço.

¹ O conjunto de iniciativas do núcleo Crises e Oportunidades, inclusive o presente texto, pode ser acessado em www.criseoportunidade.wordpress.com.

O exercício que pretendemos no presente texto, ao apresentarmos argumentos para estimular a discussão e provocar propostas, é apontar os principais eixos de mudança, e as possíveis convergências de ação. Porque o que temos pela frente é um imenso esforço planetário de agregação de forças, de articulação em rede, de aprofundamento da compreensão dos desafios, de ampla comunicação, visando gerar uma massa crítica de conhecimento por parte dos mais variados atores sociais. O educador Paulo Freire (1921-1997) definia bem a nossa tarefa: somos os andarilhos do óbvio. Dizia isto com bom humor, pois o bom humor faz parte do processo.

Queremos parar de nos matar de trabalhar para construir coisas inúteis e destruir o planeta. Queremos priorizar radicalmente a melhoria da situação de um bilhão de pessoas que passam fome e de dez milhões de crianças que morrem anualmente de causas ridículas. Queremos a prosaica qualidade de vida, o prazer do cotidiano, em paz, para todos, e de forma sustentável.

O sistema hoje vigente produz muitos bilionários, mas não responde aos anseios de uma vida digna e sustentável para todos. Na realidade, agrava todos os problemas, e nos empurra para impasses cada vez mais catastróficos. Temos um deslocamento ético fundamental pela frente: parar de nos admirar com a fortuna dos afortunados, como se fossem símbolos de sucesso. A ética do sucesso deve estar centrada no que cada um de nós, individualmente ou em atividades institucionais, contribui para melhorar o planeta, e não no quanto consegue dele rrançar, ostentando fortunas e escondendo os custos².

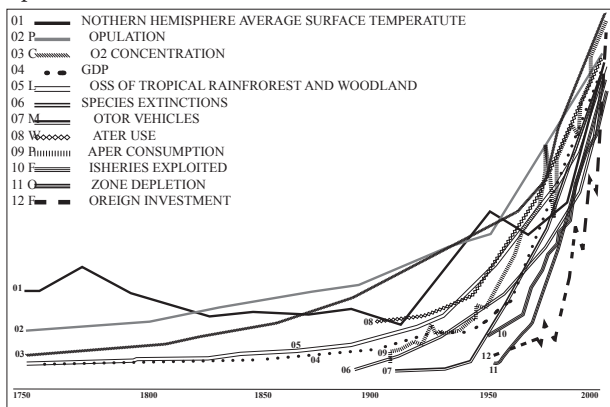
Aproveitamos aqui vários documentos, aportes dos mais variados pesquisadores, porque se trata essencialmente de sistematizar pontos-chave, de facilitar a convergência dos nossos esforços. Apoiamo-nos em particular nos aportes da ampla conferência sobre a crise e o desenvolvimento de Brasília (Brasil), em março de 2009, buscando construir sobre o já adquirido.

I – A DIMENSÃO DOS DESAFIOS

Focaremos aqui o que nos parecem ser os quatro principais desafios, ou vetores de desequilíbrio que nos ameaçam. Trata-se de salvar o planeta, de reduzir as desigualdades, de assegurar o acesso ao trabalho digno, e de corrigir as prioridades produtivas.

A convergência dos desequilíbrios

O gráfico que apresentamos abaixo constitui um resumo de macro-tendências, no período histórico que vai de 1750 até a atualidade. As escalas tiveram de ser compatibilizadas, e algumas das linhas representam processos para os quais temos cifras apenas mais recentes. Mas no conjunto, o gráfico permite juntar áreas tradicionalmente estudadas separadamente, como demografia, clima, produção de carros, consumo de papel, contaminação da água, liquidação da vida nos mares e outros. A sinergia do processo torna-se óbvia, como se torna óbvia a dimensão dos desafios ambientais³.



Fonte:
New Scientist,
October 18,
2008, p. 40.

2 Os rios de dinheiro e embustes utilizados pela ExxonMobil e outras empresas para tentar camuflar os impactos da mudança climática e outros desastres ambientais estão descritos em detalhe no livro de James Hoggan, *Climate Cover-up; the crusade to deny global warming*, Greystone Books, Vancouver, 2009.

3 New Scientist, October 18, 2008, p. 40; para acessar o gráfico online veja <http://dowbor.org/ar/ns.doc>; o dossiê completo pode ser consultado em www.newscientist.com/opinion; os quadros de apoio e fontes primárias podem ser vistos em http://dowbor.org/ar/08_ns_overconsumption.pdf; contribuíram para o dossiê Tim Jackson, David Suzuki, Jo Marchant, Herman Daly, Gus Speth, Liz Else, Andrew Simms, Susan George e Kate Soper.

O comentário do New Scientist sobre estas macro-tendências foca diretamente o nosso próprio conceito de crescimento econômico:

A ciência nos diz que se queremos ser sérios com a visão de salvar a terra, precisamos dar outra forma à nossa economia. Isso, naturalmente, constitui uma heresia econômica. O crescimento para a maioria dos economistas é tão essencial como o ar que respiramos: seria, dizem, a única força capaz de tirar os pobres da pobreza, de alimentar a crescente população mundial, de enfrentar os custos crescentes dos gastos públicos e de estimular o desenvolvimento tecnológico – isso sem mencionar o financiamento de estilos de vida cada vez mais caros. Eles não veem limites ao crescimento, nunca. Nas semanas recentes tornou-se claro quão aterrorizados estão os governos por qualquer coisa que ameace o crescimento, enquanto derramam bilhões em dinheiro público num sistema financeiro em falência. No meio da confusão, qualquer questionamento do dogma do crescimento precisa ser visto de forma muito cuidadosa. O questionamento apoia-se numa questão duradoura: como conciliamos os recursos finitos da terra com o fato que à medida que a economia cresce, o montante de recursos naturais necessário para sustentar a atividade também deve crescer? Levamos toda a história humana para a economia atingir a sua dimensão atual. Na forma corrente, levará apenas duas décadas para dobrar⁴.

A convergência das tensões geradas para o planeta torna-se evidente. Não podemos mais nos congratular com o aumento da pesca quando estamos liquidando a vida nos mares, ou com o aumento da produção agrícola quando estamos liquidando os aquíferos e contaminando as reservas planetárias de água doce. Isto sem falar do aumento de produção de automóveis e da expansão de outras cadeias produtivas geradoras de aquecimento climático. As soluções têm de ser sistêmicas. Esta visão mais ampla pode – e apenas pode – viabilizar mudanças mais profundas, ao estender o nível de consciência dos desafios.

Qual desenvolvimento queremos? E para este desenvolvimento, que Estado e que mecanismos de regulação são necessários? Não há como minimizar a dimensão dos desafios. Com sete bilhões de habitantes – e 75 milhões a mais a cada ano – que buscam um consumo cada vez mais desenfreado, e manejam tecnologias cada vez mais poderosas, o nosso planeta mostra toda a sua fragilidade. E nós, a nossa irresponsabilidade ou impotência.

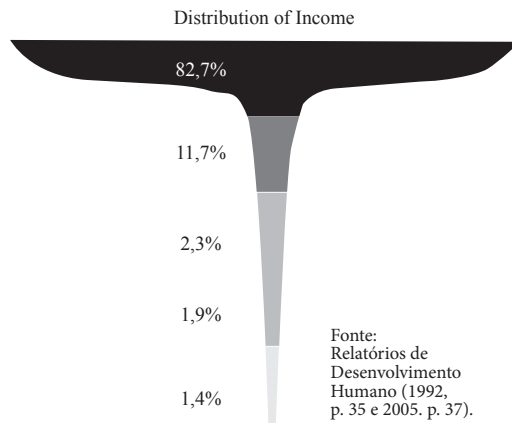
O escândalo da desigualdade

A financeirização dos processos econômicos vem há décadas se alimentando da apropriação dos ganhos da produtividade que a revolução tecnológica em curso permite, de forma radicalmente desequilibrada. Não é o caso de desenvolver o processo aqui, mas é importante lembrar que a concentração de renda no planeta está atingindo limites absolutamente obscenos⁵.

4 No original: “The science tells us that if we are serious about saving the Earth, we must reshape our economy.

This, of course, is economic heresy. Growth to most economists is as essential as the air we breathe: it is, they claim, the only force capable of lifting the poor out of poverty, feeding the world’s growing population, meeting the costs of rising public spending and stimulating technological development – not to mention funding increasingly expensive lifestyles. They see no limits to growth, ever. In recent weeks it has become clear just how terrified governments are of anything that threatens growth, as they pour billions of public money into a failing financial system. Amid the confusion, any challenge to the growth dogma needs to be looked at very carefully. This one is built on a long standing question: how do we square Earth’s finite resources with the fact that as the economy grows, the amount of natural resources needed to sustain that activity must grow too? It has taken all of human history for the economy to reach its current size. On current form, it will take just two decades to double”. New Scientist, October 18, 2008, p. 40.

5 Há imensa literatura sobre o assunto. O gráfico anexo, conhecido como “taça de champagne”, é do Relatório de Desenvolvimento Humano 1992 das Nações Unidas; para uma atualização em 2005, ver Relatório de Desenvolvimento Humano 2005, p. 37 (verificar página na versão portuguesa). A taça de champagne apenas afinou o gargalo, não houve mudanças substantivas. Uma excelente análise do agravamento recente destes números pode ser encontrada no relatório Report on the World Social Situation 2005, The Inequality Predicament, United Nations, New York 2005; O documento do Banco Mundial, The next 4 billion, que avalia em 4 bilhões as pessoas que estão “fora dos benefícios da globalização”, é igualmente interessante – IFC. The Next 4 Billion, Washington, 2007; estamos falando de dois terços da população mundial.



A imagem da taça de champagne é extremamente expressiva, pois mostra quem toma que parte do conteúdo, e em geral as pessoas não têm consciência da profundidade do drama. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, a renda apropriada pelos 20% mais ricos era setenta vezes o equivalente dos 20% mais pobres, em 1989 era cento e quarenta vezes. A concentração de renda é absolutamente escandalosa, e nos obriga de ver de frente tanto o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva. Não haverá tranquilidade no planeta enquanto a economia for organizada em função de um terço da população mundial.

Esta concentração não se deve apenas à especulação financeira, mas a contribuição é significativa e, sobretudo, é absurdo desviar o capital de prioridades planetárias óbvias. *The Economist* traz uma cifra impressionante sobre o excedente social, gerado essencialmente por avanços tecnológicos da área produtiva, mas apropriado pelo setor que qualifica de “indústria de serviços financeiros”: “A indústria de serviços financeiros está condenada a sofrer uma horrível contração. Na América a participação desta indústria nos lucros corporativos totais subiu de 10% no início dos anos 1980, para 40% no seu pico em 2007”. Gera-se uma clara clivagem entre os que trazem inovações tecnológicas e produzem bens e serviços socialmente úteis – os engenheiros do processo, digamos assim – e o sistema de intermediários financeiros que se apropriam do excedente e deformam a orientação do conjunto. Os engenheiros do processo criam importantes avanços tecnológicos, mas a sua utilização e comercialização pertence a departamentos de finanças, de marketing e de assuntos jurídicos, que dominam nas empresas e se apropriam da sua utilização. É um sistema que gerou um profundo divórcio entre quem contribui produtivamente para a sociedade e quem é remunerado⁶.

Ao juntarmos os dois gráficos, o do *New Scientist* sobre os *megatrends* históricos, e a da “taça de champagne” do Relatório de Desenvolvimento Humano, chegamos a uma conclusão bastante óbvia: estamos destruindo o planeta, para o proveito de um terço da população mundial. Estes são os dados básicos que orientam as nossas ações futuras: inverter a marcha da destruição do planeta e reduzir a desigualdade acumulada.

É importante lembrar que a nossa principal medida de progresso, o PIB, não mede nenhum dos dois, pois não contabiliza a redução do capital natural do planeta, contabiliza como positiva a poluição que exige grandes programas de recuperação, e na realidade apresenta-nos apenas a média nacional de intensidade de uso da máquina produtiva⁷. E lembrar também que o motivador principal dos investimentos privados, o lucro, age contra ambos: tem tudo a ganhar com a extração máxima de recursos naturais e a externalização de custos, e não tem nada a ganhar com quem tem pouca capacidade aquisitiva. A motivação do lucro em curto prazo age naturalmente tanto contra a preservação como contra a igualdade.

⁶ No original, “The financial-services industry is condemned to suffer a horrible contraction. In America the industry’s share of total corporate profits climbed from 10% in the early 1980s to 40% at its peak in 2007”. *The Economist*, A Special Report on the Future of Finance, January 24th 2009, p. 20.

⁷ Ver em particular o relatório de Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Jean Paul Fitoussi, *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, disponível em www.stiglitz-sen-fitoussi.fr.

O desafio do acesso ao trabalho digno

A desigualdade e a sustentabilidade estão diretamente ligadas aos desequilíbrios na inclusão nos processos produtivos. A mão de obra, a nossa imensa capacidade ociosa de produção, mais parece um problema do que uma oportunidade. Na forma atual de uso dos fatores de produção e das tecnologias, a inclusão produtiva é a exceção. No Brasil, temos cento e noventa milhões de habitantes. Destes, cento e trinta milhões estão em idade ativa, entre 15 e 64 anos, pelo critério internacional. Na população economicamente ativa, temos cem milhões de pessoas, o que já aponta para uma subutilização significativa. As estatísticas do emprego, por sua vez, mostram que temos neste ano apenas 31 milhões de pessoas formalmente empregadas no setor privado, com carteira assinada. Podemos acrescentar os nove milhões de funcionários públicos do país, e chegamos a quarenta milhões. Ainda assim, estamos longe da conta. O que fazem os outros? Temos empresários, sem dúvida, bem como uma massa classificada como “autônomos”, além de cerca de 15 milhões de desempregados. No conjunto, forma-se um imenso setor de pessoas classificadas no conceito vago de “informais”, avaliados pelo O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 51% da população economicamente ativa. O estudo sublinha que “a existência dessa parcela de trabalhadores à margem do sistema não pode em nenhuma hipótese ser encarada como uma solução para o mercado” (IPEA, 2006, p. 346). Essa “parcela” representa a metade do país⁸.

O fato essencial para nós é que o modelo atual subutiliza a metade das capacidades produtivas do país. E imaginar que o crescimento centrado em empresas transnacionais, grandes extensões de soja (duzentos hectares para gerar um emprego), ou ainda numa hipotética expansão do emprego público, permitirá absorver esta mão de obra, não é realista. Evoluir para formas alternativas de organização torna-se simplesmente necessário.

O drama no Brasil é representativo de um universo mais amplo: “O emprego informal representa entre a metade e três quartos do emprego não agrícola na maioria dos países em desenvolvimento. A parte dos trabalhadores informais na força de trabalho não agrícola varia entre 48% na África do Norte e 51% na América latina e o Caribe, atingindo 65% na Ásia e 78% na África subsahariana”⁹.

Assim, o drama da desigualdade que vimos acima não constitui apenas um problema de distribuição mais justa da renda e da riqueza: envolve a inclusão produtiva digna da maioria da população desempregada, subempregada, ou encurralada nos diversos tipos de atividades informais. O conjunto das propostas que surgem a partir da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho digno, as visões do Banco Mundial sobre os quatro bilhões de excluídos dos “benefícios da globalização”, e um conjunto de iniciativas de desenvolvimento local encontram aqui a sua lógica: um Produto Interno Bruto (PIB) que cresce mas não inclui as populações não é sustentável. Estamos falando de quase dois terços da população mundial a quem se trava o acesso ao financiamento, às tecnologias, ao direito de cada um ganhar o pão da sua família¹⁰.

A deformação das prioridades

A tabela abaixo, extraída do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998, apresenta a deformação das prioridades do uso dos recursos no planeta. A leitura é simples: não se conseguem os seis bilhões anuais suplementares para universalizar a educação básica, mas se conseguem sim oito bilhões para cosméticos nos EUA, e assim por diante. Os valores são baixos, pois são dólares que valem mais na época, mas o contraste é evidente. As cifras mais recentes apenas se agravaram. Os setecentos e oitenta bilhões de dólares em gastos militares, em 2008 já somam um trilhão e meio. E se pensarmos nos trilhões de recursos públicos transferidos nesta crise para intermediários financeiros privados, teremos uma ideia do grau de absurdo das prioridades.

Na realidade, o que precisa ser expandido hoje no mundo são os serviços básicos essenciais da humanidade, e muito menos os bens físicos de consumo. Em particular, há coisas que não podem faltar a ninguém. O planeta produz quase um quilo de grãos por dia e por habitante, e temos um

8 IPEA – Brasil, *o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade* – Ipea, Rio de Janeiro, 2006 – “Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais, constituindo uma distorção a ser combatida...” Em 1992 o percentual da informalidade era de 51,9%, atingiu 53,9% em 1998, voltando a 51,7% em 2003 e caindo para 51,2% em 2004”. Os dados são muito semelhantes praticamente para a totalidade da América Latina. – (pp. 337 e 339).

9 UN – *The Inequality Predicament*, New York, 2005, p. 30.

10 Temos hoje inúmeros estudos que apresentam propostas práticas tanto para a informalidade, como para a desigualdade de gênero, a mudança da jornada de trabalho, políticas locais de inclusão e outras, dada a extrema diversidade das situações herdadas, inclusive o aproveitamento inadequado de universitários.

bilhão de pessoas que passam fome. Os dez milhões de crianças que morrem de fome e de falta de acesso à água limpa e causas semelhantes, constituem um escândalo insustentável. Mas do ponto de vista do investimento privado, resolver problemas essenciais não rende, e o conjunto da orientação das nossas capacidades produtivas se vê radicalmente deformado.

GASTOS ANUAIS EM DÓLARES

Educação básica para todos	\$ 6 bilhões*
Cosméticos nos EUA	\$ 8 bilhões
Água e serviços sanitários básicos	\$ 9 bilhões
Sorvetes na Europa	\$ 11 bilhões
Saúde reprodutiva das mulheres	\$ 12 bilhões
Perfumes na Europa e nos EUA	\$ 12 bilhões
Saúde básica e nutrição	\$ 13 bilhões
Ração para animais de estimação na Europa e EUA	\$ 17 bilhões
Entretenimento corporativo no Japão	\$ 35 bilhões
Cigarros na Europa	\$ 50 bilhões
Bebidas alcoólicas na Europa	\$ 105 bilhões
Drogas no mundo	\$ 400 bilhões
Gastos militares no mundo	\$ 780 bilhões

Fonte:
Euromonitor 1997;
UN 1997g; UNDP,
UNFPA, ed. UNICEF,
1994; Worldwide
Research, Advisory and
Business Intelligence
Services, 1997. Human
development Report,
1998, New York, p. 37.

* Estimativa de custo anual adicional para alcançar o acesso aos serviços sociais básicos em todos os países em desenvolvimento.

Aparece como inevitável, no horizonte político, a democratização das decisões sobre como são utilizados os recursos econômicos do planeta, incluindo aqui não só os recursos dos orçamentos públicos, mas a orientação das aplicações dos gigantescos recursos de fundos de pensão e dos grandes intermediários e especuladores financeiros. Não podemos continuar a andar completamente à deriva em termos da priorização dos nossos objetivos. O uso dos recursos que são o resultado dos esforços do conjunto da sociedade, deve obedecer a uma visão sistêmica e de longo prazo, obedecendo às prioridades críticas de reduzir os desastres sociais e ambientais.

Em termos das megatendências econômicas, sociais e ambientais, portanto, estamos à deriva. Estamos destruindo o planeta em favor de uma minoria, para ampliar a oferta de bens sem critérios de prioridade de uso ou de impacto ambiental e social, concentrando-nos em tecnologias de ponta sem assegurar os mecanismos de acesso correspondentes. E temos como pano de fundo a imensa tarefa de organizar a transição para outro paradigma energético produtivo, a era pós-petróleo. Sempre haverá quem espere que uma mão invisível resolva estes desafios. Quem aqui são os sonhadores?

II – RESGATAR A CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA

Na discussão de um outro mundo que esperamos seja possível, temos de evoluir cada vez mais para o como fazer, para os mecanismos de gestão correspondentes, para a descoberta das brechas que existem no sistema no sentido da sua transformação. O mundo não vai parar em determinado momento para passar a funcionar de outro modo. Cabe a nós introduzir, ou reforçar, as tendências de mudança. A análise dos processos decisórios e a busca de correções tornaram-se central.

O que emerge como eixo central de reflexão, portanto, é a inadequação dos processos decisórios nas diversas tendências críticas que temos de enfrentar. Enfrentar o desafio ambiental planetário exige processos colaborativos e a construção de uma cultura de pactos pelo bem comum, ou pelo menos para evitar o desastre comum. A ruptura do ciclo da pobreza e da desigualdade implica no deslocamento da visão tradicional que atrai investimentos para onde se situa a capacidade de compra, e, portanto envolve a mudança da chamada governança corporativa. O processo de inclusão produtiva dos quase dois terços de excluídos envolve uma outra lógica do emprego, formas múltiplas e diferenciadas de inserção na produção de bens e serviços. O resgate destas prioridades reais do planeta e da humanidade envolve por sua vez uma participação muito mais significativa do Estado, que com todas as suas fragilidades ainda constitui o melhor instrumento de coordenação de esforços sociais de que dispomos. Mas se trata de um Estado muito mais regulador do conjunto dos esforços da sociedade. É indispensável o resgate da visão sistêmica, da visão de longo prazo, e dos mecanismos de planejamento. Estamos falando, na realidade, da construção de uma outra cultura política.

Naturalmente, todos nos sentimos pequenos frente a processos de mudança deste porte. E podemos achar que colocar os desafios tão altos não é realista. O fato é que ninguém nos está perguntando se queremos ou não enfrentar a tarefa. O aquecimento global não está esperando que estejamos de acordo, nem o esgotamento do petróleo, nem a exploração sem controle dos mares, nem a perda de cobertura florestal, nem o vírus da Aids, e a lista é longa. Outras formas de gestão são inevitáveis, a única pergunta realista é se queremos pagar um preço menor agora, ou muito maior mais à frente.

Reforçar e democratizar o Estado

As críticas ao tamanho do setor público refletiram no passado recente uma visão ideológica e conhecimento fragmentado da realidade. Nas palavras de um diretor da École Nationale d'Administration, a famosa ENA, melhorar a produtividade do setor público constitui a melhor maneira de melhorar a produtividade sistêmica de toda a sociedade. O Relatório Mundial sobre o Setor Público, elaborado pelas Nações Unidas em 2005, mostra a evolução que houve a partir da visão tradicional da “Administração Pública” baseada em obediência, controles rígidos e conceito de “autoridades”, transitando por uma fase em que se buscou uma gestão mais empresarial, na linha do “public management” que nos deu, por exemplo, o conceito de “gestor da cidade” no lugar do prefeito, e desembocando agora na visão mais moderna que o relatório chama de governança participativa ou “responsive governance”.

Esta última forma de organização implica que no espaço público a boa gestão se consegue por meio da articulação inteligente e equilibrada do conjunto dos atores interessados no desenvolvimento, os chamados atores interessados, ou “stakeholders”. É uma gestão que busca “responder”, ou “corresponder” aos interesses que diferentes grupos manifestam, e supõe sistemas amplamente participativos, e em todo caso mais democráticos, na linha da “governança participativa”, além da ampliação da transparência de todos os processos.

A evolução da administração pública tradicional (*Public Administration*) para o *New Public Management* se baseou numa visão privatista da gestão, buscando chefias mais eficientes. A evolução mais recente para o *responsive governance*, que traduzimos aqui por governança participativa, está baseada numa proposta mais pública, onde as chefias escutam melhor o cidadão, e onde é a participação cidadã, através de processos mais democráticos, que assegura que os administradores serão mais eficientes, pois mais afinados com o que deles se deseja. É a diferença entre a eficiência autoritária por cima, e a eficiência democrática pela base. A eficiência é medida não só no resultado, mas no processo.

O quadro abaixo ajuda a visualizar esta evolução:

Evolução do conceito de governo

	Administração Pública	Nova Gestão Pública	Governança Participativa
Relação cidadão-estado	Obediência	Credenciamento	Empoderamento
Responsabilidade da administração superior	Políticos	Clientes	Cidadãos, atores
Princípios orientadores	Cumprimento de leis e regras	Eficiência e resultados	Responsabilidade, transparência e participação
Critério para sucesso	Objetivos quantitativos	Objetivos qualitativos	Processo
Atributo chave	Imparcialidade	Profissionalismo	Participação

Fonte:
UN, World Public Sector Report, 2005, p. 7

“O modelo de governança... enfatiza um governo aberto e que se relaciona com a sociedade civil, mais responsabilizada e melhor regulada por controles externos e a lei. Propõe-se que a sociedade tenha voz através de organizações não governamentais e participação comunitária. Portanto o modelo de governança tende a se concentrar mais na incorporação e inclusão dos cidadãos em todos os seus papéis de atores interessados (*stakeholders*), não se limitando a satisfazer clientes, numa linha mais afinada com a noção de ‘criação de valor público’”. ...“A teoria da governança olha para além da reforma da gestão e dos serviços, apontando para novos tipos de articulação Estado-sociedade, bem como para formas de governo com níveis mais diferenciados e descentrados.” ...“A abertura (“*openness*”) e transparência constituem portanto parte deste modelo emergente” (UN, *World Public Sector Report 2005*, p.13).

O novo modelo que emerge está essencialmente centrado numa visão mais democrática, com participação direta dos atores interessados, maior transparência, com forte abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação, e soluções organizacionais para assegurar a interatividade entre governo e cidadania. A visão envolve “sistemas de gestão do conhecimento mais sofisticados”, com um papel importante do aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Para a discussão no Brasil e na América Latina, estes pontos são muito importantes. Têm a virtude de ultrapassar visões saudosistas autoritárias, e também a pseudomodernização que colocava um “*manager*” onde antes tínhamos um político, resultando numa mudança cosmética por cima. É uma evolução que busca a construção de uma capacidade real de resolução de problemas através das pactuações necessárias com a sociedade realmente existente. Esta sistematização de tendências mundiais vem dar maior credibilidade aos que lutam pela reapropriação das políticas pela cidadania, na base da sociedade, em vez da troca de uma solução autoritária por outra.

A alocação racional de recursos

A alocação de recursos é feita por intermediários, sejam eles governo, bancos, seguradoras, fundos de pensão, planos de saúde, ou os gigantes planetários que chamamos de investidores institucionais. Todas essas instituições recolhem recursos sob diversas justificativas. Mas são intermediários, ou seja, trabalham com dinheiro que é do público, e deveriam destinar os recursos a atividades afins.

O governo, principal intermediário, aloca os recursos segundo um orçamento discutido no parlamento e aprovado em lei. Fato importante: o governo tem de assegurar a captação dos recursos que vai investir. A política fiscal (fazenda) e a aplicação (planejamento) têm de estar casados na peça orçamentária. No conjunto do planeta, os governos são os maiores gestores de recursos, e quanto mais rico o país, maior é a participação do governo nesta mediação.

A tabela abaixo é interessante, pois mostra esta correlação rigorosa entre o nível de desenvolvimento e a participação do setor público. Nos países de renda baixa, a parte do PIB que cabe ao governo central é de 17,7%, elevando-se numa progressão regular à medida que chegamos aos países de alta renda¹¹. Falar mal dos governos parece ser um consenso planetário, mas precisamos cada vez mais deles, inclusive nos Estados Unidos.

Países de:	Governo central, percentagem do PIB, início anos 2000
Baixa renda	17,7
Renda média baixa	21,4
Renda média alta	26,9
Alta renda	31,9

Fonte:
Finance and
Development,
IMF, dez., 2006.

Note-se que se trata, na tabela acima, dos gastos do governo central apenas, os gastos públicos totais são bem mais amplos. “Há uma década os gastos do governo americano eram de 34,3% do PIB, comparados com 48,2% na zona europeia, uma distância de 14 pontos; em 2010, o gasto americano esperado é de 39,9% do PIB comparado com 47,1%, uma distância de menos de oito pontos percentuais”¹². Lembremos que a cifra equivalente no Brasil é de 36%. Na Suécia, que ninguém vai acusar de ser mal gerida, é de 66%. E são cifras anteriores à intervenção do Estado para salvar os bancos.

Seja qual for a política adotada, portanto, é essencial assegurar a qualidade da alocação de recursos por parte do maior ator, o governo. Essa correlação entre o nível de prosperidade do país e a participação do setor público não é misteriosa: simplesmente, o mundo está mudando. Antigamente, éramos populações rurais dispersas, e as famílias resolviam muitos dos seus problemas individualmente, com a água no poço e o lixo no gato. Na cidade generalizam-se os investimentos sociais, pois precisamos de redes de água e esgoto, de ruas e sarjetas, de redes escolares, de sistemas de segurança, destino final de resíduos sólidos e assim por diante, evidentemente assegurados com forte presença do setor público. São serviços de consumo coletivo.

Há que levar em conta igualmente, nesta presença crescente do setor público em todo o planeta, a mudança da composição inter-setorial das nossas atividades. Há poucas décadas, o que chamávamos de atividades produtivas eram essencialmente atividades industriais, agrícolas e comerciais. Hoje passam

¹¹ Schieber, George; Lisa Fleisher e Pablo Gottret - *Getting Real on Health Financing*, Finance and Development, International Monetary Fund, Dezembro de 2006. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/12/schieber.htm>.

¹² The Economist, March 14th-20th 2009, p. 37, citando dados do *Newsweek*.

a ocupar a linha de frente as políticas sociais. Vale lembrar que o maior setor econômico dos Estados Unidos não é a indústria bélica, nem a automobilística, mas a saúde, com 16% do PIB, e crescendo. No Brasil, somando a população estudantil, os professores e gestores da área educacional, estamos falando de 60 milhões de pessoas, quase um terço da população do país. As políticas sociais estão se tornando um fator poderoso de reestruturação social, pelo seu caráter capilar (a saúde tem de chegar a cada pessoa) e a sua intensidade em mão de obra. São áreas onde, com a exceção dos nichos de alta renda, o setor público tem prioridade evidente, frequentemente articulado com organizações da sociedade civil, outra área em expansão, caracterizando um setor público não governamental. A economia social e suas variantes ocupam um lugar crescente no conjunto das atividades econômicas.

Um terceiro eixo de transformação social é a evolução para a sociedade do conhecimento. Hoje quase todas as atividades envolvem uma forte incorporação de tecnologia, de conhecimentos dos mais variados tipos, do conjunto do que temos chamado de “intangíveis”, ou de “imaterial”. Quando o essencial do valor de um produto está no conhecimento incorporado, mudam as formas de organização correspondentes. Na base está um amplo processo social que envolve as pesquisas dos mais diferentes setores, a generalização do acesso à educação, e os sistemas de difusão de informações que elevam a densidade de conhecimento no conjunto da sociedade, com fortíssima participação de recursos públicos em todos os níveis. A tendência natural é os conhecimentos se tornarem bem público (*creative commons*), pela facilidade de disseminação que as tecnologias modernas permitem, e pela compreensão que gradualmente penetra na sociedade de que o conhecimento se multiplica melhor quando se compartilha. O conhecimento é um bem cujo consumo não reduz o estoque, pelo contrário.

Estes são *megatrends*, macro-tendências que transformam a sociedade, e que exigem de nós sistemas de gestão muito mais diversificados, descentralizados e flexíveis. Estamos evoluindo para a sociedade em rede, para sistemas densamente interativos e colaborativos. Alianças e parcerias entre diversos segmentos sociais, envolvendo áreas tanto públicas como privadas, nos diversos níveis de organização territorial, estão se generalizando. A urbanização leva a uma ampliação acelerada das dinâmicas da gestão local, em que as comunidades se apropriam do seu desenvolvimento. As políticas sociais geram processos participativos, a sociedade do conhecimento nos leva para processos colaborativos em rede.

O que está acontecendo na realidade é um *choque do futuro* generalizado, e tanto a queda do muro de Berlim como a pilantragem irresponsável de Wall Street apenas despertaram, inicialmente na esquerda, depois na direita, a compreensão de que as mudanças precisam ser sistêmicas. O *business as usual* (BAU), de ambos os lados do espectro político, está saindo fora de cena. São as relações de produção no sentido amplo que mudam, e com isso os mecanismos atuais de regulação tornaram-se, em boa parte, obsoletos.

O papel do Estado aparece assim como central, inclusive na dimensão mundial da crise. Dada a extrema fragilidade dos instrumentos planetários de governança, o eixo estratégico de construção dos novos sistemas de regulação passará mais pela articulação de políticas nacionais do que propriamente pela esfera global. O Estado aparece assim com uma função reforçada no plano dos equilíbrios internos, e no plano da redefinição das regras do jogo entre as nações.

O potencial da gestão local

Com a passagem do milênio, a humanidade tornou-se predominantemente urbana. Isto implica uma outra racionalidade nos processos decisórios e nas instituições que nos regem, pois hoje cada região ou localidade tem um núcleo urbano que pode administrar o seu desenvolvimento, e este núcleo torna-se por sua vez um articulador natural do seu entorno rural, ponto de convergência de uma gestão racional do desenvolvimento. Hoje ainda predominam iniciativas setoriais como Cidades Saudáveis, Cidades Educadoras, Agenda 21 Local e assim por diante, mas gradualmente estamos evoluindo para iniciativas integradas como “Bogotá Como Vamos”, “Nossa São Paulo” e tantas outras.

O desenvolvimento local permite a apropriação efetiva do desenvolvimento pelas comunidades, e a mobilização destas capacidades é vital para um desenvolvimento participativo. Inúmeras experiências no mundo têm mostrado que o interesse individual das pessoas pelo seu progresso funciona efetivamente quando ancorado no desenvolvimento integrado do território. Com sistemas simples de seguimento de qualidade de vida local, e o condicionamento do acesso aos recursos à estruturação de entidades locais de promoção do desenvolvimento, gera-se a base organizacional de um desenvolvimento mais equilibrado. Já se foi o tempo em que se acreditava em projetos “paraquedas”: o desenvolvimento funciona quando é participativo, com um razoável equilíbrio entre o fomento externo e a dimensão endógena do processo.

A racionalidade da alocação dos recursos exige em última instância uma avaliação eficiente do uso final dos empréstimos, coisa bastante mais trabalhosa do que o comércio de derivativos de

outras atividades especulativas. O agente de crédito no nível local, que conhece o seu bairro e a sua comunidade, as necessidades e os potenciais da região, torna-se de certa maneira um credenciador da solidez dos usos finais dos recursos. É trabalhoso, exige conhecer a realidade das pessoas, fazer o seguimento, mas é a única maneira de transformar as poupanças de uns no aumento da produtividade de todos, a chamada produtividade sistêmica do território.

É ampla a experiência nesta área, desde o Grameen Bank no Bangladesh, até as Ongs de intermediação financeira da França, a constituição de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e de Oscips de crédito em numerosos municípios no Brasil, a evolução das experiências de microcrédito do Banco do Nordeste. A exigência da aplicação local da poupança da população, com regras mais amplas de compensação entre regiões ricas e pobres através da rede pública, deverá permitir o financiamento tanto da micro e pequena empresa, como de organizações da sociedade civil empenhadas em projetos sociais e ambientais, investimentos públicos locais e regionais em saneamento, manutenção urbana e semelhantes.

Os diversos programas sociais do governo brasileiro, desde o “Bolsa Família” até o “Luz para Todos”, convergem no seu impacto de dinamizar o acesso local a recursos, mesmo nas regiões mais pobres do país. Esta convergência é agora reforçada com o programa “Territórios da Cidadania” que representa um programa anti-recessivo de recorte rooseveltiano capaz de compor – ao lado do PAC¹³ – uma poderosa alavanca, não apenas para resistir às turbulências atuais, mas para deflagrar uma nova dinâmica de crescimento, mais equilibrada do ponto de vista regional, e capaz de incorporar, de fato, as populações do campo ao desenvolvimento do século 21. São cerca de vinte bilhões de reais para cento e vinte regiões do País. Esta visão, de apoio ao desenvolvimento local, tanto responde a uma política anticíclica como à democratização do governo e ao resgate das desigualdades.

No conjunto, está se desenhando – em parte graças à crise financeira de 2008 mas sobretudo pelo acúmulo de desequilíbrios críticos – um Estado mais descentralizado, mais participativo, mais democrático nos seus processos decisórios, mais transparente no plano da informação, e com maior papel articulador dos diversos agentes de transformação da sociedade.

No conjunto, naturalmente, se os instrumentos de gestão pública constituem um vetor chave de transformação, não há como ignorar a profundidade da mudança cultural que é necessária para que o próprio Estado mude. O que temos pela frente, é uma mudança civilizatória, com a dimensão que isto significa, e com a janela de tempo relativamente curta que temos pela frente. A consciência dos desafios e o sentimento de urgência penetram lentamente nas mentes das pessoas. A nossa tarefa, é trabalhar nesta tomada de consciência e ajudar na construção dos rumos.

III – ESBOÇOS DE AGENDA

Está na moda dizer que o estatismo ruiu com o muro de Berlim, e o neo-liberalismo com o muro de Wall Street. Morreram, na realidade, as visões simplificadoras dos processos decisórios da sociedade. A visão dicotômica que nos deu o estado burocrático do Leste europeu de um lado, e a arrogância corporativa exemplificada por Wall Street por outro, é que estão em crise. A sociedade complexa moderna já não comporta este tipo de simplificações. Temos de desenvolver processos mais flexíveis e diferenciados de regulação, não estrangulando os processos decisórios, mas aproximando-os das necessidades reais da sociedade, com mais transparência e democracia. Como sociedade, desejamos não somente sobreviver, mas viver com qualidade de vida. E isto implica elencarmos de forma ordenada os desafios e as respostas. São os resultados mínimos a serem atingidos, com os processos decisórios correspondentes.

As propostas, ou linhas de ação sugeridas abaixo, têm um denominador comum: todas já foram experimentadas e estão sendo aplicadas em diversas regiões do mundo, setores ou instâncias de atividade. São iniciativas que deram certo, e cuja generalização, com as devidas adaptações e flexibilidade em função da diversidade planetária, é hoje viável. Não temos a ilusão relativamente à distância entre a realidade política de hoje e as medidas sistematizadas abaixo. Mas pareceu-nos essencial, de toda forma, elencar de forma organizada as medidas necessárias, pois ter um norte mais claro ajuda na construção de uma outra governança planetária. Não estão ordenados por objetivos, pois a maioria tem implicações simultâneas e dimensões interativas.

1. Resgatar a dimensão pública do Estado

Como podemos ter mecanismos reguladores que funcionem se é o dinheiro das corporações a

13 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento é um dos programas centrais do governo federal brasileiro no sentido de dinamizar a expansão de infraestruturas, gerar empregos, reforçar a inclusão (“PAC Social”) e enfrentar a crise financeira global.

regular que elege os reguladores? Se as agências que avaliam risco são pagas por quem cria o risco? Se é aceitável que os responsáveis de um banco central venham das empresas que precisam ser reguladas, e voltam para nelas encontrar emprego?

Uma das propostas mais evidentes da última crise financeira, e que encontramos mencionada em quase todo o espectro político, é a necessidade de se reduzir a capacidade das corporações privadas ditarem as regras do jogo. A quantidade de leis aprovadas no sentido de reduzir impostos sobre transações financeiras, de reduzir a regulação de banco central, de autorizar os bancos a fazerem toda e qualquer operação, somado com o poder dos lobbies financeiros tornam evidente a necessidade de se resgatar o poder regulador do estado, e para isto os políticos devem ser eleitos por pessoas de verdade, e não por pessoas jurídicas, que constituem ficções em termos de direitos humanos. Enquanto não tivermos financiamento público das campanhas, políticas que representem os interesses dos cidadãos, prevalecerão os interesses econômicos de curto prazo e a corrupção.

2. Refazer as contas

As contas têm de refletir os objetivos que visamos. O PIB indica a intensidade do uso do aparelho produtivo, mas não nos indica a utilidade do que se produz, para quem, e com que custos para o estoque de bens naturais de que o planeta dispõe. Conta como aumento do PIB um desastre ambiental, o aumento de doenças, o cerceamento de acesso a bens livres. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) já foi um imenso avanço, mas temos de evoluir para uma contabilidade integrada dos resultados efetivos dos nossos esforços, e particularmente da alocação de recursos financeiros, em função de um desenvolvimento que não seja apenas economicamente viável, mas também socialmente justo e ambientalmente sustentável. As metodologias existem, aplicadas parcialmente em diversos países, setores ou pesquisas. A ampliação dos indicadores internacionais como o IDH, a generalização de indicadores nacionais como os Calvert-Henderson Quality of Life Indicators nos Estados Unidos, as propostas da Comissão Stiglitz/Sen/Fitoussi, o movimento FIB – Felicidade Interna Bruta – todos apontam para uma reformulação das contas. A adoção em todos as cidades de indicadores locais de qualidade de vida – veja-se os Jacksonville Quality of Life Progress Indicators – tornou-se hoje indispensável para que seja medido o que efetivamente interessa: o desenvolvimento sustentável, o resultado em termos de qualidade de vida da população. Muito mais do que o *output*, trata-se de medir o *outcome*.

3. Assegurar a renda básica

A pobreza crítica é o drama maior, tanto pelo sofrimento que causa em si, como pela articulação com os dramas ambientais, o não acesso ao conhecimento, a deformação do perfil de produção que se desinteressa das necessidades dos que não têm capacidade aquisitiva. A ONU calcula que custaria trezentos bilhões de dólares (no valor do ano 2000) tirar da miséria um bilhão de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. São custos ridículos quando se considera os trilhões transferidos para grupos econômicos financeiros no quadro da última crise financeira. O benefício ético é imenso, pois é inaceitável morrerem de causas ridículas dez milhões de crianças por ano. O benefício de curto e médio prazo é grande, na medida em que os recursos direcionados à base da pirâmide dinamizam imediatamente a micro e pequena produção, agindo como processo anticíclico, como se tem constatado nas políticas sociais de muitos países. No mais longo prazo, será uma geração de crianças que terão sido alimentadas decentemente, o que se transforma em melhor aproveitamento escolar e maior produtividade na vida adulta. Em termos de estabilidade política e de segurança geral, os impactos são óbvios. Trata-se do dinheiro mais bem investido que se possa imaginar, e as experiências brasileiras, mexicanas e de outros países já nos forneceram todo o know-how correspondente. A teoria tão popular de que o pobre se acomoda se receber ajuda, é simplesmente desmentida pelos fatos: sair da miséria estimula.

4. Assegurar o direito de ganhar a vida

Toda pessoa que queira ganhar o pão da sua família deveria poder ter acesso ao trabalho. Num planeta onde há um mundo de coisas a fazer, inclusive para resgatar o meio ambiente, é absurdo o número de pessoas sem acesso a formas organizadas de produzir e gerar renda. Temos os recursos e os conhecimentos técnicos e organizacionais para assegurar, em cada vila ou cidade, acesso a um trabalho decente e socialmente útil. As experiências de Maharashtra na Índia demonstraram a sua viabilidade, como o mostram as numerosas experiências brasileiras, sem falar no New Deal da crise dos anos 1930. São opções onde todos ganham: o município melhora o saneamento básico, a moradia, a manutenção urbana, a policultura alimentar. As famílias passam a poder

viver decentemente; e a sociedade passa a ser melhor estruturada e menos tensionada. Os gastos com seguro-desemprego se reduzem. No caso indiano, cada vila ou cidade é obrigada a ter um cadastro de iniciativas intensivas em mão de obra. Dinheiro emprestado ou criado desta forma representa investimento, melhoria de qualidade de vida, e dá excelente retorno. E argumento fundamental: assegura que todos tenham o seu lugar para participar na construção de um desenvolvimento sustentável. Na organização econômica, além do resultado produtivo, é essencial pensar no processo estruturador ou desestruturador gerado. A pesca oceânica industrial pode ser mais produtiva em volume de peixe, mas o processo é desastroso, tanto para a vida no mar como para centenas de milhões de pessoas que viviam da pesca tradicional. A dimensão de geração de emprego de todas as iniciativas econômicas tem de se tornar central.

5. Reduzir a jornada de trabalho

A subutilização da força de trabalho é um problema planetário, ainda que desigual na sua gravidade. No Brasil, conforme vimos, com cem milhões de pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), temos 31 milhões formalmente empregadas no setor privado, e nove milhões de empregados públicos. A conta não bate. O setor informal situa-se na ordem de 50% da PEA. Uma imensa parte da nação “se vira” para sobreviver. No lado dos empregos de ponta, as pessoas não vivem por excesso de carga de trabalho. Não se trata aqui de uma exigência de luxo: são incontáveis os suicídios nas empresas, onde a corrida pela eficiência se tornou simplesmente desumana. O stress profissional está se tornando uma doença planetária, e a questão da qualidade de vida no trabalho passa a ocupar um espaço central. A redistribuição social da carga de trabalho torna-se hoje uma necessidade. As resistências são compreensíveis, mas a realidade é que com os avanços da tecnologia os processos produtivos tornam-se cada vez menos intensivos em mão de obra, e reduzir a jornada é uma questão de tempo. Não podemos continuar a basear o nosso desenvolvimento em ilhas tecnológicas ultramodernas enquanto se gera uma massa de excluídos, inclusive porque se trata de equilibrar a remuneração e, conseqüentemente, a demanda. A redução da jornada não reduzirá o bem estar ou a riqueza da população, e sim a deslocará para novos setores mais centrados no uso do tempo livre, com mais atividades de cultura e lazer. Não precisamos necessariamente de mais carros e de mais bonecas Barbie, precisamos sim de mais qualidade de vida.

6. Favorecer a mudança do comportamento individual

Neste planeta de sete bilhões de habitantes, com um aumento anual da ordem de 75 milhões, toda política envolve também uma mudança de comportamento individual e da cultura do consumo. O respeito às normas ambientais, a moderação do consumo, o cuidado no endividamento, o uso inteligente dos meios de transporte, a generalização da reciclagem, a redução do desperdício – há um conjunto de formas de organização do nosso cotidiano que passa por uma mudança de valores e de atitudes frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais. No apagão energético do final dos anos 1990 no Brasil, constatou-se como uma boa campanha informativa, o papel colaborativo da mídia, e a punição sistemática dos excessos permitiu uma racionalização generalizada do uso doméstico da energia. Esta dimensão da solução dos problemas é essencial, e envolve tanto uma legislação adequada, como, sobretudo, uma participação ativa da mídia.

Hoje 95% dos domicílios no Brasil têm televisão, e o uso informativo inteligente deste e de outros meios de comunicação tornou-se fundamental. Frente aos esforços necessários para reequilibrar o planeta, não basta reduzir o martelamento publicitário que apela para o consumismo desenfreado, é preciso generalizar as dimensões informativas dos meios de comunicação. A mídia científica praticamente desapareceu, os noticiários navegam no atrativo da criminalidade, quando precisamos vitalmente de uma população informada sobre os desafios reais que enfrentamos. Grande parte da mudança do comportamento individual depende de ações públicas: as pessoas não deixarão o carro em casa (ou deixarão de tê-lo) se não houver transporte público, não farão reciclagem se não houver sistemas adequados de coleta. Precisamos de uma política pública de mudança do comportamento individual.

7. Racionalizar os sistemas de intermediação financeira

A alocação final dos recursos financeiros deixou de ser organizada em função dos usos finais de estímulo e orientação de atividades econômicas e sociais, para obedecer às finalidades dos próprios intermediários financeiros. A atividade de crédito é sempre uma atividade pública, seja no quadro das instituições públicas, seja no quadro dos bancos privados que trabalham com dinheiro do público, e que para tanto precisam de uma carta-patente que os autoriza a ganhar dinheiro

com dinheiro dos outros. A recente crise financeira de 2008 demonstrou com clareza o caos que gera a ausência de mecanismos confiáveis de regulação no setor. Nas últimas duas décadas, temos saltado de bolha em bolha, de crise em crise, sem que a relação de forças permita a reformulação do sistema de regulação em função da produtividade sistêmica dos recursos. Enquanto não se gera uma relação de forças mais favorável, precisamos batalhar os sistemas nacionais de regulação financeira. O dinheiro não é mais produtivo onde rende mais para o intermediário: devemos buscar a produtividade sistêmica de um recurso que é público.

A Coreia do Sul abriu recentemente um financiamento de 36 bilhões de dólares para financiar transporte coletivo e alternativas energéticas, gerando com isto 960 mil empregos. O impacto positivo é ambiental pela redução de emissões, é anticíclico pela dinamização da demanda, é social pela redução do desemprego e pela renda gerada, é tecnológico pelas inovações que gera nos processos produtivos mais limpos. Tem inclusive um impacto raramente considerado, que é a redução do tempo vida que as pessoas desperdiçam no transporte. Trata-se aqui, evidentemente, de financiamento público, pois os bancos comerciais não teriam esta preocupação, nem esta visão sistêmica (UNEP, *Global Green New Deal*, 2009). Em última instância, os recursos devem ser tornados mais acessíveis segundo que os objetivos do seu uso sejam mais produtivos em termos sistêmicos, visando um desenvolvimento mais inclusivo e mais sustentável. A intermediação financeira é um meio, não é um fim.

8. Taxação das transações especulativas

Uma das alternativas mais frequentemente sugeridas é a taxação das transações especulativas. Na linha da antiga proposta de James Tobin, uma taxa de, por exemplo, 0,20% sobre cada transação reduziria drasticamente a lucratividade dos que têm como atividade o constante movimento de capitais, ação que é apresentada pelos especuladores como aumentando a fluidez do mercado, quando na realidade gera comportamentos de manada que joga preços de papéis e de commodities para cima e para baixo e desorganiza qualquer atividade de planejamento organizado da produção e do investimento produtivo. Um segundo importante efeito de uma taxa deste tipo é que todas as transações passariam a ser registradas, o que reduziria drasticamente os imensos volumes de movimentos ilegais, em particular a evasão fiscal e o uso de paraísos fiscais. Trata-se de uma medida necessária, ainda que não suficiente, para a desintermediação das transações, e redução dos diversos tipos de atividades alavancadas (*cary trade* etc.). A recente aplicação no Brasil de uma taxa de 2% sobre capitais que entram mostra o potencial de políticas nacionais de racionalização dos fluxos especulativos.

Particular atenção precisa ser dada aos intermediários que ganham apenas nos fluxos entre outros intermediários – com papéis que representam direitos sobre outros papéis – e que têm tudo a ganhar com a maximização dos fluxos, pois são remunerados por comissões sobre o volume e ganhos, e geram, portanto, volatilidade e pró-ciclicidade, com os monumentais volumes que nos levaram por exemplo a valores em derivativos da ordem de 863 trilhões de dólares em junho de 2008, 15 vezes o PIB mundial. A intermediação especulativa – diferentemente das intermediações de compras e vendas entre produtores e utilizadores finais – apenas gera uma pirâmide especulativa e insegurança, além de desorganizar os mercados e as políticas econômicas¹⁴.

9. Repensar a lógica dos sistemas tributários

Uma política tributária, equilibrada na cobrança, e reorientada na aplicação dos recursos, constitui um dos instrumentos fundamentais de que dispomos, sobretudo porque pode ser promovida por mecanismos democráticos. O eixo central não está na redução dos impostos, e sim na cobrança socialmente mais justa e na alocação mais produtiva em termos sociais e ambientais. A taxação das transações especulativas (nacionais ou internacionais) deverá gerar fundos para financiar uma série de políticas essenciais para o equilíbrio social e ambiental. O imposto sobre grandes fortunas é hoje essencial para reduzir o poder político das dinastias econômicas (10% das famílias do planeta é dono de 90% do patrimônio familiar acumulado no planeta). O imposto sobre a herança é fundamental para dar chances a partilhas mais equilibradas para as sucessivas gerações. O imposto sobre a renda deve adquirir mais peso relativamente aos impostos indiretos, com alíquotas que permitam efetivamente redistribuir

14 BIS Quarterly Review, December 2008, Naohiko Baba et al., www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt0812b.pdf p. 26: “In November, the BIS released the latest statistics based on positions as at end-june 2008 in the global over-the-counter (OTC) derivatives markets. The notional amounts outstanding of OTC derivatives continued to expand in the first half of 2008. Notional amounts of all types of OTC contracts stood at \$863 trillion at the end of June, 21% higher than six months before”. São 863 trilhões de dólares de derivativos emitidos, frente a um PIB mundial de cerca de sessenta trilhões.

a renda. É importante lembrar que as grandes fortunas do planeta em geral estão vinculadas não a um acréscimo de capacidades produtivas do planeta, e sim à aquisição maior de empresas por um só grupo, gerando uma pirâmide cada vez mais instável e menos governável de propriedades cruzadas, impérios onde a grande luta é pelo controle do poder financeiro, político e midiático, e a apropriação de recursos naturais. O sistema tributário tem de ser reformulado no sentido anti-cíclico, privilegiando atividades produtivas e penalizando as especulativas; no sentido do maior equilíbrio social ao ser fortemente progressivo; e no sentido de proteção ambiental ao taxar emissões tóxicas ou geradoras de mudança climática, bem como o uso de recursos naturais não renováveis¹⁵.

Particular atenção deverá ser dada às taxas sobre emissão de gases do efeito estufa, que deverão desempenhar um papel importante em termos de captação de recurso, e poderão constituir um fundo de primeira importância, para o equilíbrio ambiental. Está se tornando evidente que o mercado de carbono simplesmente não é suficiente como mecanismo de dissuasão das emissões. A aplicação de taxas sobre as emissões – já em curso na Suécia, na Noruega, ou na Itália – é tecnicamente simples, e o seu uso generalizado permite que os usuários particulares ou industriais sejam obrigados a incorporar nas suas decisões econômicas os custos reais indiretamente gerados para toda a sociedade, inclusive as futuras gerações.

10. Repensar a lógica orçamentária

O poder redistributivo do Estado é grande, tanto pelas políticas que executa – por exemplo, as políticas de saúde, lazer, saneamento e outras infraestruturas sociais que melhoram o nível de consumo coletivo – como pelas que pode fomentar, como opções energéticas, inclusão digital e assim por diante. Fundamental também é a política redistributiva que envolve política salarial, de previdência, de crédito, de preços, de emprego. A forte presença das corporações junto ao poder político constitui um dos entraves principais ao equilíbrio na alocação de recursos. O essencial é assegurar que todas as propostas de alocação de recursos sejam analisadas pelo triplo enfoque econômico, social e ambiental. No caso brasileiro, constatou-se com as recentes políticas sociais (“Bolsa-Família”, políticas de previdência etc.) que volumes relativamente limitados de recursos quando chegam à “base da pirâmide”, são incomparavelmente mais produtivos, tanto em termos de redução de situações críticas e consequente aumento de qualidade de vida, como pela dinamização de atividades econômicas induzidas pela demanda local. A democratização aqui é fundamental. A apropriação dos mecanismos decisórios sobre a alocação de recursos públicos está no centro dos processos de corrupção, envolvendo as grandes bancadas corporativas, por sua vez ancoradas no financiamento privado das campanhas.

11. Facilitar o acesso ao conhecimento e às tecnologias sustentáveis

A participação efetiva das populações nos processos de desenvolvimento sustentável envolve um denso sistema de acesso público e gratuito à informação necessária. A conectividade planetária que as novas tecnologias permitem constitui uma ampla via de acesso direto. O custo-benefício da inclusão digital generalizada é simplesmente imbatível, pois é um programa que desonera as instâncias administrativas superiores, na medida em que as comunidades com acesso à informação se tornam sujeitos do seu próprio desenvolvimento. A rapidez da apropriação deste tipo de tecnologia até nas regiões mais pobres se constata na propagação do celular, das *lan houses* mais modestas. O impacto produtivo é imenso para os pequenos produtores que passam a ter acesso direto a diversos mercados tanto de insumos como de venda, escapando aos diversos sistemas de atravessadores comerciais e financeiros. A inclusão digital generalizada é um destravador potente do conjunto do processo de mudança que hoje se torna indispensável.

O mundo frequentemente esquece que dois bilhões de pessoas ainda cozinham com lenha, área em que há inovações significativas no aproveitamento calórico por meio de fogões melhorados. Tecnologias como o sistema de cisternas do Nordeste, de aproveitamento da biomassa, de sistemas menos agressivos de proteção dos cultivos etc., constituem um vetor de mudança da cultura dos processos produtivos. A criação de redes de núcleos de fomento tecnológico online, com ampla capilaridade, pode se inspirar da experiência da Índia, onde foram criados núcleos em praticamente todas as vilas do país. O *World Economic and Social Survey 2009* é particularmente eloquente ao defender a flexibilização de patentes no sentido de assegurar ao conjunto da população mundial o acesso às informações indispensáveis para as mudanças tecnológicas exigidas por um desenvolvimento sustentável.

¹⁵ Susan George traz uma ilustração convincente: um bilionário que aplica o seu dinheiro com uma conservadora remuneração de 5% ao ano aumenta a sua fortuna em 137 mil dólares por dia. Taxar este tipo de ganhos não é “aumentar os impostos”, é corrigir absurdos.

12. Democratizar a comunicação

A comunicação é uma das áreas que mais explodiu em termos de peso relativo nas transformações da sociedade. Estamos em permanência cercados de mensagens. As nossas crianças passam horas submetidas à publicidade ostensiva ou disfarçada. A indústria da comunicação, com sua fantástica concentração internacional e nacional – e a sua crescente interação entre os dois níveis – gerou uma máquina de fabricar estilos de vida, um consumismo obsessivo que reforça o elitismo, as desigualdades, o desperdício de recursos como símbolo de sucesso. O sistema circular permite que os custos sejam embutidos nos preços dos produtos que nos incitam a comprar, e ficamos envolvidos em um cacarejo permanente de mensagens idiotas pagas do nosso bolso. Mais recentemente, a corporação utiliza este caminho para falar bem de si, para se apresentar como sustentável e, de forma mais ampla, como boa pessoa. O espectro eletromagnético em que estas mensagens navegam é público, e o acesso a uma informação inteligente e gratuita para todo o planeta, é simplesmente viável. Expandindo gradualmente as inúmeras formas alternativas de mídia que surgem por toda parte, há como introduzir uma cultura nova, outras visões de mundo, cultura diversificada e não pasteurizada, pluralismo em vez de fundamentalismos religiosos ou comerciais.

A lista de propostas e sugestões pode evidentemente alongar-se. O fato que mais inspira esperança é a multiplicação impressionante de iniciativas nos planos da tecnologia, dos sistemas de gestão local, do uso da internet para democratizar o conhecimento, da descoberta de novas formas de produção menos agressivas, de formas mais equilibradas de acesso aos recursos. O Brasil neste plano tem mostrado que começar a construir uma vida mais digna para o “andar de baixo”, para os dois terços de excluídos, não gera tragédias para os ricos. Inclusive, numa sociedade mais equilibrada, todos passarão a viver melhor.

Carlos Lopes é subsecretário geral da ONU, encarregado do Unitar em Genebra (www.unitar.org) e da Escola de Líderes da ONU em Turim (www.unssc.org). Especialista em desenvolvimento pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e Desenvolvimento da Universidade de Genebra, tem também um doutoramento em História pela Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne. Tem numerosa bibliografia publicada e faz parte de 12 conselhos acadêmicos. As opiniões aqui expressas são pessoais.

Ignacy Sachs é eco-socioeconomista. Nascido na Polônia em 1927, com estudos superiores no Brasil, Índia e Polônia. Desde 1968 é professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, onde criou e dirigiu sucessivamente o Centre International de Recherches sur l'Environnement et le Développement e o Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain. Consultor em várias ocasiões da Organização das Nações Unidas, tendo participado dos preparativos da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, em 1972, e da Cúpula da Terra, Rio de Janeiro, em 1992. Sua bibliografia é acessível no site: <http://www.ehess.fr/crbc/Ignacy%20Sachs%20pour%20site.pdf>. Seu mais recente livro publicado no Brasil é *A terceira margem - em busca do ecodesenvolvimento*, Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

Ladislau Dowbor é professor titular no Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Atua como conselheiro no Instituto Polis e outras instituições. Contato: ladislau@dowbor.org – <http://dowbor.org>.

Crises and opportunities in changing times

Reference document for the activities of the Crises and Opportunities group at the
Global Social Forum/Bahia – January 2010¹⁶

Carlos Lopes, Ignacy Sachs, Ladislau Dowbor

We all have our favorite crises. There are crises of values, pandemics, population growth, economic chaos, energy paradigm change, financial speculation, gaps in education, cultural pasteurization, poverty prevalent in the world, hunger, and lack of access to such prosaic a luxury as clean water. The issue is not to chose which crisis seems to be more threatening. The real threat comes from an impressive convergence of critical tendencies, the synergy of behaviors that may be understandable, but are certainly irresponsible, and frequently criminal, and which are destroying our fragile spaceship.

In recent decades we have closed the statistical horizon of the planet. Despite never-ending interpretations in detail, we know overall what is happening. And the image that emerges is simply tragic. Initially it was seen in fragments. In Rio de Janeiro, in 1992, we realized what was happening with the environment; in Vienna, with human rights; in Cairo, with population growth; in Beijing, with families; in Istanbul, with urbanization; in Copenhagen 1996, the social situation of the planet, and now we have seen, again in Copenhagen, the challenges of global warming. Today, even without planetary gatherings, we realize, from reports that cover areas from extinction of species to acidification of the oceans and the disappearance of rare metals, that we now face systemic challenges, where simple arrangements in the way we organize what we can call the overall management of society are not up to the task. Another world is possible, but most of all another management is necessary. The challenges are simply vital, in the most direct meaning of the word.

We are all adverse to catastrophism. We do not want to look like prophets of doom who only paint a bleak future. The Club of Rome went some way toward turning us against alerts that seemed premature. Today we are starting to evaluate the realism of these predictions in a more rational way. With information easily exchanged, the generalization and improvement of models, online accessibility to the most varied scientific data, allowing for the comparison of results from innumerable research centers, the future is no longer a vague threat, a wavering outline. In a way, and in our consciousness, the future has already arrived. In the strong stance adopted for the title of the Salvador Forum, it is a crisis of civilization.

We do also worry about keeping our feet on the ground, maybe not in our social dreams which may be infinite, but at least in our proposals. This realism has to be qualified. In most cases, as we see how difficult it is to obtain some tiny progress in pollution reduction or some protection for children in critical situations, we tend to think that setting high objectives is good for dreams but does not ensure good policies. Today, with the intensity of the threats to the planet, this view tends to change. We have to place on our realistic horizon actions which ensure the survival of species on land and in the oceans, the sustainability of our own civilization. What is the minimum that ensures survival? A politician can afford the luxury of thinking how to reduce his aspirations to obtain a favorable vote. He is being realistic. We, as visionaries, or concerned scientists, have to make clear what are the minimum necessary measures to avoid catastrophes and to guarantee a sustainable and dignified life.

Our task, in this sense, is to define the horizons of systemic results we have to achieve, not any longer as a dream for the “possible world”, but as an imperative for what is absolutely necessary. Armed with these systemic results, we will contribute to define strategies, proposals and agendas.

There is no doubt that we are all tired of having to do this. And tired of seeing proposals rejected or postponed, analyses being diluted due to supposed (and often well funded) scientific doubts, and the planet rocked in the cover-up so well qualified as *business as usual*. What is taking us away from *business as usual*, and transforming the crises into opportunities, is the fact that the crises affects a multitude of people and are becoming clearly evident. As the good human race we are, we are reacting in a realistic way; in other words, we are reacting, not when the water was around our ankles, but now that it is reaching our necks.

The intended exercise in this text, as we present arguments to stimulate discussion and trigger proposals, is to pinpoint the main areas of change and possible convergence of action plans. What we have ahead of us is an immense planetary task of drawing our efforts together, improving our knowledge of the challenges, and organizing an effective wide ranging scientific communication network, with the aim of generating a critical mass of

¹⁶ The activities, studies and papers of the Crises and Opportunities group, as well as the present paper, can be found on www.criseoportunidade.wordpress.com.

knowledge for a variety of stakeholders. Paulo Freire defined our task well: we are *peddlers of the obvious* (*andarilhos do óbvio*). He used to say this in a humorous way, because good humor is part of the process. We want to stop killing ourselves from overwork in building useless things and destroying the planet. We want the prosaic quality of life, the pleasure of daily challenges, in peace, for everyone, and in a sustainable manner.

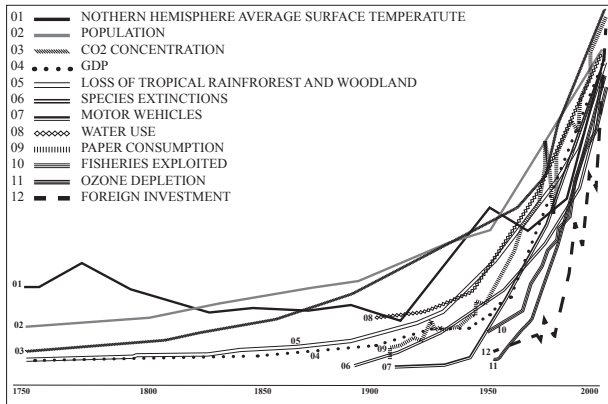
We made use of varied documents, contributions from numerous researchers, because our effort consists essentially in systematizing key points, to make joining forces easier. We relied particularly on the contributions of the Brasilia Conference on Crisis and Development, in March 2009, trying to build on progress already made.

I – THE SIZE OF THE CHALLENGES

Here we shall focus on what seem to be four main trends that threaten us. We have to save the planet, to reduce inequalities, to ensure access to decent jobs and to correct production priorities. Too big a challenge? We are not concerned in reducing our fall from the 20th to the 15th floor. We are concerned with not destroying ourselves.

Balancing convergence

The chart we show below constitutes a summary of macro-tendencies during the historic period from 1750 until the present day. The scales had to be made compatible and some lines represent the processes for which we have only more recent figures. But as a whole, the chart shows the coming together of areas traditionally studied separately, such as demography, climate, automobile production, paper consumption, water contamination, extinction of ocean life and others. The synergy of the process becomes obvious, as does the size of the environmental challenges¹⁷.



Source:
New Scientist,
October 18, 2008,
p. 40.

The New Scientist comment regarding macro-tendencies focuses directly on our own concept of economic growth:

Science tells us that if we are serious about saving the Earth, we must reshape our economy.

This, of course, is economic heresy. Growth to most economists is as essential as the air we breathe: it is, they claim, the only force capable of lifting the poor out of poverty, feeding the world's growing population, meeting the costs of rising public spending and stimulating technological development – not to mention funding increasingly expensive lifestyles. They see no limits to growth, ever. In recent weeks it has become clear just how terrified governments are of anything that threatens growth, as they pour billions of public money into a failing financial system. Amid the confusion, any challenge to the growth dogma needs to be looked at very carefully. This one is built on a long standing question: how do we square Earth's finite resources with the fact that as the economy grows, the amount of natural resources needed to sustain that activity must grow too? It has taken all of human history for the economy to reach its current size. On rent form, it will take just two decades to double¹⁷.

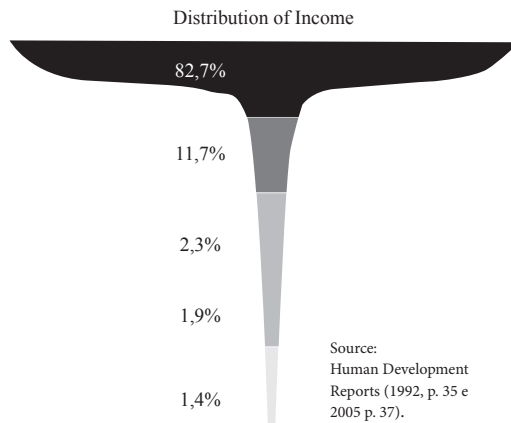
¹⁷ New Scientist, October 18, 2008, p. 40; to access the chart online go to <http://dowbor.org/ar/ns.doc> the complete dossier can be consulted at www.newscientist.com/opinion; the support tables and primary sources can be seen at http://dowbor.org/ar/08_ns_overconsumption.pdf; contributed with the dossier: Tim Jackson, David Suzuki, Jo Marchant, Herman Daly, Gus Speth, Liz Else, Andrew Simms, Suzan George and Kate Soper.

The convergence of tensions generated for the planet becomes evident. We cannot congratulate ourselves anymore for the increased fishing catches when we are extinguishing life in the oceans or when the increase in crop production is eliminating the aquifers and contaminating the planet's fresh water resources. Not to speak of automobile production and the expansion of other production chains which generate climate change. The solutions have to be systemic. This broader view can – and it is only a possibility – trigger profound changes as we raise the overall level of awareness of the challenges.

The dilemma is clear: what development do we want? And for this development, what kind of State and regulatory mechanisms will be necessary? There is no way to minimize the size of the challenges. With 7 billion inhabitants – and 75 million extra per year – who adopt a steadily expanding level of consumption and utilize more and more powerful technology, our planet shows all its vulnerability. And we, our irresponsibility or helplessness.

The scandal of inequality

The economic expansion of recent decades has been fed on the earnings from productivity that new technologies have brought about. The distribution has been radically unbalanced. It is not the place here to study this process, but it is important to remember that the concentration of income on the planet is reaching absolutely obscene limits¹⁸.



The image of the champaign glass is extremely expressive because it shows who gets what of the overall content, and in general people are not aware of how critical the drama is. The richest 20% get 82.7% of the income. The poorest two thirds have access to only 6%. In 1960, the income earned by the richest 20% was 70 times the equivalent of the poorest 20%; in 1989 it was 140 times more. The concentration of income is absolutely scandalous and forces us to face the ethical question of justice, and social and economic drama of billions of people who could not only be living better, but also contributing to sustainable development. There will be no stability on this planet while the economy is organized around the interests of one third of the world's population.

This unjust concentration is not due only to financial speculation, but its contribution is significant and, above all, it is absurd to divert the capital from obvious planetary priorities. The Economist brings strong figures concerning economic growth, generated essentially by technological progress in the production area, but appropriated by the so called “financial services industry”: “The financial-services industry is condemned to suffer a horrible

¹⁸ There is immense literature on the subject. The chart attached, known as the “Champaign glass” is from the United Nations 1992 Human Development Report; for an update in 2005, see Human Development Report 2005, p.37. The Champaign glass only narrowed the bottleneck, there were no significant changes. An excellent analysis of the recent aggravation of these numbers can be found in the Report on the World Social Situation 2005, The Inequality Predicament, United Nations, New York 2005; The World Bank document, *The Next 4 Billion*, estimates that 4 billion people do not have access to what is qualifies as “the benefits of globalization” – IFC. *The next 4 Billion*, Washington, 2007; we are talking about two thirds of the world population.

contraction. In America the industry's share of total corporate profits climbed from 10% in the early 1980s to 40% at its peak in 2007¹⁹.

A clear gap is generated between those who generate technological innovations with the potential of producing socially useful goods and services – the engineers of the process, so to speak – and the financial intermediaries who take over the surplus and limit the options to short term profit maximization. The engineers of the process create important technological advances, but their use and commercialization are handled by financial, marketing and legal departments which dominate companies and take over their final destination. It is a system which has generated a deep divide between those who contribute to new potentials and those who take over the surplus.

When putting both charts together, the one from New Scientist concerning historic megatrends and the “champaign glass” from the Human Development Report, we reach a very obvious conclusion: we are destroying the planet for the benefit of one third of the world's population. This is the basic reference which guides our future actions: revert the march of the destruction of the planet and reduce accumulated inequality.

It is important to remember that our main instrument to measure progress, Gross Domestic Product (GDP), measures neither one nor the other. It does not take into account the planet's natural capital reduction, and in reality only shows us the national average intensity of the use of the production machine, not what is produced, for whom and at what costs. And the main motivator of private investments, profit, acts against both: it has everything to gain from the maximum extraction of natural resources and externalizing pollution costs, and has nothing to gain from producing for those who do not have money to spend. The fantastic possibilities that new technologies open to us are simply wasted.

The challenge of access to decent jobs

Inequality and sustainability are directly linked to the imbalances of inclusion in the production process. Manpower, our immense unused production capacity, looks more like a problem than an opportunity. In the present form of use of production factors and technologies, the productive inclusion is an exception. In Brazil, there are 190 million inhabitants. Of these, 130 million are of active age, of between 15 and 64 years. In the economically active population, there are 100 million people, which already show us under-utilization. The employment statistics, on the other hand, show that there are only 31 million people formally employed in the private sector. We can add 9 million public servants to this number in the country and we reach 40 million. We are still a long way from the total. What do the others do? There are entrepreneurs, no doubt, as well as a mass classified as “autonomous”, besides approximately 15 million unemployed. As a whole, a huge mass of people are classified under the vague concept of “informal sector”, measured at 51% of the economically active population by IPEA (Institute of Applied Economic Research). The study underlines that “the existence of this portion of workers on the edge of the system cannot, under any circumstances, be seen as a solution for the market” (IPEA p. 346). This “portion” represents half the country²⁰.

The essential fact for us is that the present model under-utilizes half of the country's production capacity. And to imagine that the growth centered in multinational companies, huge plantations of soya beans (200 hectares to generate one job) or even in a hypothetical increase of public jobs, will allow it to absorb this manpower is not realistic. To evolve to alternative forms of organization becomes absolutely necessary.

The drama in Brazil is representative of a broader universe: “Informal employment accounts for between one half and three quarters of non-agricultural employment in the majority of developing countries. The share of informal workers in the non-agricultural labour force ranges from 48% in North Africa and 51% in Latin America and the Caribbean, to 65% in Asia and 78% in sub-Saharan Africa”²¹.

19 The Economist, *A Special Report on the Future of Finance*, January 24th 2009, p. 20.

20 IPEA – Brazil, the state of the nation – labor market, jobs and informality – IPEA, Rio de Janeiro 2006 – “In its most direct form of expression, the informal sector is treated as a generator of jobs with low quality and income, ineffectiveness and additional economical costs, constituting a distortion to be fought” ... “In 1992 the informality percentage was 51,9%, reached 53,9% in 1998, returning to 51,7% in 2003 and falling to 51,2% in 2004”. The data is practically very similar for the totality of Latin America. – (pp. 337 and 339).

21 UN – *The Inequality Predicament*, New York, 2005, p. 30.

In this way, the inequality drama seen above does not only constitute a problem of fair distribution of income and wealth: it also involves the productive inclusion of the majority of the population that is unemployed, under-employed or trapped in different types of informal activities. The ILO proposals concerning decent jobs, the World Bank concerns about the 4 billion that are excluded from the “benefits of globalization”, and the numerous initiatives centred on local development belong to the same drama: economic growth that leaves a huge part of the population out of the process is not sustainable. We are talking about almost two thirds of the world’s population to whom we block the access to finance, technologies, and the right of each individual to provide for his family.

Deformation of priorities

The table below, extracted from the *Human Development Report 1998*, represents the deformation of priorities of the use of our production capacity. The reading is simple: we cannot obtain the supplementary 6 billion to universalize basic education, but we can obtain 8 billion for cosmetics in the USA, and so on. The values are low because they are in dollars which were worth more at the time, but the contrast is evident. The 780 billion dollars spent on the military already added up to 1.5 trillion in 2008. And if we think about the trillions of dollars of public resources transferred during the 2008 financial crisis, we will have a real idea of the absurd disregard for human and environmental priorities.

THE WORLD’S PRIORITIES?

(ANNUAL EXPENITURE) IN DOLLARS	
Basic Education for all	\$6 bilhões*
Cosmetics in the USA	\$8 bilhões
Water and sanitation for all	\$9 bilhões
Ice-cream in Europe	\$11 bilhões
Reproductive health for all women	\$12 bilhões
Perfumes in Europe and the USA	\$12 bilhões
Basic health and nutrition	\$13 bilhões
Pet Foods in Europe and the USA	\$17 bilhões
Business Entertainment in Japan	\$ 35 bilhões
Cigarettes in Europe	\$ 50 bilhões
Alcoholic drinks in Europe	\$ 105 bilhões
Narcotic drugs in the world	\$ 400 bilhões
Military spending in the world	\$ 780 bilhões

Source:
Euromonitor 1997;
UN 1997g; UNDP,
UNFPA, ed UNICEF,
1994; Worldwide
Research, Advisory and
Business Intelligence
Services, 1997. Human
development Report,
1998, New York, p. 37.

* Estimated additional annual cost to achieve universal access to basic social services in all developing countries.

In reality, what needs to be expanded in the world today are basic services for the billions who barely survive, much more than diversified and fancy consumer goods. Some things should be accessible to everyone. The planet produces almost a kilo of grain per day per inhabitant and we have more than one billion people going hungry. The ten million children who die of hunger, no access to clean water and other absurd causes constitutes an unbearable scandal. But from the private investment point of view, solving essential problems generates no profits, and the orientation of our production capacity is radically deformed.

In terms of economic, social and environmental megatrends, we are drifting. We are destroying the planet in favor of a minority, in order to increase the supply of goods without any other criteria than monetary capacity, creating advanced technologies without allowing free access, reducing, instead of fostering, the capacity of people to make a living. The level of accumulated imbalances is exceeding the bearable limit. And we have as a background the huge task of organizing the transition to another productive energy paradigm, the post-petroleum era. There will always be people who expect an invisible hand to solve these challenges. Who are the dreamers here?

II –RESTORING PUBLIC MANAGEMENT CAPACITY

In the discussion of another world which we hope is possible, we have to evolve more towards the “*how to*” questions, the corresponding management mechanisms, the discovery of breaches that exist in the system, the opportunities for transformation. The world will not stop at a given time to start working in another way. It is up to us to introduce or reinforce the trends of change. Analysis of the decision making process and the search for instruments of change have become vital.

What emerges as the central line of thought, therefore, is the inadequacy of the decision making processes in various critical situations we have to face. Confronting the planetary environmental challenge demands collaborative processes and the building of negotiated agreements for the common good, or at least to avoid the common disaster. Interrupting the inequality cycle implies the displacement of the traditional vision that attracts investments to where the purchasing power is located, and therefore involves a radical change of the so called corporate governance, far beyond the present social responsibility cosmetics. Organizing productive inclusion of almost two thirds of the excluded population involves another logic for jobs, multiple and differentiated forms of insertion in the production of goods and services. Rescuing real priorities of the planet and humanity involves a more significant participation from the State, which with all its weaknesses, still constitutes the best instrument to coordinate the social efforts we make. But we need a State acting more as a regulator of society’s collective efforts. We have to rescue the systemic and long term vision, and the corresponding planning mechanisms. We are, in reality, talking about the creation of another political culture²².

Naturally, we all feel small when faced with changing processes of this magnitude. And we might think that setting such high challenges is not realistic. The fact is that no one is asking us if we want or not to face up to such tasks. Global warming is not waiting for us to agree, nor is the end of easy petroleum as the energetic cornerstone, nor the extinction of ocean life, nor the loss of forests, not even the Aids virus, not even... Reality is there, it is happening, whether we like it or not. Other forms of management are inevitable; the only realistic question is if we want to pay the small price now or a much higher one in the future.

A stronger and more democratic State

Criticisms concerning the size of the public sector usually result from ideological bias and little knowledge of reality. In the words of a director from the Ecole Nationale d’Administration, the famous ENA, improving the productivity of the public sector constitutes the best way to improve the systemic productivity of the society as a whole. The 2005 United Nations World Report on the Public Sector, shows the evolution that occurred from the traditional vision of “public administration” based on obedience, strict controls and concept of “authorities”, transiting through a phase where we appeared to have a more entrepreneurial form of administration, in the line of “public management” which, for example, gave us the concept of “city manager” in place of the mayor; and now the emerging modern viewpoint the report calls “responsive governance”.

This last form of organization implies that in public realms good management is obtained through intelligent and balanced articulation of the group of players interested in development, the so called “stakeholders”. It is a type of management looking to “respond” to the different interests in society. It is centred on widely participatory systems, and in any case, more democratic, in the line of “participatory governance”.

The evolution from traditional Public Administration to New Public Management was based on a private management view, supposing it would be more efficient. The more recent evolution towards Responsive Governance is based on a more public proposal, where the managers listen more to citizens, and where the citizens’ participation, through more democratic processes, is what ensures that administrators will be more efficient since they are more tuned in to what is expected of them. It is the difference between the authoritarian efficiency coming from above and the democratic efficiency of bottom-up decision making. The efficiency is measured not only by the results, but also by the process. The table below helps visualize this evolution:

²² An important contribution to this discussion can be found in the paper by David Held and Angus F. Nervej, *Democracy, climate change and global governance* – November 2009, www.policy-network.net.

Evolution of the concept of government

	Public Administration	New Public Management	Responsive Governance
Citizen-state relationship	Obedience	Entitlement	Empowerment
Accountability of senior officials	Politicians	Customers	Citizens and stakeholders
Guiding principles	Compliance with rules and regulations	Efficiency and results	Accountability, transparency and participation
Criteria for success	Output	Outcome	Process
Key attribute	Impartiality	Professionalism	Responsiveness

Source:
UN, World Public Sector Report, 2005, p. 7

“The governance model... emphasizes a government that is open and responsive to civil society, more accountable and better regulated by external controls and the law. There is a proposal that society should have a voice through non-governmental organizations and community participation. Therefore the governance models tend to focus more on incorporating and including citizens in all their stakeholder roles, and not being limited to satisfying customers, in an alignment with the notion of “creating public value” ...“The governance theory looks beyond management and service reform by pointing to new kinds of state-society links and new, more multilayered and decentralized forms of governing”. “Openness and transparency are thus part of this emerging model.” (UN, *World Public Sector Report 2005*, p.13).

The new emerging model is essentially centered on a more democratic vision, with direct participation of the stakeholders, more transparency, with a clear opening for new information and communication technologies, and organized solutions to ensure interactivity between government and citizens. The vision involves “more sophisticated knowledge of management systems”, with an important role for the use of new information and communication technologies.

For the discussion in Brazil and Latin America, these points are very important. They have the added value of bypassing long gone authoritarian visions, and also the pseudo-modernization that places a manager where we had a politician, resulting in a superficial cosmetic change. It is a positive evolution, pointing at a real problem solving capacity through the necessary pacts with civil society. This systematization of world trends gives more credibility to those who fight for the re-appropriation of policies by citizens at the base end of society, instead of the substitution of one authoritarian solution for another.

The rational allocation of resources

The allocation of resources is made through intermediaries, whether government, banks, insurance companies, pension funds, health plans or the planetary giants we call institutional investors. All of these institutions capture funds under varied justifications. But they are intermediaries, which mean they should allocate the resources to end activities.

The government, a key intermediary, allocates resources according to a budget discussed in parliament and approved by law. Important fact: the government has to guarantee the funding it will spend. The fiscal policy (treasury) and the expenditures (planning) have to be aligned to the budget. In the planet as a whole, the governments are the largest resource managers, and the richer the country, the stronger the government's participation in this arbitration.

The table below is interesting, because it shows the strict correlation between the level of development and the participation of the public sector. In countries with low income, the portion of the GDP that falls under central government control is 17.7% increasing progressively as we reach the high income countries. To bad mouth the governments seems to be a planetary consensus, but we need them more and more, including in the United States²³.

23 Schieber, George; Lisa Fleisher e Pablo Gottret - *Getting Real on Health Financing*, Finance and Development, a International Monetary Fund publication, December 2006, quoting Gupta, Sanjeev. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/12/schieber.htm>.

Country with:	Central government, GDP percentage, early 2000
Low income	17,7
Low to Average income	21,4
Average to high income	26,9
High Income	31,9

Source:
Finance and
Development, IMF,
Dec. 2006, p. 46.

It should be noted that in the table above, only central government expenditures are included; total public expenditures are much greater. "A decade ago American government spending stood at 34.3% of GDP compared with 48.2% in the euro zone, a gap of 14 points; in 2010 it is expected to be 39,9% of GDP compared with 47.1%, a gap of less than eight points"²⁴. Let us remember that in Brazil the equivalent figure is 36%. In Sweden, which no one accuses of being poorly managed, it is 66%. And these are numbers taken before the recent state intervention to save the banks.

Therefore, no matter which policy will be adopted, it is essential do ensure the quality of allocation of resources by the largest stakeholder, the government. This correlation between the country's prosperity level and the participation of the public sector is not a mystery; in simple terms, the world is changing. In the past, we were made up of dispersed rural populations, and the families solved most of their problems individually, with water available from the well and the trash dumped in the bush. In the city, social investments are generalized because we need water and sewage networks, security systems, public transportation, garbage collecting and so on, all of which are carried out with the strong presence of the public sector. They are collective consumption services.

One has to take into equal consideration, with this increasing presence of public sectors throughout the planet, the change of the relative weight of our different activities. A few decades ago, what we used to call production activities consisted mainly of manufacture, agriculture and commerce. Today social policies are in the center of the economy. The largest economic sector in the United States is not the military complex nor the automotive industry, but health, with 16% of GDP and growing. In Brazil, the educational area, including the student population, the teachers and the administration occupy about 60 million people, almost one third of the country's population. The social policies are becoming a powerful factor of social restructuring, through its capillary characteristic (health has to reach every person) and its labor intensity. They are areas in which, with the exception of the high income niches, the public sector simply is more performant, frequently associated with civil society organizations. These are usually linked to social policy sectors, and are building a new nongovernmental public sector. The social economy and its variations occupy a growing place in the whole of economic activities, and contribute strongly to the expansion of the public sector.

A third line of social transformation is the growing knowledge intensity of all activities. Today almost all activities involve a high input of technology, of the most varied types of knowledge, and of the so-called "intangibles". When the essential value of a product comes from the incorporated knowledge, the corresponding system of organization changes. It is based on a wide range of collaborative social processes which involve research and development, universal access to education, and information diffusion systems that increase knowledge intensity in society as a whole, with a very significant participation of public resources at all levels. The natural tendency is for knowledge to become a public domain (creative commons) because of the dissemination conveniences that modern technology allows and because of the understanding, which gradually penetrates society, that knowledge multiplies better when shared. Knowledge is a product whose consumption does not reduce how much we have of it, on the contrary.

These are megatrends that transform society and that demand more diversified, decentralized and flexible management systems from us. We are evolving towards a network society, with densely interactive and collaborative systems. Alliances and partnerships between various levels of territorial organizations are becoming generalized. Urbanization leads to an accelerated expansion of the local management capacity, where communities are taking control over their own development. Social policies generate participatory management. Knowledge society leads us to networking and collaborative processes, however strong the resistance (copyrights, patents etc.) may be.

What is happening in reality is a generalized *future shock*, and the fall of the Berlin wall as well as the irresponsible swindling on Wall Street only managed to arouse, and not only on the left, the understanding that changes need to be systemic. The business as usual (BAU) from both sides of the political spectrum, is starting to leave the scene. It is production relationships in the

²⁴ The Economist, March 14th-20th 2009, p. 37 quoting data from Newsweek.

broad sense that change, and the result is that most of the current social mechanisms are losing their regulation capacity.

The role of the State appears to be central, inclusively in the face of the global critical trends. Given the extreme fragility of planetary governance instruments, the strategic instrument to build new regulatory systems will pass through national policies much more than global ones. The State will thus have a stronger role both in national regulation and in the redefinition of the rules of the game between nations.

The potential of local management

Humanity has become dominantly urban with the passing of the millennium. This implies a different rationality in the decision making processes and in the institutions which govern us, for today any region has an urban center that can manage many of the development issues, and this includes the articulation with the rural surroundings. Cities have thus become a key actor in the integrated regional development and planning issues. Initially the sectorial view tended to dominate, with initiatives such as Healthy Cities, Educational Cities, City Agenda XXI and so on, but we are gradually evolving towards integrated initiatives such as *Bogotá Como Vamos*, *Nossa São Paulo* and the like. This is a key issue, for local authorities are the basic blocs with which we can build deeply embedded change. It is certainly not sufficient, but essential.

Local development allows for an effective empowerment of communities, and mobilization of these capacities is vital for a participatory development. In numerous experiences around the world have demonstrated that the individual interest of people for their program works more effectively when anchored in the collective self-interest of the integrated development of the territory. With simple information systems on local quality of life, communities are redefining priorities. The time has long gone when we believed in “parachute” projects: development works when it is participatory, with a reasonable balance between the external fostering and the endogenous dimension of the process.

Rational allocation of resources demands an efficient evaluation of the end use of investments, which is more detailed and difficult a job than speculating on hedge funds. The credit agent at the local level, who knows his neighbourhood, and also knows the needs and potentials of the region, in a way becomes a key factor of project efficiency. It is hard work, demands knowing the reality and the persons involved, with permanent follow up, but it is the only way to transform the savings of some into better production systems for all, through the so-called systemic productivity of the territory.

Experience in this area is enormous; from the Grameen Bank in Bangladesh to the NGOs financial intermediation in France, the constitution of Community Development Banks and the credit “Oscips” (*Civil Society Organization of Public Interest*) in numerous municipalities in Brazil, the micro-credit large-scale experience by the *Banco do Nordeste* (Bank of the Northeast). The requirement of local investment of the population’s savings, with wider ranging compensation rules between rich and poor regions through public networks, should allow for finance both to micro and to small companies, such as civil society organizations committed socially and environmentally, and also local and regional public investments in sanitation, urban maintenance and similar.

The government’s various social programs, from *Bolsa Família* (a cash transfer program) to *Luz para todos*, (a social infrastructure program), converge in their impact to boost local access to resources even in the poorest regions of the country. This convergence is now strengthened with the Territórios da Cidadania, an anti-recession program with “Rooseveltian” characteristics capable of putting together – alongside the PAC²⁵ – a powerful tool, not only to resist the current turbulence, but also to initiate new dynamic growth, more balanced from the regional point of view, and certainly capable of incorporating rural populations. Territórios da cidadania has a 20 billion reais budget for 120 of the poorest regions in the country. This vision, of supporting local development, simultaneously supports the anti-cyclical policy as well as the reduction of inequality, while promoting a more democratic decision process.

What is gradually showing on the political horizon – as a result in part of the 2008 financial crisis, but above all, due to the accumulation of critical unbalances – is a more decentralized State, more responsive to people’s demands, more democratic in the decision making processes, more transparent in the information area, and one that plays the role of balancing interests of the varied agents of social transformation.

²⁵ PAC - Programa de Aceleração do Crescimento is the largest federal government initiative in Brazil, with investment in infrastructure, and a large social dimension (“PAC Social”).

III – AGENDA DRAFTS

It is fashionable to say that state rule came down with the Berlin Wall and neo-liberalism with Wall Street. In reality, what we are seeing is the demise of the simplified visions of the social decision making process. The dichotomic view which gave us the bureaucratic state of Eastern Europe on the one hand and the corporate arrogance exemplified in the United States on the other is what is in crisis. Our complex modern society cannot bear these types of simplifications any longer. We need to develop more flexible and differentiated regulatory processes, not strangling the decision making process through excessive control, but bringing it closer to the real needs of society, with more democracy and transparency. As a society, we don't want just to survive, but to live with better quality of life. And this means organizing, in an orderly manner, the challenges and answers. These are the minimum results we need to achieve, with the corresponding decision making processes.

The proposals or lines of action suggested below, have a common denominator: they have all been tried and are being applied in various regions of the world, sectors or different activity levels. They are initiatives that have been tested, and can become widespread policies, with the evident flexibility due to the diversity of situations in the world. We have no illusions as to the distance between our political realities and the ambition of the measures we advocate. But it seemed essential, in every way, to set the necessary measures down in an organized way, because having a clearer north helps to create new planetary governance. They are not listed in any particular order, for most of them have simultaneous implications for several others²⁶.

1. Rescue the public dimension of the State

How can we have regulatory mechanisms that work if our politicians are elected with the money of the corporations they are supposed to regulate? If the agencies that evaluate risks are paid by those who create the risk? If those responsible for a central bank come from the companies that need to be regulated and then return to get their jobs back? One of the clearest proposals of the current crisis and one that we find mentioned in almost the entire political spectrum is the need to reduce the capacity of the corporations to dictate the rules of the game. The number of laws approved to reduce taxes on financial transactions, to reduce the regulations of the Central Bank, to authorize banks to make all and any operations, added to the power of financial lobbies (for example, the Brazilian case of Febraban pressuring the judiciary to declare banks free from having to submit to complaints via Procon) make the need to restore the regulatory power of the state evident and for that reason, the politicians should be elected by real people, and not by corporate entities that are a fiction in terms of human rights.

2. Redesign our national accounting system

The national (and local) accounting system has to be centered on the objectives we are aiming for. The GDP indicates the intensity of the use of the productive apparatus, but does not indicate what is produced, for whom and at what cost to the stock of natural resources the planet has at its disposal. It counts as an increase to GDP: a natural disaster, the increase of disease, the restriction of access to free goods. The HDI was already a great progress, but we have to evolve to an integrated accounting of the effective results of our efforts, and particularly to the allocation of financial resources, ensuring a development that is not only economically viable, but also socially fair and environmentally sustainable. The methodologies exist, partially applied in several countries, sectors or researches. The expansion of the international indicators like the HDI, the generalization of national indicators like Calvert-Hendersen Quality of Life in the United States, the proposal of the Stiglitz/Sen/Fitoussi Commission, the GDH – Gross Domestic Happiness – all champion a reformulation of accounts. The adoption in all cities of local quality of life indicators, as the Jacksonville Quality of Life Progress Indicators, or indicators developed by the Movimento Nossa São Paulo – has become essential to measure what really matters: a sustainable development, improvement of the quality of life of the population. Much more than restricting measuring to commercial output, it's all about the outcome.

²⁶ Lester Brown, in his *Plan B 4.0*, studies measures “based not on what is conventionally believed to be politically feasible but on what we think is needed”. – Norton and Cy., New York, 2009, p.111.

3. Guarantee basic income

Some things have to be accessible to everyone, it is that simple. Critical poverty is the biggest drama, as much because of the suffering it causes as for the links with the environmental drama, lack of access to information and knowledge, as well as the deformation of the production profile: business is not interested in the needs of those who do not have purchasing power. The UN calculates it would cost 300 billion dollars (in 2000 value) to take 1 billion people who live on less than one dollar per day, out of the worst state of poverty. A ridiculously low cost when you consider the trillions transferred to financial groups during the financial crisis. The ethical benefit is immense, because it is a planetary scandal that 10 million children die every year of ridiculous causes; these children have nothing to do with our political and corporate infamy. The short and medium term benefit of redistribution is big as money at the bottom of the pyramid immediately boosts micro and small production, acting as an anti-cyclical process, as has been noted in Brazil's social policies. In the long run, it will be a generation of children who will have been decently fed, who will turn into better students at school and live a better adult life. In terms of political stability and general security, the impacts are obvious. It is the best financial investment we can imagine, and the Brazilian, Mexican and other countries' experiences have already given us all the necessary know-how. The theory that the poor will sit back if they receive subsidies is simply denied by the facts: the poor do not lack initiative, they lack opportunities.

4. Guarantee the right to make a living

Every person who wants to make a living to provide for his family has the right to work. In a planet where there is a world of things to be done, including rescuing the environment, it is absurd to keep so many people out of organized forms of production and income generation. We have the resources and the technical and organizational knowledge to ensure, in each village or city, access to a decent and socially useful job. The experiences in Maharashtra (India) have demonstrated its viability, as have numerous Brazilian experiences, without even mentioning the New Deal of the 1930s crisis. They are options where everyone wins: the municipality improves basic sanitation, housing, urban maintenance and food production in the "green belts". The families can live in a decent way; and society becomes better structured and less tense. The costs of unemployment benefit are reduced. In the Indian case, each village and city is obliged to draw up labor intensive projects. Money lent or created in this way represents investment, improvement in quality of life and gives an excellent return. More fundamental, it guarantees that everyone has a role in the building of sustainable development. In the economic activity, besides the productive result, it is essential to think about the social restructuring involved, the creation of social capital. The industrial fishing in the oceans can be more productive in volume of catch, but the outcome is disastrous, both because of the diminishing stocks of life in the oceans, and of the hundreds of millions of people who lived from traditional fishing practice and are losing their means of subsistence. The dimension of the jobs creating impact of all economic initiatives has to become a central concern.

5. Reduction of working hours

The under-utilization of the work force is a planetary problem, even if unequal in its scale. In Brazil, as we have seen, with 100 million people in the economically active population (PEA), we have only 31 million people formally employed in the private sector and 9 million public servants. The numbers do not add up. The informal sector lies in the order of 50% of PEA. A large section of the nation "manages" to survive. Regarding top jobs, people do not live well because of the excessive work loads. It is not a luxury demand: the number of suicides in companies where the race for efficiency has become inhuman is impressive. Professional stress is becoming a planetary illness and the issue regarding quality of life in the workspace is becoming central. The social redistribution of the workload has become a necessity. Resistance is understandable, but reality shows that with technological advances, the productive processes become less labor intensive, and reducing the working day is a question of time. We cannot have a minority in possession of extremely modern equipment and technology that carries out mass production for a mass of spectators, especially because it's about balancing salaries and consequently, demand, as well as ensuring a place for everyone. The reduction of the working day will not reduce the well-being or the wealth of the population, but will shift it to new sectors more centered on the use of free time, with more cultural and leisure activities. We do not necessarily need more cars or plastic; we need more quality of life.

6. Promoting style of life change

On this planet of 7 billion inhabitants, with an annual increase in the order of 75 million, every policy also involves a change in individual behavior and consumption culture. Respecting environment regulations, moderating consumption, debt awareness, intelligent use of means of transportation, generalization of recycling processes, waste reduction – there is a wide range of initiatives in our daily life that involves a change in values and attitude when faced with economic, social and environmental challenges. During the Brazilian energy blackout at the end of the 90s a good informative campaign was employed, the collaborative role of the media and the systematic punishment of excesses allowed for a general rationalization of the domestic use of energy. Practically everybody found one could live with much less energy. This aspect of problem solving is essential and involves not only appropriate legislation, but above all effective participation from the media. Today, 95% of the homes in Brazil have television, and an intelligent informative use of this and other media has become fundamental. In the face of the necessary efforts, it is not enough just to reduce the marketing assault which stimulates consumerism, it is necessary to rescue the informative dimensions of the means of communication. The scientific media has practically disappeared, the news follows the attraction and sensation of crime news, when what we fundamentally need is a population well informed about the real challenges we face. A big part of the change in individual behavior depends on public actions: people will not leave the car at home (or decide not to have one) if there is no public transportation; they will not recycle if there are no adequate collection systems. We need a public policy for changes in individual behavior.

7. Rationalize the financial intermediation systems

The final allocation of financial resources is no longer organized according to end use and social needs, it has been reorganized according to the interests of the financial intermediaries themselves. Credit activity is always a public activity, it can be in the sphere of public institutions or the sphere of private banks, but they work with public money. This is why they are formally under control of a central bank, and they need an authorization since they make money with other people's money. The recent 2008 financial crisis clearly demonstrated the chaos generated by the lack of trustworthy regulatory mechanisms in the sector. In recent decades, we have jumped from one bubble to the next, from crisis to crisis, and governments have not had the will or the strength to update the regulatory system in order to ensure improved systemic productivity of our savings. While a more favorable balance of power is not generated at the global level, we need to promote improved national financial regulatory systems. Money allocation is not most productive where the intermediaries earn the most. It is a public resource, and we must generate regulations where the outcome for society is optimized.

South Korea recently opened a 36 billion dollar fund to finance collective transportation and energy alternatives, generating 960 thousand jobs. The positive impact is a reduction in greenhouse gas emissions, but it is also a way to face the global crisis by boosting internal demand. It is again environmentally friendly by improving the consumption profile (collective transportation). From the social perspective, it reduces unemployment and generates income. From the technological perspective it generates innovations in the area of clean energy use, emissions control, cleaner production process and so forth. It even has an impact seldom considered, which is reducing the time people waste commuting to work. We are dealing with public funding here, commercial banks would not have seek this systemic view of the positive use of money. (*Global Green New Deal*, UNEP). Resources must be made more accessible according to the greater social, economic and environmental results. Financial intermediation is a means, not an end.

8. Taxation of speculative transactions

One of the suggestions most frequently made, is the taxation of speculative transactions. An old fashioned suggestion, proposed by James Tobin, was to tax for example every transaction at 0,20%, which would dramatically reduce profits for those who work with speculation. Speculation has been said to increase the fluidity in the market, when in reality it generates a herd movement that throws the prices of financial papers and commodities up and down and disorganizes any planning of production and investment. Besides reducing speculation, a second important effect of this type of tax is that all transactions will be registered, which would drastically reduce the huge numbers of illegal movements, in

particular tax evasion, corporate and political corruption and the use of tax havens. It is a necessary measure; even if not sufficient, to reduce intermediation in transactions and the various types of activities (*carry trade*, etc.) that generate profits for middle men and costs for everyone else. The recent implementation of a 2% tax on capital that enters Brazil shows the potential of national rationalization policies to face speculative flows.

Special attention needs to be given to the pyramid of intermediaries which organize other intermediaries – with papers that represent rights over other papers – and have everything to gain from the maximization of flows, since their commissions and bonuses are linked to volatility and pro-cyclicality, with monumental volumes that take us, for example, to values in derivatives in the order of 863 trillion dollars in June 2008, 15 times the world's GDP. The speculative intermediation only generates speculative gains and insecurity, and also disorganizes the markets and economic policies²⁷.

9. Reconsidering the logic of the tax systems

Tax policy is clearly one of the main instruments we have to balance the whole system, above all because it can be promoted by democratic mechanisms. The key issue is not the reduction of taxes (the eternal “big government” scarecrow) but in the socially fair form of taxation and the productive allocation in social and environmental terms. The taxation of speculative transactions (national or international) should generate funds to finance a series of essential policies for social and environmental equilibrium. Taxation of the rich is currently essential to reduce the political power of economic dynasties (10% of the planet's families own 90% of the accumulated household assets on the planet)²⁸. Inheritance tax is fundamental for more balanced opportunities between generations. Income tax should obtain more weight relative to indirect taxes, with progressivity which allows efficient income redistribution. It is important to remember that the planet's greatest fortunes in general are not connected to an increase of the planet's productive capacities but the increase in corporate acquisitions, generating even more unstable and less governable empires where the quest is for control of the financial, political and media power and the appropriation of natural resources. The tax system needs to be reformulated in the anti-cyclical sense, privileging productive activities and penalizing speculations; in the social aspect by being highly progressive; and in the sense of environmental protection by taxing toxic or climate changing emissions, as well as the use of non-renewable natural resources²⁹.

10. Rethinking the budget logic

The redistribution power of the State is big, both through the policies it carries out – for example, health policies, leisure, sanitation and other social infrastructure which improve the level of collective consumption – and through those it can foster, like energy options, digital access and so on. The redistribution policy which involves policies relating to salaries, welfare, credit, prices and jobs is also fundamental.

The strong presence of corporations with political power constitutes one of the main obstacles to a more balanced allocation of resources. It is essential to ensure that all resource allocation proposals are analyzed with the triple economic, social and environmental focuses in mind. In the case of Brazil it was made clear with some recent social policies (*Bolsa Familia*, welfare policies, etc.) that relatively limited volumes of resources, when they are distributed to the bottom of the pyramid, are incomparably more productive, both in terms of reduction of critical situations and consequent increase in quality of life, and in boosting economic activities induced by the local demand.

²⁷ BIS Quarterly Review, December 2008, Naohiko Baba et al., www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt0812b.pdf, p. 26:

In November, the BIS released the latest statistics based on positions as of end-june 2008 in the global over-the-counter (OTC) derivatives markets. The notional amounts outstanding of OTC derivatives continued to expand in the first half of 2008. Notional amounts of all types of OTC contracts stood at \$863 trillion at the end of June, 21% higher than six months before. 863 trillion dollars worth of derivatives are emitted, compared to a global GDP of 60 trillion.

²⁸ WIDER - World Institute for Development Economic Research – <http://www.policyinnovations.org/innovators/organizations/data/00620>.

²⁹ Susan George has a convincing illustration: a billionaire invests his money at a conservative return of 5% per year, thereby increasing his fortune by 137 thousand dollars each day, without contributing anything. Taxing this kind of return is not “increasing taxes”; it is correcting what is absurd.

Special attention should be paid to taxes over greenhouse effect emission which should play an important role in terms of fund raising, and would allow for the creation of a vitally important fund for the environmental balance. It is becoming evident that the carbon market is simply not sufficient as a mechanism of dissuasion against emissions. The application of taxes over emissions – already ongoing in Sweden, Norway, Italy and other countries – is technically simple, and its generalized use forces private or industrial users to incorporate the real costs into their economic decisions, which are indirectly generated for the whole society, including future generations. Many attempts were rejected in the 1990s, but during a phase when awareness of the threats to the planet was not so widespread. Opportunistic politicians attack such attempts under the pretext of defending the consumers from the voracity of the State. In general, it is about protesting against public voracity to guarantee more private voracity. A progressive tax over emissions would more than likely have an impact on consumer behavior, the automobile industry, research on renewable energy and so forth, by making it economically interesting to search for alternatives and cost reductions.

11. Access to knowledge and sustainable technologies

Effective participation of populations in the sustainable development processes involves keeping a wide ranging and free public access system for required information. The planetary online connectivity that new technologies allow can be made a highway for democracy, social balance and sustainability. The cost/benefit of generalized digital inclusion is simply unbeatable. Communities with access to information are much more empowered, become responsible for their own development. The speed of expansion of this type of technology (ICT) even in the poorest regions has been noticed with the widespread use of mobile phones, of popular internet cafes. The productive impact is immense for the small producers who begin to have direct access to various markets, both in terms of inputs and for their own products, escaping from the varied financial and commercial intermediation systems. Generalized digital inclusion is a powerful opening in the changing process which has today become indispensable.

The world frequently forgets that 2 billion people still cook with firewood, in areas where there are significant innovations in the heating systems with the use of improved stoves. Technologies like the cistern system in the Northeast, use of bio-mass, less aggressive crop protection systems, etc., constitute a change vector in the productive processes culture. The creation of a network of online technological support centers, with great capillarity, can be inspired from India's experience, where centers were created in practically all of the country's villages. The *World Economic and Social Survey 2009* is particularly eloquent when defending flexibility of patents in the sense of ensuring the world population access to information for the technological changes demanded by a sustainable development.

12. Democratize communication

Communication is one of the most dynamic areas in terms of its impact on social transformation. We are permanently surrounded by messages. Our children spend hours watching marketing campaigns. The communication industry, with its impressive national and international concentration of control, generated a global way of life industry, obsessive consumerism which in turn reinforces elitism, inequality, the waste of resources as a symbol of success. The integrated system permits the costs of media and marketing campaigns to be thrown in with the production costs of the products we are called upon to purchase, and we end up bombarded by a permanent idiotic chatter paid out of our pocket. More recently, corporations use this road to generate a positive image of them, as if they were green, nice and concerned persons. The electromagnetic spectrum these messages use is a natural, public asset, and access to public, free and intelligent information for the whole planet is simply on our doorstep. By gradually expanding the numerous alternative forms of communication that are popping up in so many ways, we can introduce a new culture, another vision of the world, a more diversified and less pasteurized culture, pluralism in place of religious, political or commercial fundamentalism.

The list of proposals and suggestions could of course grow and grow. The fact that most gives us hope, is the impressive multiplication of initiatives in the technological area, of the local management systems, of internet use to democratize knowledge, discovery of new less aggressive forms of production, and a more balanced access to resources. In this area Brazil

has shown that to start building a more dignified life for the people below, for the forgotten two thirds of humanity, does not create a tragedy for the rich. In fact, in a balanced society, everyone will live better.

Carlos Lopes is UN Assistant Secretary-General in charge of UNITAR, based in Geneva (www.unitar.org), and the UN Staff College, based in Turin (unssc.org). A development specialist trained at the Geneva University's Graduate Institute for International and Development Studies, he has also a PhD in History from Paris 1 University, Panthéon-Sorbonne. He has published extensively and participates in 12 academic councils. Views expressed herewith are personal.

Ignacy Sachs is an eco-socioeconomist. He was born in Poland in 1927 and studied in Brazil, India and Poland. Since 1968 is a professor at the School of Advanced Social Studies in Paris, where he founded and directed successively the International Research Centre on Environment and Development and the Research Centre on Contemporary Brazil. Consultant on various occasions for the United Nations, having taken part in the preparation of the 1972 Stockholm Conference on Environment and the 1992 Rio de Janeiro Earth Summit. His bibliography is available on the site: <http://www.ehess.fr/crbc/Ignacy%20Sachs%20pour%20site.pdf>. His latest publication in Brazil is: *A terceira margem - em busca do ecodesenvolvimento*, Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

Ladislau Dowbor is a professor in economics at the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. He is a frequent consultant to different UN agencies, governments and municipalities, as well as Sebrae, Polis and other institutions. Contact: ladislau@dowbor.org – Home-page <http://dowbor.org>

Crises convergentes: realidade, medo e esperança

Susan George

Embora o G-20 e outros órgãos oficiais tenham, até o momento, se recusado a reconhecer o fato, não estamos simplesmente passando por uma crise financeira. Por mais graves que sejam seus aspectos financeiros, o que existe na verdade é uma crise múltipla na qual todos os elementos que a compõem se reforçam e agravam reciprocamente. Dessa forma, sequer se trata de uma “crise”, a qual, em seu significado genuíno, se refere a um momento relativamente breve entre dois possíveis resultados – como uma doença, por exemplo, situada entre a recuperação e a morte. Nós estamos em um período muito mais longo – mas aqui adotaremos o vocabulário padrão corrente.

Para além das finanças, é preciso reconhecer que a desigualdade intra e internacional e entre os cidadãos do mesmo país alcançou níveis insustentáveis tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento. A pobreza está se espalhando e se aprofundando, a escassez de alimentos e de água está se tornando crônica; os conflitos emergem em sociedades cujo estresse é crescente e as mudanças climáticas catastróficas avançam muito mais rapidamente do que os especialistas previram, além de aparecerem indistintamente por todas as partes.

Esses aspectos não podem ser mais encarados separadamente: para oferecer apenas alguns exemplos dessas conexões, nós podemos observar que os ricos têm imprimido imensas, jurássicas pegadas ecológicas e apesar de seu reduzido contingente, causam muito mais danos de que centenas de milhares de pessoas pobres. Como Jared Diamond nos mostra no seu livro *Colapso*, a principal razão da ruína das sociedades anteriores sob estresse ambiental foi o consumo das elites que continuaram massivamente a utilizar e esgotar seus recursos naturais por muito tempo depois de seus compatriotas mais pobres terem sentido no bolso a impossibilidade desse acesso.

O aquecimento global afeta muito mais aos pobres do que aos ricos, e simultaneamente exacerba desigualdades sociais e a escassez de água e alimentos. A crise financeira atinge aos pobres os quais não têm nenhuma responsabilidade nos fatores que compõem suas causas: basta apenas pensar o na onda de hipotecas nos Estados Unidos que jogou milhões de famílias americanas nas ruas, aprofundando a sua insegurança e pobreza³⁰.

Os preços dos gêneros alimentícios que compõem a dieta diária das pessoas mais pobres, podem dobrar da noite para o dia quando especuladores financeiros agem sob o mercado de *commodities* ou quando o governo e grandes latifundiários destinam enormes extensões de terra para o plantio de agro-combustíveis. Como seria possível sequer imaginar concertar a economia quando milhões de pessoas têm menos dinheiro em seus bolsos e sofrem fortes impactos do desabamento do número de vagas de trabalho e dos valores das ações.

Isto é só uma pequena amostra da miríade das interações entre elementos desta crise plural, não obstante esses impactos evidentes continuam desconhecidos oficialmente. O setor financeiro se divorciou da economia real, onde homens e mulheres vivem e se distanciou desta ainda mais novamente criando bolhas destinadas a explodir uma a uma. No momento em que o mercado de ações mostra sinais de vida, nos é dito que a crise acabou³¹.

Isso pode ser verdade para uma série de investidores cujo único interesse é o giro do mercado de ações, mas absolutamente falso para todas as outras pessoas. Quando os ricos têm tudo o que precisam e mais alguma coisa; quando pessoas comuns estão extremamente endividadas, fortemente taxadas para pagar a crise e têm muito pouco dinheiro para o consumo; quando os bancos não fazem empréstimos para pequenos e médios negócios; quando pouco é investido na economia real, qual poderia ser o resultado se não um prolongado período de estagnação?

30 No total, foram executadas hipotecas 2,3 milhões de hipotecas em 2008, aumentando para 2,8 milhões nos primeiros três quartos de 2009. É esperado que 2009 se alcance o número de 3,5 milhões hipotecas. Devido ao aumento do desemprego, segundo a American Mortgage Bankers Association, aproximadamente quatro milhões de donos de imóveis são “delinquentes” (cumprem com seus pagamentos por ao menos noventa dias) ou estão no primeiro estágio de execução de hipoteca. Veja também o site RealtyTrac.com para uma fonte comercial de propriedades hipotecadas à venda.

31 Nos anos 1950, nos Estados Unidos, empréstimos impressionantes foram feitos ao setor financeiro e a economia real, em montantes equitativos. Em 2007, mais de 80% dos bancos dos EUA foram para o setor financeiro norte americano. Veja Dirk Bezemer, Membro da Escola de Pesquisa, Departamento de Economia e Negócios, Universidade de Groningen, “Lending must support the real economy”, Financial Times, 5 de novembro de 2009.

O recentemente autoproclamado governo global do G-20, acompanhado de seus feis capachos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), claramente não entenderam as realidades atuais. Seus remédios até agora receitados, se limitam ao setor financeiro – o único aspecto da crise que eles aparentemente percebem – e até mesmo nisso, os remédios parecem pior do que a doença. As estimativas do dinheiro que foi injetado nas instituições financeiras mundiais começam a partir de cinco trilhões de dólares; muitos são mais altos do que isso, inclusive um especialmente autoritário por dois peritos do Banco da Inglaterra que estimam que as intervenções governamentais de qualquer tipo, para o dólar, a libra e o euro, chegam, a \$ 14 trilhões. Essas somas preenchem um quarto de GDP anual e mundial³².

Este dinheiro não cai do céu, mas como todo valor, está enraizado no trabalho e na natureza. Os governos estão apostando no futuro trabalho por meio de impostos, e na natureza por meio da exploração de recursos não renováveis para pagar seus donativos ao setor financeiro. Mas os recursos estão se esgotando e sua exploração se tornando mais custosa. O desemprego tem aumentando de tal forma que os pagadores de impostos comuns detêm menos renda para pagar seus impostos, ao passo que, de qualquer forma, os ricos não pagam seus impostos. Os governos estão praticando o que os franceses chamam de *la fuite en avant...* fugindo além; contando com que, no futuro, apareça alguma saída compensatória para o que no presente toma a forma de uma crescente pirâmide de dívidas. O mundo caminha sobre a corda bamba.

Para financiar tal dívida, a solução escolhida pelos Estados Unidos foi vender títulos do Tesouro (chamados de “dourados” (*gilts*) no Reino Unido) o que aprofunda a dívida e a empurra e estende para um no futuro cada vez mais distante. No entanto nada garante que o governo dos Estados Unidos não vá sucumbir à tentação de desvalorizar a sua moeda, integral ou parcialmente, para reduzir o rojão da sua dívida: sinais abundantes de tal estratégia já são visíveis no horizonte e ferveilha na segurança dos governos o que é um perigo notório. Eles podem também, da mesma forma, simplesmente imprimir dinheiro, como horrores semelhantes ao que aconteceu na República de Weimar, que devastou uma sociedade inteira e levou a uma das mais sangrentas guerras da história. Os governos asiáticos estão conscientes disso e estão silenciosamente procurando maneiras de se tornarem menos dependentes do dólar.

Os governos endividados também podem continuar depredando as florestas, o solo, ou os minerais, os seus ou os dos outros, dependendo quão longe eles conseguem estender suas ações predatórias. Os governos mais ricos, não endividados, como a China e a Korea, têm agido como manda o figurino: investindo na sobrevivência futura através da exploração da terra e de recursos minerais e de uma forma um pouco mais sofisticada que a praticada durante o colonialismo. Todos eles estão contando com o sistema de taxaço (embora deixando corporações transnacionais continuar transitando livremente) enquanto que simultaneamente reduzindo toda a gama de serviços governamentais prestados. Para os países do G-20 a preferência por tais medidas é clara: não há outra política possível. Cidadãos de todas as partes vão pagar isso, não nos impostos ou devido a redução dos serviços públicos mas também devido ao aumento do desemprego, como consequência do declínio nos investimentos.

Deixemos superficialidades de lado e compreenderemos que apesar da pretensa unidade e da retórica da “Nova Ordem Mundial”, quando a crise irrompe, é cada um por si. A “União” Europeia, o seu Banco Central e o seu mais rico e maior Estado, a Alemanha, demonstrou graficamente esta verdade, evitando tomar qualquer responsabilidade pelos problemas dos outros como alguém que evitaria beijar leprosos.

O caso da Latvia é testemunha disso, um dos mais recentes Estados membros Europeus que ascendeu à Comunidade Europeia desde 2004. Desde 2008, esta infeliz nação dos Bálticos tem visto

32 Empréstimos compensatórios (bailouts) pelo mundo todo são notoriamente difíceis de quantificar. Fatores a serem considerados são se tais somas foram consignadas ou realmente investidas pelos governos; o grande número de agências de governos providenciando os desembolsos; se bancos receptores as têm pagado, em retorno, ou não, ou se pretendem fazê-lo; diferenças nos sistemas de informação e coleta de dados nacionais. O Caderno Dinheiro da CNN “Rastreador de Depósitos” <CNNMoney.com> em novembro de 2009, computou, só para os Estados Unidos, mais cerca de três trilhões de dólares investidos e onze trilhões consignados. No Departamento do Tesouro, o Inspetor Geral e Especialista para a recuperação do governo “Trouble Assets Relief Program” ou SIGTARP, Neil Barofsky, provocou um stir quando ele publicou o seu relatório trimestral em julho de 2009 anunciando um total de 23,7 trilhões de dólares em garantias financeiras do governo norte americano às instituições financeiras. O Secretário Geithner não ficou feliz; o SIGTARP respondeu que todo o seu departamento fez foi somar os números. O mais confiável me parece ser o número de \$ 14 trilhões estimados no relatório de Piergiorgio Alessandri e Andrew G. Haldane, “Bancando o Estado” (Banking on the State), Banco da Inglaterra, novembro de 2009 [Baseado no paper divulgado em uma conferencia no *Federal Reserve Bank* de Chicago, em setembro de 2009].

18% do seu GDP evaporar-se e está beirando o colapso. Podemos pensar que nestas circunstâncias, nessa “ótima União”, o Banco Central Europeu (BCE) poderia tomar a responsabilidade fornecer empréstimos à Latvia. Estaríamos errados: o BCE nem beija nem empresta a leproso. Não podemos esquecer que o BCE encontra-se na sombra do Bundesbank (Banco Alemão), em Frankfurt, e este último não escolhe ariscar nenhum membro da Comunidade Europeia pela falha dos seus Estados. Então o FMI vai se responsabilizar a emprestar dinheiro à Latvia sob suas habituais condições de estreita vigilância. O mesmo aconteceu à Romênia ou à frágil Eurozona de países como a Grécia. Os mais pessimistas entre nós acreditam que o mesmo acontecerá para a Espanha, Itália no futuro.

Será o “cada o por si” uma política racional? De forma alguma. Se, digamos, Latvia ou Grécia pudessem emprestar recursos do BCE em um acordo menos rígido e com o apoio dos países da Eurozona, eles gastariam menos pagando seus credores e mais reerguendo suas economias; dessa forma, se recuperariam mais rápido. Eles poderiam gastar um bom dinheiro comprando exportações alemãs – mas este é um prospecto muito remoto para qualquer autoridade se preocupar em contemplar, inclusive para a Comissão Europeia ou o Banco Central Europeu.

Em um momento antes da crise, há muito tempo atrás, nos Estados Unidos e nos Estados Europeus, se os cidadãos reivindicassem por mais recursos para as escolas e para o sistema de saúde, mais investimentos nos empregos, melhores serviços públicos, transporte ou infraestrutura, lhes eram dito que “infelizmente não há recursos disponíveis”. Eles deveriam ser pacientes e passar com menos. No entanto, quando os bancos por sua conta e risco, ameaçaram se dissolver, bilhões de dólares foram encontrados em poucos dias. Para o FMI, o G-20 encontrou e entregou 750 desses bilhões, convencionalmente a trazendo a terra firme das margens da insolvência, onde perdurava por vários meses. Um quinto do seu pessoal demonstrou interesse em deixar o trabalho, e os seus salários foram pagos graças aos debilitados pagamentos dos empréstimos que o FMI tinha feito a lugares como Turquia ou Paquistão. Agora, graças ao G-20, esta instituição falida, cujas políticas de ajustamento estrutural têm causado tanto dano e devastação durante décadas, está novamente nadando em dinheiro.

Tantos arranjos ultrajantes foram feitos em total desprezo a infelizes cidadãos que nem sequer sabem por onde começar. Melhor, aqui, não “etiquetar” tais problemáticas, mas seria bom simplesmente recordarmos que em uma sociedade normal, operando sob as regras normais do mercado capitalista, bancos pertenceriam aos seus pagadores de impostos que são inteiramente responsáveis por sua salvação. Nós todos fomos educados para acreditar que quando abrimos uma conta financeira, ficamos na expectativa de receber algum bem, serviço ou benefício em troca. Ou que quando pagamos nossos impostos, deveriam nos beneficiar de uma sociedade que funcione corretamente.

Em uma sociedade que funciona, é freqüentemente uma questão de moral pública, se se trata de salvar os políticos da aprobatividade, de proteger os inocentes e culpabilizar os que devem ser punidos. Nenhum desses princípios elementares se mantém verdadeiro atualmente. Os culpados são recompensados copiosamente e os inocentes são obrigados a se calar. Eles não recebem absolutamente nada em troca de suas contribuições – esses de hoje e por muitos e muitos amanhã. Eles recebem em troca desemprego, aposentadorias reduzidas e menos serviços públicos para eles e seus filhos. Os lucros são privatizados e as perdas socializadas. Estas práticas agora são habituais em sociedades neoliberais baseadas na ideologia fundamentalista de mercado.

Os eventos extremos dos meses passados, cujos últimos precedentes datam dos anos trinta do século passado, deveriam nos levar a examinar cuidadosamente a topografia do lugar onde estamos vivendo agora mesmo e o que pode acontecer que possa alterar a sua paisagem – para o melhor ou o pior. Podem-se classificar as possibilidades negativas e positivas. No lado negativo há muitos medos mas no lado positivo algumas esperanças, que podem se tornar realidade se a sociedade se as forças populares começarem a se organizar em alianças de peso político e de propósitos claros.

Primeiro, os medos: Rapidamente, as coisas poderiam facilmente se tornar piores. Imaginem que a bolha dos títulos públicos infla e, como todas as bolhas, estoure. Digamos que isso aconteça nos Estados Unidos: que o dólar americano já não desempenhe seu papel como moeda universal; medidas paliativas são postas em prática com poucos resultados, milhões, e não apenas os americanos, perdem suas economias, pensões, seguros e assim por diante. O clima começa a se inverter. Para os europeus e norte-americanos, isto poderia ocorrer de uma maneira ou de outra – seja através do gelo como resultado do derretimento de calotas polares despejando bilhões de toneladas de água gelada para os oceanos, causando devastação ao se misturar com a Corrente do Golfo e outras correntes oceânicas; seja através do fogo com as emissões de CO² e metano causando rápida elevação de temperatura acompanhada pela seca e pela rápida subida do nível do mar.

Milhões de refugiados do clima estão em movimento e nenhum exército no mundo pode detê-los. Doenças estão se espalhando mais rápido e os conflitos que visam garantir princípios básicos como a alimentação e água estão se proliferando. Não é novidade que os seres humanos detestam prever tais calamidades; preferindo acreditar que de alguma forma “eles” – aqueles em posições de autoridade – sabem o que estão fazendo tomarão conta das coisas de modo que ninguém precisa ser confrontado com cenários tão medonhos. Enfrentar tal possibilidade é exaustivo, assustador e dá azo ao aumento da síndrome de Scarlett O’Hara: “Eu não vou pensar nisso hoje. Eu vou pensar nisso amanhã.”

O desempenho recente que “eles” têm tido em relação à crise é pouco encorajador, e não contribui para nossa confiança. O G-20, seus vários membros nacionais e seus amigos acrónicos – FMI, BM, OMC – é, na verdade, uma instituição bastante assustadora. Mas ainda é possível encontrar espaço para um cenário alternativo e muitas soluções estão na nossa cara. As múltiplas crises convergentes também podem ser vistas positivamente, como aberturas para soluções racionais. As esperanças podem ser descritas como segue:

Regulamentação é uma óbvia necessidade. O setor privado financeiro gastou literalmente bilhões – cinco bilhões de dólares somente nos Estados Unidos – em lobbies para remover a regulamentação. A liberdade ilimitada resultante conduziu para um desastre certo. Os regulamentos removidos devem ser postos de volta em seu lugar e deixados lá. É inacreditável que os nossos governos não tenham exigido imediatamente medidas tão elementares. Onde está você, *espírito* de Franklin Delano Roosevelt, quando mais precisamos? O G-20 claramente quer apenas mudanças superficiais para voltar ao “Business as Usual”³³ o mais rapidamente possível.

Muitas pessoas, nas quais me incluo, gostariam de ver os bancos simplesmente socializados e o crédito disponibilizado aos mutuários mercedores, tanto famílias quanto empresas (especialmente aquelas com um projeto verde) a preço de custo. Todos os despejos e reintegrações de posse devem parar e as pessoas devem ser autorizadas a permanecer em suas casas por valor de mercado de locação, sendo o pagamento do aluguel considerado meio de manutenção do direito de propriedade. Simplificando, como toda a economia americana foi baseada em dívidas, as famílias devem receber, pelo menos, a mesma consideração que os grandes bancos. Se as dívidas muito mais terríveis dos mega-bancos podem ser reagendadas, também podem aquelas das famílias e pequenas empresas.

Redistribuição é o remédio para a desigualdade exacerbada; não necessariamente, conquanto em algumas ocasiões, através de pagamentos em dinheiro; mais frequentemente através da melhoria dos serviços públicos, melhoria da qualidade da educação, saúde, transportes públicos e assim por diante. Tributação progressiva é uma invenção do começo dos anos 1900, aperfeiçoada no período pós segunda guerra mundial. Certamente não somos tão covardes que não podemos imitar esses pioneiros prevenidos e compartilhar com aqueles que possuem, por qualquer motivo, menos. Afim de que eles tenham mais, os salários devem refletir os ganhos de produtividade o que, na era da globalização, já não o fazem. Alguém, em algum lugar, quase tão produtivo como você, está disposto a trabalhar por cinco ou dez vezes menos. Algum tipo de protecionismo compensatório em alguns setores se justifica quando as normas trabalhistas e ambientais são permissivas ou inexistentes. Os países mais ricos devem dar prioridade à compra de mercadorias provenientes de países mais pobres, que, em seus próprios níveis, melhor respeitem essas normas.

“Re-localização”, que também pode ser chamado de “desglobalização” significa simplesmente trazer atividades econômicas básicas para mais perto das pessoas mais interessadas por elas, especialmente para alimentação e outras necessidades. O conceito necessita de apoio. Tantas atividades quanto possíveis devem ser mantida no seio das comunidades locais; em muitos lugares isso já está acontecendo espontaneamente. “De-crescimento” (do Francês “décroissance”) é o outro aspecto negativo que passa a ter valor positivo: você pode reduzir o “throughput”³⁴ econômico do sistema, mas você aumentar a proteção ecológica e a felicidade humana. Na Grã-Bretanha, os “movimentos de transição” também estão aflorando em muitas comunidades locais, a fim de que os bairros possam trabalhar juntos em prol de necessidades comuns.

33 A tradução literal do termo seria volta à normalidade econômica, ao *status quo*. Mantivemos o original, apresentado entre aspas pela autora, que no caso fez referência direta ao termo atribuído à Winston Churchill, para nominar o que se tornou a política britânica na Primeira Guerra Mundial. A mesma consistia em manter a sociedade como se a guerra fosse apenas mais um negócio comum do dia a dia, considerando que uma mudança na moral ou no comportamento dos cidadãos como uma vitória para o inimigo.

34 A palavra “Throughput” é usada neste caso com o significado de crescimento, fazendo referência ao que se chama na contabilidade de “Throughput Accounting” ou “Contabilidade de Ganhos” em português.

Medidas emergenciais sobre o clima devem ser tomadas em todos os níveis, desde o pessoal ao municipal, regional, nacional e global, com a maior rapidez possível. A urgência é sublinhada pelo desastre de Copenhague, que destaque a miopia e o egoísmo nacionalista. Alguns terão que tentar compensar as deficiências dos outros. Nós não estamos falando de 2050, mas de amanhã. Tal ação começa por parar o enorme desperdício que hoje domina o uso da energia e mudança para as energias renováveis. Todos sabem o que precisam fazer, nenhuma elaboração é necessária aqui.

Um novo **equilíbrio Norte/Sul** é urgentemente requerido. Os pobres do Sul financiam por décadas os ricos do Norte, enquanto os ricos do sul encontram ansiosas cooperações do Norte (de paraísos fiscais, bancos, promotores imobiliários e assim por diante) para roubar o seu próprio povo. Uma mínima moralidade; o menor senso de justiça seria de grande ajuda aqui, começando com o cancelamento da dívida, concedido condicionalmente à cooperação ecológica contra a mudança climática e da redistribuição para os pobres e famintos. Se pudéssemos reduzir o aquecimento global e, assim, o número de refugiados do clima e incontáveis conflitos locais, também poderíamos reduzir, no devido tempo, **gastos com armas** – cerca de um trilhão de dólares por ano, da maneira que as coisas agora estão.

Tributação Internacional recentemente fez algum progresso e a ideia já não parece tão utópica, embora seja, naturalmente, resistida ferozmente por parte dos bancos, bem como pelo BCE e pelo Tesouro americano. A melhor candidata para a tributação permanece a transação financeira. A repugnância popular nos paraísos fiscais obrigou o G-20 para fazer um hesitante, espúrio gesto; A simulação desmoronou rapidamente, mas o clamor popular também desvaneceu e precisa de revitalização.

A democracia está sob cerco. Outro aspecto grave da crise é que os cidadãos estão a sendo progressivamente privados de sua voz. Isto é provavelmente mais evidente na União Europeia, onde a prática democrática é aprisionada, em escancarado desprezo, quando os Franceses, os Holandeses e os Irlandeses aprendem que não votaram “corretamente” em decisões já tomadas por seus superiores. Desdém pela soberania popular é apenas uma característica do ataque anti-democrático. Outros são conceitos como “stakeholders”³⁵ que de alguma forma conseguiram substituir “o povo”. Devemos essa mudança para os teóricos da Terceira Via; vamos simplesmente lembrar que ter uma “entrada” sempre se refere à propriedade ou apostas, nunca com direitos políticos ou poder político.

Desprezo para com o indivíduo politicamente inapto é acompanhado pela rédea solta dada aos interesses do setor privado, expressos através de **lobby**. A vasta influência dos lobbies continua sem controle e o “registro voluntário” recém-criado pela União Europeia é uma piada de mau gosto, estimulando ainda mais o debilitamento da democracia. A pessoa comum, outrora, mas não mais, considerado um “cidadão” é, simultaneamente, reduzida à condição de **consumidor**. “Consulta” e “Construção de Consenso” vêm analogamente substituindo os confrontos e diferenças de opinião muito mais saudáveis que a democracia requer. Estamos sendo, portanto, “consultados” sobre as decisões que os poderosos já tomaram, e que são improváveis de serem alteradas pelo fato dos consultados não aceitaram as mesmas.

A tarefa enorme diante de nós é a de restaurar a democracia representativa e participativa para que nós, como cidadãos, possamos recuperar e exercer o controle político sobre os nossos próprios assuntos. Quem poderia fazer tais coisas? As pessoas estão indignadas, mas elas também se sentem impotentes. Até agora, elas não parecem ter ficado com raiva suficiente para agir; talvez elas também temam que a ação pudesse tornar as coisas ainda pior, que eles ainda têm muito a perder. Possivelmente, eles simplesmente não sabem nem por onde começar.

É de se salientar, portanto, que o capital financeiro tem se mostrado como inimigo de todos: dos trabalhadores, pensionistas, sindicatos, pequenas empresas, ambientalistas, servidores e usuários de serviços públicos – a lista continua. O capital financeiro está cada vez mais distante das preocupações e atividades das pessoas reais e mais prejudicis para suas vidas.

É claro que os governos nacionais e o embrionário “governo mundial” do G-20, Banco Mundial, FMI, OMC, et alia³⁶, optaram por servir os mais estritos interesses minoritários de corporações transnacionais privadas financeiras e industriais. Contra todas as probabilidades, no entanto, interesses se opondo à suas escolhas são inúmeros, a motivação para atitudes coletivas existe e as matérias-primas para construir novas e poderosas alianças sociais e políticas estão diante de nós.

35 Termo que se refere a todos os seguimentos que influenciam ou são influenciados pelas atividades de uma empresa.

36 Do latim. “e outros”.

Nós temos os números, as ideias, e, coletivamente, temos até o dinheiro. O que nos falta é suficiente autoconfiança, enraizada na consciência coletiva de nossa própria força e da nossa grande, historicamente comprovada, capacidade para criar mudanças positivas. Falta-nos organização transnacional e também a vontade de se levantar e ser visível. As pessoas estão ansiosas por liderança e não é de qualquer forma “antidemocrático” fornecê-la. O Fórum Social Mundial (FSM) é uma entidade que pode fazê-lo.

A esperança é frágil. Entretanto, mesmo que “eles” tendam a ganhar na maior parte do tempo, a inércia, a ignorância, a injustiça e a violência nem sempre triunfam. A história da emancipação humana ainda não acabou. A realidade pode dar lugar ao medo, mas também pode dar razões para ter esperança. A Esperança é de fato nossa única esperança quando nos confrontamos com a realidade da convergência de crises do século 21.

Susan George é co-fundadora e presidenta honorária do movimento ATTAC-França, co-fundadora e presidente da Diretoria do Transnational Institute (Amsterdan), Susan George também foi presidenta do l'Observatoire de la mondialisation. É autora de quatorze livros traduzidos em diversas línguas. Suas obras mais recentes são: *Hijacking America: How the Religious and Secular Right Changed What Americans Think*, *We the peoples of Europe*, *Another World is Possible if...*

Alessandro Mello, Flávia Landgraf e Lutgardes Freire – versão em português.

Converging crises: reality, fear and hope

Susan George

Although the G-20 and other official bodies have so far refused to acknowledge the fact, we are not simply living through a financial crisis, however grave the financial aspects of the current upheaval may be, but a multiple crisis whose component elements all strengthen and reinforce each other. For that matter, it's not even a "crisis," which in uncorrupted language is a relatively brief moment between two possible outcomes – in an illness, for example, between recovery and death. We're in for a much longer period – but here we will accept the now-standard vocabulary.

Beyond finance, one should recognize that inequality within and between countries and between citizens in the same country has reached unsustainable levels in both developed and developing countries. Poverty is spreading and deepening, chronic scarcities of food and water are worsening; conflicts thrive in increasingly stressed societies and catastrophic climate change advancing much faster than experts predicted looms over the whole.

These aspects can no longer be envisaged separately: to provide just a few examples of connections, we may note that the rich have huge, dinosaurian ecological footprints and despite their relatively small numbers they arguably cause far more damage than hundreds of millions of poor people. As Jared Diamond shows in his book *Collapse*, a major reason for the ruin of past societies under environmental stress was the consumption of the elites who continued massively to use up resources long after their far poorer compatriots had felt the pinch. It was the elites that drove their societies over the brink.

Global warming hits the poor much harder than the rich, simultaneously exacerbating social inequalities and food and water shortages. The financial crisis grinds down the poor who had nothing to do with causing it: one need only think of the tidal wave of foreclosures in the United States that has thrown millions of families onto the streets, deepening their insecurity and poverty³⁷.

Prices for the very food staples the poor most depend on for their daily tortillas or chapattis may double overnight when financial speculators move into commodities markets or governments and large landholders place massive land resources under cultivation for agro-fuels. And how can one even imagine fixing the economy when millions have less money in their pockets and have been hard-hit by the financial and job meltdown?

This is only a small sampling of the myriad interactions between the elements of the plural crisis, yet these obvious impacts remain officially unrecognized. The financial sector has become deeply divorced from the real economy in which real men and women live and has moved even further away from it and is once again creating bubbles destined to burst one by one. The moment stock markets show signs of life, we are told that the crisis is over³⁸.

This may be true for a handful of investors whose only interest is in the gyrations of the financial sector, but it is utterly false for everyone else. When the rich have everything they need and then some; when ordinary people are heavily indebted, heavily taxed to pay for the crisis and have little to spend on consumption; when banks won't lend to small and medium businesses; when little is invested in the real economy, what can be the result if not a prolonged period of stagnation?

The newly self-appointed global government of the G-20, accompanied by its perennial acolytes the World Bank, International Monetary Fund and World Trade Organization, clearly have not grasped present realities. The remedies they have so far devised are limited to the financial sector – the only aspect of the crisis they seem to perceive – and even there, the remedies are turning out to be worse than the disease. Estimates of the money thrown at the world's financial institutions start at about five trillion dollars [\$5,000,000,000,000]; many are much higher than that, including an especially authoritative one by two experts from the Bank of England who estimate that

³⁷ Total foreclosures in 2008 were 2.3 million, rising to 2.8 million in the first three quarters of 2009. The 2009 total is expected to reach 3.5 million. Because of mounting unemployment, according to the *American Mortgage Bankers Association*, about four million more home-owner loans are "delinquent" (no payments for 90 days) or in the first stages of foreclosure. See also the site of RealtyTrac.com for a commercial source on foreclosed properties for sale.

³⁸ In the 1950s, outstanding loans in the United States were evenly divided between the financial sector and the real economy. By 2007, over 80 percent of loans from US banks were going to the US financial sector. See Dirk Bezemer, Fellow at the Research School, Economics and Business Department, University of Groningen, "Lending must support the real economy", *Financial Times*, 5 November 2009.

government intervention of all types, for the dollar, the pound and the euro, comes to \$14 trillion or \$14,000,000,000,000. This amounts to fully a quarter of annual world GDP³⁹.

This money does not come out of the air but like all value is rooted in work and in nature. Governments are betting on future work in the form of taxes, and on nature in the form of cashed-in, non-renewable resources to pay for their largesse to the financial sector. But resources are running out and more expensive to obtain. Unemployment is mounting so that ordinary taxpayers will have less income to pay taxes on whereas the rich don't pay taxes anyway. Governments are practising what the French call *la fuite en avant*... fleeing forward; counting on the future which will somehow bail them out and which is taking on the shape of an ever-growing pyramid of debt. The world is living in a house of cards.

To finance such debt, the solution chosen by the United States is to sell Treasury bonds (called "gilts" in the UK) which deepens the deficit and pushes the debt ever further into the future. Nothing, however, guarantees that the US government will not succumb to the temptation of devaluing its currency, overtly or covertly, in order to reduce its debt burden: abundant signs of such a strategy are already visible on the horizon and a bubble in government securities is a distinct danger. They can also, along the same lines, simply print money, conjuring up visions of Weimar and similar horrors that wiped out an entire society and led to history's bloodiest war. Asian governments are acutely aware of the dangers and are quietly examining ways to become less dependent on the dollar.

The indebted governments can also continue to liquidate forests or soils or minerals at fire-sale prices--their own, or other peoples'--depending on how far their predatory reach can stretch. The richer non-indebted governments like China and Korea are following suit, investing in their future survival through land and mineral grabs in a slightly more sophisticated replay of colonialism. All of them are counting on the standard instrument of taxation (although letting transnational corporations go scot-free) while simultaneously reducing the entire range of government services. The G-20's preference for such measures is clear: it has no other policy to offer. Citizens everywhere will pay for it not only in taxes and in reduced public services but also through lower investment and consequently higher unemployment.

Let us further understand that despite the posturing of unity and "New World Order" rhetoric, when crisis strikes, it's every man for himself. The European "Union", its European Central Bank and its largest and richest State, Germany, graphically demonstrated this truth, avoiding taking any responsibility for anyone else's problems as one would avoid kissing lepers.

Witness the case of Latvia, one of the recently acceded (2004) European member States. Since 2008, this unfortunate Baltic nation has watched 18 percent of its GDP evaporate and is courting collapse. One might think that under the circumstances, in this fine Union, the European Central Bank would take responsibility for lending to Latvia. One would be mistaken: the ECB neither kisses nor lends to lepers. We should not forget that the ECB stands in the shadow of the Bundesbank in Frankfurt and that the latter does not choose to risk any EU member State's default. Thus the IMF will take over the lending functions under its usual conditions of harsh surveillance. The same is true for Romania as for weak Eurozone countries like Greece. The more pessimistic among us believe this will also be the case for countries like Spain and Italy at some future date.

Is "every man for himself" a rational policy? Not at all. If, say, Latvia or Greece could borrow under softer terms with the ECB's and the backing of the Eurozone, they would spend less paying back their creditors and spend more shoring up their economies; they would therefore recover faster. They might then spend a good deal purchasing German exports – but this is a prospect too remote for anyone in authority to bother contemplating, including, as far as one can tell, the European Commission or the ECB.

39 Worldwide *bailouts* are notoriously difficult to quantify. Factors to consider are whether sums have been committed or actually invested by governments; the great number of government agencies undertaking the disbursements; whether or not recipient banks are paying them back or intend to do so; differences in national reporting systems and the like. The CNN Money Page "Bailout Tracker" <CNNMoney.com> in November 2009 gave for the United States alone the figures of three trillion dollars invested and eleven trillion committed. At the Treasury Department, the Special Inspector General for the government rescue "Troubled Assets Relief Program", or SIGTARP, Neil Barofsky, caused a stir when he published his office's July 2009 quarterly report announcing total US government guarantees to financial institutions of \$23.7 trillion. Secretary Geithner was not amused; the SIGTARP replied that all his office had done was to add up the numbers. The most reliable seems to me the \$14 trillion estimate in the report by Piergiorgio Alessandri and Andrew G. Haldane, "*Banking on the State*", Bank of England, November 2009 [Based on a *paper* delivered at a conference at the Federal Reserve Bank of Chicago in September 2009].

Once upon a time before the crisis, in the United States and the EU member States if citizens called for better funding of schools and health care, more investment in jobs, better public services, transport or infrastructure, they were told that funds were alas unavailable. They should be patient and make do with less. However, when the banks through their own folly risked meltdown, billions of dollars were found within a matter of days. As for the IMF, the G-20 found 750 of those billions to hand over, conveniently pulling the Fund back from the brink of insolvency where it had languished for several months. A fifth of its staff wanted to leave and their salaries were paid thanks only to the fragile repayments of loans the IMF had made to places like Turkey or Pakistan. Now thanks to the G-20, this failed institution, whose structural adjustment policies have caused so much harm and devastation for decades, is once more flush with cash.

So many outrageous arrangements have been made in total contempt for hapless citizens that one scarcely knows where to begin: better, then, not to attempt a catalogue but to note simply that in a normal society operating under normal market or capitalist rules, the banks would belong to the taxpayers who are entirely responsible for their salvation. We have all been raised to believe that when one opens one's pocketbook, it is in the expectation of receiving some good, service or benefit in return. In the case of paying one's taxes, one expects also to profit from a well-functioning society.

In a functioning society, it is usually a matter of public morality, if only to save the politicians from opprobrium, to protect the innocent and cause the guilty to be punished. None of these elementary principles holds true any longer. The guilty are rewarded a hundred-fold and the innocent are told to shut up and fork over. They receive absolutely nothing in exchange for their contributions – those of today and of many, many tomorrows. They are given instead unemployment, reduced pensions and public services and lower standards for themselves and their children. Profits are privatised whereas losses are socialized. These practices are now customary in societies based on neoliberal (ideology), market-fundamentalist ideology.

The extreme events of the past several months, unprecedented since the 1930s, should lead us to examine carefully the topography of the place we are living right now and what might happen to alter the landscape – for better or for worse. One might class the possibilities negatively and positively. On the negative side are many fears but on the positive side some hopes, which could ripen into reality if popular forces began to organize into alliances with political weight and clear purpose.

First the fears: In short order, things could easily become worse. Imagine that a bubble in government paper inflates and, like all bubbles, is punctured. Say this happens in the United States: The US dollar no longer plays its role as universal currency; stopgap measures are put in place to little avail, millions, and not just Americans, lose their savings, pensions, insurance and so on. The climate begins to flip. For Europeans and North Americans, it could go either way – towards ice as a result of melting glaciers pouring billions of tonnes of freezing water into the oceans, creating havoc with the Gulf Stream and other ocean currents; towards fire as CO₂ and methane emissions cause runaway temperature rises accompanied by drought and rapidly rising sea levels.

Millions of climate refugees are on the move and no army on earth can stop them. Diseases are spreading much faster and conflicts aimed at securing such basics as food and water are proliferating. Unsurprisingly, humans are loathe to envisage such calamities; preferring to believe that somehow “they” – those in positions of authority – know what they are doing and will take care of things so that no one need be confronted with such dire scenarios. Facing such a possibility is exhausting, scary and gives rise to the Scarlett O’Hara Syndrome: “I won’t think about that today. I’ll think about that tomorrow.”

The recent performance “they” have given with regard to the crisis is hardly encouraging nor conducive to confidence. The G-20, its various national members and its acronymic friends – IMF, WB, WTO – is indeed a quite frightening institution. Still one can find room for an alternative scenario and many remedies are staring us in the face. The multiple, converging crises can also be seen positively, as openings towards rational solutions. The hopes might be outlined as follows:

Regulation is an obvious necessity. The private financial sector spent literally billions – five billion in the US alone – lobbying to get regulations removed. The resulting unlimited freedom led directly and necessarily to disaster. The removed regulations should be put back in place and left there. It beggars belief that our governments did not immediately insist on such elementary measures. Where are you, *spirit* of Franklin Delano Roosevelt, when we need you most? The G-20 clearly wants only changes around the margins and to get back to Business as Usual as soon as possible.

Many people, of whom I am one, would like to see the banks simply socialized and credit made available to deserving borrowers, both firms and households (particularly those with a green project) at cost. All repossessions of dwellings should stop and people should be allowed to stay

in their homes at the market rent; with rental payments counting towards ownership. Since the entire US economy was based on debt, families should receive at least the same consideration as large banks when it comes to easy terms. If the far more dire debts of the mega-banks can be rescheduled, so could those of householders and smaller firms.

Redistribution is the remedy for exacerbated inequality; not necessarily, although sometimes, through cash payments; more often through enhanced public services, better quality education, health-care, public transport and the like. Progressive taxation is an invention of the early 1900s, perfected in the post-World War II period. Surely we are not so timid that we cannot emulate these prescient pioneers and share with those who have, for whatever reason, less. In order that they have more, wages must reflect productivity gains which in the age of globalization they no longer do. Someone, somewhere, almost as productive as you, is willing to work for five or ten times less. Some kind of compensatory protectionism in some industries is warranted when labour and environmental standards are lax or non-existent. Richer countries should give priority to purchasing goods from poorer countries which, at their own level, best respect such standards.

“Re-localisation” which can also be called “de-globalization” simply means bringing basic economic activities closer to the people most concerned by them, particularly for food and other necessities. The concept needs support. As many activities as possible should be kept within local communities; in many places this is already happening spontaneously. “De-growth” (from the French “décroissance”) is the other aspect of the Negative turned Positive value: you may reduce economic “throughput” in the system, but you increase ecological protection and human happiness. In Great Britain, “transition movements” are also springing up in many local communities so that neighbourhoods can work together for common needs.

Emergency action on climate must be undertaken at every level, from the personal to the municipal, regional, national and global with the greatest possible speed. The urgency is underscored by the disaster of Copenhagen which has highlighted national short-sightedness and selfishness. Some will have to try to make up for the deficiencies of others. We are not talking about 2050 but about tomorrow. Such action begins by stopping the enormous waste that today dominates energy-use and shifting to renewable. Everyone knows what needs doing, no elaboration is necessary here.

A new **North/South balance** is urgently called for. The poor of the South have for decades financed the rich of the North whilst the rich of the South find eager cooperation in the North (from tax havens, banks, property developers and so on) to rob their own people. A minimalist morality; the smallest sense of fairness, would be a great help here, beginning with debt cancellation, accorded conditionally on ecological cooperation against climate change and redistribution to the poor and hungry. If we could reduce global warming and thus numbers of climate refugees and unnumbered local conflicts, we could also reduce, in the fullness of time, **arms spending** – about a trillion dollars a year as things now stand.

International Taxation has recently made some headway and the idea no longer seems quite so utopian although it is, naturally, ferociously resisted by the banks as well as the ECB and the US Treasury. The best candidate for taxation remains financial transactions. Popular disgust at tax havens forced the G-20 to make a half-hearted, spurious gesture; the pretence quickly collapsed but popular anger also died down and needs reviving.

Democracy is under siege. Another grave aspect of the crisis is that citizens are gradually being deprived of their voice. This is probably most evident in the European Union where democratic practice is held in open contempt as the French, the Dutch and the Irish learned when they did not vote “correctly” on decisions already made by their betters. Scorn for popular sovereignty is only one feature of the anti-democratic assault. Others are such concepts as “stakeholders” who have somehow managed to replace “the people”. We owe this shift to Third Way theoreticians; let us simply recall that having a “stake” always refers to property or bets; never to political rights or political power.

Contempt for the politically incompetent individual is accompanied by the free reign given to private-sector interests expressed through **lobbying**. The vast influence of lobbies remains unchecked and the recently established EU “voluntary register” is a bad joke, encouraging further undermining of democracy. The ordinary person, once, but no longer, considered a “citizen” is simultaneously reduced to the status of **consumer**. “Consultation” and “consensus-building” similarly replace the far more healthy confrontations and differences of opinion that democracy requires. We are thus “consulted” on decisions which the powerful have already made and are unlikely to alter on grounds that those consulted do not accept them.

The enormous task before us is to restore both representative and participatory democracy so that we, as citizens, can regain and exercise political control over our own affairs. Who might do such things? People are indignant but they also feel powerless. So far, they do not seem to have become angry enough to act; perhaps they also fear that action could make things even worse; that they still have too much to lose. Possibly they simply do not see how to begin.

It is worth pointing out, therefore, that finance capital has shown itself to be the enemy of all: of working people, pensioners, trade unions, small businesses, environmentalists, public service employees and users – the list goes on. Finance capital is at once more remote from the concerns and activities of real people and more damaging to their lives.

It is clear that national governments and the embryonic “world government” of the G-20, World Bank, IMF, WTO, et alia, have chosen to serve the narrowest possible private minority interests of transnational financial and industrial corporations. Despite the odds, however, interests opposing their choices are legion, the motivation for collective action exists and the raw materials with which to build powerful new social and political alliances are before us. We have the numbers, the ideas, and collectively, we even have the money. What we lack is sufficient self-confidence, rooted in the collective consciousness of our own strength and our great, historically proven capacity for creating positive change. We lack also transnational organization and the willingness to stand up and be visible. People are longing for leadership and it is not somehow “anti-democratic” to provide it. The World Social Forum is one entity that can do so.

Hope is fragile. However, even though “they” do tend to win much of the time, inertia, ignorance, injustice and violence do not always triumph. The history of human emancipation is not over. Reality can give rise to fear, but can also give grounds for hope. Hope is indeed our only hope as we confront the twenty-first century reality of converging crises.

Susan George is co-Founder and honorary president of the movement ATTAC-France, co-founder and president of the Board of the Transnational Institute (Amsterdam), Susan George has also served as president of l’Observatoire de la mondialisation. She is the author of fourteen books and widely translated. Her most recent books are: *Hijacking America: How the Religious and Secular Right Changed What Americans Think*, *We the peoples of Europe*, *Another World is Possible if...*

New fractures, old wounds: the renewal of South agency

Carlos Lopes

The last decade has seen the emergence of a new negotiating attitude on the part of the South. It started around common interests relating to trade and it became more comprehensive and sophisticated as time passed. The financial crisis and global recession of 2008 and 2009 created the opportunities for a more visible role of emerging powers, as manifested in the configuration of the G20 meetings, and more recently the UN Summit on Climate Change in Copenhagen. The manifestation of a strong agency on the part of key South actors is not totally unprecedented. However today reality is completely different from the context of the 1960s when the importance of the trilateral alliance of Asia-Africa-Latin America occupied the minds of strategists and political scientists. The current mega trends demonstrate that these new powers will play a vital role in shaping the 21st century. Understanding the complexities of this renewed agency is vital for addressing old wounds that have marked the emergence of a South voice in the not so distant past.

The “return” of history

The decades following the end of the Cold War offered a tantalizing glimpse of a new kind of international order, with nation-states coming together or disappearing, ideological conflict melting away, cultures intermingling, and increasingly free trade and communications. The modern democratic world wanted to believe that the end of the Cold War did not just end one strategic and ideological conflict but all strategic and ideological conflicts. People and their leaders longed for ‘a world transformed’. But that was partly a mirage. The world has not been completely transformed. In most places, the nation-state remains as strong as ever, and so, too, the nationalist ambitions, the passions, and the competition among nations that have shaped history. The United States continues to be the sole superpower. However, international competition, among great powers, has returned, with Russia, China, Europe, Japan, Brazil, India, and others now vying for regional predominance.

Struggles for status and influence in the world and among regions have returned as central features of the international scene. Old forms of competition have also re-emerged, with the world’s great powers increasingly lining up according to the nature of their regimes. As these struggles combine and collide, the promise of a new era of international convergence fades. Have we entered an age of divergence? (KAGAN, 2008).

It is apt to recall here that in the span of world history, developing countries are a relatively recent phenomenon that emerged about 150 years. At the beginning of the second millennium, in 1000 AD, Asia, Africa and Latin America, taken together, accounted for 82 per cent of world population and 83 per cent of world income. Their dominance, even if somewhat diminished, continued for the next eight centuries. Indeed, in 1820, less than 200 years ago, these three continents still accounted for about three-fourths of the world’s population and about two-thirds of the world’s income. The transformation of the world economy began around then (i.e. around 1820). It was driven by the industrial revolution in Britain, the advent of colonialism, and the revolution in transport and communication. The rise of Western Europe and the decline of Asia were outcomes of this process. The division of the world into industrialized countries, mostly in temperate climates, and developing countries, mostly in tropical climates, was clear around 1870. The next 80 years witnessed a rapid economic decline, particularly in Asia, as the share of developing countries in world output, manufacturing and trade collapsed (NAYYAR, 2009).

Both the economic weight and the influence of developing countries in global economic affairs have grown significantly over the past few years. In 2003, the investment bank Goldman Sachs coined the acronym BRIC when it predicted in a study that the four BRIC countries – Brazil, Russia, India and China – may be among the five most dominant economies (along with US) by 2050.

The BRICs are in fact an idea, a phenomenon and a quartet of the world’s most up-and-coming countries. If the 20th century economy was dominated by the G7, the 21st is surely set to be dominated by the BRICs. Their massive populations, incredible appetite for work and prodigious growth means that they are already responsible for around half the world’s economic growth in recent years. Together, Brazil, Russia, India and China account for 40 per cent of the world’s population and more than one-quarter of its landmass.

Much of the significance of the BRIC countries comes from the fact that the four countries together produce about 15 percent of the world’s gross domestic product and hold about 40 percent of the gold and hard currency reserves. Their economies were growing at rates of 10 per cent, before the recent crisis, compared with Western economies which tend to expand at one-quarter

of that speed. As the world's workshops, they are pumping out billions of dollars' worth of exports each day, to rich nations and to each other.

With the dream of post-Cold War era dividend dissolving, Brazil, Russia, India and China have enlarged their spheres of influence while the world has been divided and distracted by issues both petty and profound. History has "returned", to the displeasure of Fukuyama.

Catch-up and renewal

The economic recovery, or catch-up, of developing countries in the world economy, as a group, began around 1950 and this was attributable in part to strategies and policies in the post-colonial era. They created the initial conditions and laid the essential foundations of development. There was a rapid increase in the share of developing countries in international trade, industrial production and total output. By 2005, the significance of developing countries in the world economy was about the same as it was in 1870. In the aggregate, the decline of developing countries in the world economy during the 80 years from 1870 to 1950 has been almost made up for during the 60 years from 1950 until now. For example, between 1990 and 2009, the real exports of developing countries nearly tripled, while those of developed countries grew by only 75 per cent. Similarly, the share of developing countries in world exports rose from 24 to 37 per cent. During the same period the developing countries' share of all inward foreign direct investment doubled, from 18 to 36 per cent; and perhaps more surprising, their share of outward investment tripled, from 5 per cent to 15 per cent.

The geographical distribution of skills is also shifting. In 1990, for example, developed countries accounted for 40 per cent of all technical tertiary enrolments globally; 10 years later, that share has dropped to 28 per cent. Much of the catch-up is attributable, however, to about a dozen countries among which the most prominent are the BRIC countries, as well as Mexico, Korea, South East Asian countries and South Africa.

Deepak Nayyar recounts that, *On the eve of the Industrial Revolution (around 1770), India was the second-largest economy in the world, contributing more than 20% of total world output. By the 1970s, after two centuries of relative economic stagnation, that share had fallen to 3%, the lowest in its recorded history. From a long-term perspective, the post-industrial economic decline of India (and China) is a historical aberration, driven to some extent by a lack of openness. After independence in 1947, India followed inward-looking and state-interventionist policies that shackled the economy through regulations, and severely restricted trade and economic freedom. The result was decades of low growth, pejoratively termed the 'Hindu rate of growth'. Reforms beginning in 1991 gradually removed obstacles to economic freedom, and India has begun to play catch-up, steadily re-integrating into the global economy. Since 2003, India has been one of the fastest-growing major economies, leading to rapid increases in per capita income, demand and integration with the global economy.* The story of many emerging powers in terms of catch-up and renewal follows a similar trajectory.

Take the example of South Africa: the economy of the country has, since 1994, been transformed through fundamental macro-economic reforms that have enabled the majority of South Africans to participate in the mainstream economy. Today, South Africa is debt free and over 70% of GDP is now derived from manufacturing and services. Direct mining now contributes only to around 6% of GDP, contrary to perceptions. Three million new jobs have been created since 2004.

It may be worth noting that in the African region economic growth has averaged around 6% per year since 2002. Even though the global financial crisis did have a negative effect on economic growth in Africa, with its wealth in natural resources, improved macroeconomic indicators and greater political stability the region is expected to recover quickly and to continue its relatively strong growth.

As emerging powers "catch-up", the American, Japanese and European share of influence will relatively shrink. Sooner or later – and this debate really is about "sooner" or "later", not about "if" – we are going to witness major shifts in the global balance of power.

In light of the above, the key questions that come to mind are: Will the emerging powers be able to sustain, or even increase, their high growth rates over the medium term? If so, what will be the implications of their re-integration into the global economy?

Needless to say, as far as the BRICs are concerned, there still remains considerable scope for catch-up but the renewal is already well underway. IMF figures show the BRIC economies with above average annual growth between 2006 and 2009 (as compared to the rest of the world) as having emerged as major contributors to the global economy. It is also thought that by reaching agreements, coordinating policies and strengthening cooperation, emerging economies have the potential to lead the world out of the economic crisis. In any event, the renewal of South agency is already on the march.

Figures speak for themselves. Emerging economies accounted for 44 per cent of global GDP in 2009; while projected GDP growth rates for major developed markets in 2009 are now predicted to lie between -0.2 per cent and 0.5 per cent, emerging markets are expected to grow at 6.1 per cent on average, with China (9.3%) and India (6.9%) performing even better.

The global economic crisis and its impact

The two decades from the mid-1980s to 2007 witnessed broad improvements of macroeconomics conditions. Central banks brought inflation down to moderate levels, the economy became more stable, and the linkages between the world economies deepened. These developments affected the nature of financial markets, with financial integration moving away from banks to the shadow banking sector, and a rise in the use of complex financial products.

This period came to an end in 2007. Many financial products had been priced based on speculative assumptions which proved inaccurate. This led to substantial losses for financial intermediaries, as well as a generalized sense of uncertainty as investors found themselves without guidance in markets which were run like casinos. The turmoil in the financial markets ultimately spilled over into the real economy which entered a steep recession in 2008.

Policy makers have reacted aggressively in 2009. Central banks have issued substantial amounts of liquidity to contain the stress in financial markets, while governments implemented massive fiscal stimulus plans. While these actions prevented a Great Depression, they leave governments faced with substantial problems, most notably a high level of public debt.

The crisis has highlighted sharp limitation in the supervisory framework in place for financial markets, as well as the need for a more global approach to economic policy.

The 2009 global crisis has also accelerated the unity of the biggest emerging countries and this is significant from the perspective that they all realize that they need to come together and look at alternatives to the global economic and financial landscape in light of what is happening in the key developed nations. One of the fallouts, for example, is that these countries now more and more feel their share of voting power at the IMF does not reflect their growing clout in the world economy. One thing remains certain: China, India, Brazil, Korea and Africa in general have been first and fast in emerging from this crisis and are now in the best position to realize their demands.

The rising significance of developing countries in world affairs

With their increasing economic weight, developing and emerging countries significantly enhanced their ability to influence global economic policy outcomes and to participate in international economic institutions. At the WTO for example this has been achieved mainly through forming groups and coalitions (such as the ACP group, African Group, CARICOM, Developing Countries Group etc.) allowing for improved coordination and preparation of negotiations. The G-77 group of developing countries plus China is again playing a greater role in international forum after a sharp decline in influence in the 1980s and 1990s.

Backed by rapid economic growth, growing financial clout, growing populations, and a new found sense of assertiveness in recent years, the emerging powers are a driving force behind an incipient transformation of the world economy away from an Anglo-Saxon dominated system and toward a multi-polar one in which developing countries will have a major say. And the reverberations are expected to be felt in the political, economic, financial, social and environmental arenas.

After a decline during the 1980s, South-South cooperation has been growing significantly. This is mainly due to the fast economic growth range of emerging economies, as well as to the adoption of more outward looking development strategies by developing countries, to trade reforms, and to the growing numbers of regional trade agreements (RTAs). To illustrate better the growing nature and scope of South-South Cooperation, let us contemplate some facts below.

Brazil: Brazil's oil giant Petrobras has projected that it would invest more than USD 2 billion in Angola and Nigeria over the next 5 years and steel-producing Vale is investing USD 1.3 billion in developing coal deposits in Mozambique along with Coal India. India's Tata is planning a major expansion in South Africa and other African countries (Laishley, 2009). In addition, Brazil's outward FDIs in 2007 were to the amount of USD 7,065 billion (flows) and USD 129.8 billion (stocks). The share of Brazil's total FDI flows to Africa from Brazil's total FDI were around 10% as estimated by a UNU researcher.

Russia: Russia, who is the 3rd largest meat importer (8.4%) only after Japan (10.3%) and Germany (8.6%) was the biggest importer of Brazil's meat (more than 20% of Brazil's meat exports go to Russia). In regards fuel, Russia is the world's biggest exporter of fuels representing 19.4% of all the world fuel exports, followed by Canada (7.9%), Norway (7.7%), and Saudi Arabia (7.7%). The

world's biggest importers of fuel are the US (22.5%), Japan (11.3%), Germany (7.1%), China (7%) and France (5.1%). In the gas sector, Russia's Gazprom, has become a global leader, planning to invest in natural gas in Nigeria and acquire oil concessions in Algeria and Libya.

India: India reconfirmed its promises to provide USD 500 million in grants over the next 5 to 6 years and double lines of credit to USD 5.4 billion and to reduce import tariffs on a wide range of agricultural products from Africa. In South Africa alone, India's commercial relations have grown to more than \$2 billion, and African nations have begun travelling to New Delhi and Mumbai (Bombay) to seek the kind of investment and expertise that they used to seek from the US and Europe. India invested 1,8 billion in Greenfield projects in Africa in the last 3 years. Similarly, two-way trade between India and Brazil has registered a quantum increase - from a meagre US \$ 488 million in 2000 to US \$ 2.4 billion in recent years with both governments having set a bilateral trade target of US \$ 10 billion for 2010. In early 2010, the Indian Cabinet Committee on Economic Affairs (CCEA) has authorized the overseas arm of Oil and Natural Gas Corp (ONGC) to make an additional investment of US \$70 million in its Brazilian block from its own resources.

China: China became, in 2009, Brazil's main trade partner ahead of the US. Brazilian exports to China in the first quarter of 2009 jumped 64% compared to the same period a year ago. Brazil sells mainly soy and iron to China and in 2009 those sales soared by 70% and 50% respectively. [MercoPress, *South Atlantic News Agency*]. China offered Argentina a currency swap arrangement involving use of yuan worth USD 10 billion, and lent cash-strapped Jamaica USD 138 million to enable it to stave off a debt default. Chinese companies have bought stakes in oil fields in Ecuador and Venezuela, and are talking about building a refinery in Costa Rica. This week China National Petroleum Corporation and CNOOC, another oil firm were reported to have bid at least USD 17 billion for the 84% stake in YPF, Argentina's biggest oil company, held by Spain's Repsol. [Source: Economist, 15 August 2009]. One third of Africa's total trade is with the developing world and the share of the EU in Africa's trade, the biggest at the moment, is decreasing, especially with regard to imports. China is the second largest trading partner with over USD 100 billion in 2009. Its imports of oil and iron ore from Africa – Africa's main exports – continue to grow (Laishley, 2009). China also reconfirmed its 2006 promises to double aid to Africa to USD 10 billion, and reduce import barriers.

The list goes on. It shows a new trend. More and more trade, investment, but also political relations follow a new approach where South-South connections are growing, in detriment to, and competing with, more traditional North-South relations.

A new landscape in international negotiations

In recent years the notion of multi-polarity has commanded renewed attention and vigorous debate. These are the new negotiating frontiers that have witnessed a re-arrangement and shift in power. Some examples follow to illustrate this point.

International trade as an example

The World Trade Organization (WTO) is the organization charged with leading the fight against protectionism, among other global trade issues. The primary role of the institution is supposed to be bringing countries together to discuss how to remove tariffs and barriers on trade. These talks must be global, since only by removing tariffs internationally rather than unilaterally can all countries benefit.

In the early 1990s, the WTO clinched the Uruguay Round of multilateral talks, which succeeded in dismantling major trade barriers worldwide and is credited with helping boost economic growth throughout the following decade. However, the Doha Round, which began in 2001, suffered major setbacks and demonstrated the limits of the current model. In the summer of 2008, and again recently, the talks were suspended as the US clashed with China, India and Brazil over the scale of cuts it was prepared to make to its farming subsidies.

Similarly, many actors severely criticized the use of 'mini-ministerials' and 'Green Room' meetings as exclusionary and non-transparent. More than simply viewing the WTO as an international negotiating forum where trade concessions may be negotiated and exchanged, developing country coalitions now view the WTO as a negotiating forum in which the development implications of trade concessions will need to be considered as part and parcel of the multilateral trading debate.

The G-20, the G-33, the NAMA-11, the Core Group on Trade Facilitation, the African Group, the ACP Group, the LDCs Group, the Small Vulnerable Economies Group, all have clearly and distinctly pegged their positions in the WTO to a clear preference for linking negotiated

concessions to their respective long-term strategic development objectives and ideas.

The developing country insistence on viewing the WTO as not merely a trade institution but as a development and trade institution has been clearly evident in all the ministerial conferences since Seattle in 1999, and indeed was instrumental in ensuring that the mandate of the Doha negotiations is contextualized within a broader development discourse. There has also been a distinct change in the negotiating dynamics among WTO Members.

Developing countries have learned to work together in cohesive groups or coalitions based on their self-identified interests in a much better and more coordinated way as compared to, for example, the way in which they interacted prior to the Seattle Ministerial Conference in 1999. These changes are a clear manifestation of the clout and collective will of emerging economies in general and BRICs in particular to agree to multilateral trade issues on their terms.

International finance as an example

Throughout the 1990s the IMF, World Bank and U.S. Treasury crafted a set of policies that would remould other economies according to their own ideals. This became known as the Washington Consensus. The prescription, which included cutting budget deficits and pulling down barriers on their domestic markets, has come to be called 'stabilize, privatize and liberalize' – in other words, put emphasis on downscaling of government, deregulation, and rapid liberalization and privatization.

By the early years of the millennium, confidence in the Washington Consensus was fraying, and a 'post-Washington Consensus' consensus was emerging. The Washington Consensus had, for instance, paid too little attention to issues of equity, employment, and competition, to pacing and sequencing of reforms, or to how privatizations were conducted.

There is by now also a consensus that Bretton Woods policies focused too much on just an increase in GDP, not on other things that affect living standards, and focused too little on sustainability – on whether growth could be sustained economically, socially, politically, or environmentally. On top of this, since the end of the Cold War and following the financial crisis of 2008, the institutions faced mounting criticism for their failure to prevent repeated economic crises in various parts of the world – especially through a concerted and ever convergent effort on the part of developing nations.

The emerging economies' attitude became increasingly cold, with calls for major reform – particularly of the IMF and World Bank. Among the concerns is that the IMF was not representative enough of the new fast-growing world economic powers. Until recently, China – which has grown so fast that it is now the world's second-biggest economy – had only the same number of votes at the IMF as Belgium. And today, many emerging economies not only do not need the current international financial institutions, in terms of policy, and even less, funding, but they increasingly are even in a position to compete with them (Saudi Arabia backstops Lebanon, Venezuela has helped Argentina repay the IMF, Chinese Development financing provides an alternative to World Bank lending in Africa).

The global picture of financial power and centrality has fundamentally changed. Capital markets have become increasingly globalized and interdependent, with the world's foreign direct investment (FDI) over three times the level now than in 2003.

As a result of their spectacular economic growth, emerging markets are now net providers of capital flows, financing the large current account deficits of the developed countries, and in particular that of the US. However, high levels of interdependency bring higher levels of risk; as the global reach of the US sub-prime crisis demonstrates, challenges in one market no longer stop at the national boundaries.

The financial landscape has been redrawn by the new power brokers – Asian sovereign investors and petro-dollar investors, who have moved the power base further to the East and South! In addition, the global financial crisis has proven beyond a doubt the need for more robust, globally consistent regulation.

Out-dated banking regulation, overlapping regulatory agencies (such as in the US), and limited international regulatory coordination were already causes for concern. An overhaul of the existing regulatory set up appears an inevitable response. Finding the right model will be a significant challenge: regulation needs to block irresponsible or fraudulent behaviour and excessive risk without also blocking growth. It needs to be global enough to provide a consistent framework, while also meeting local and national requirements. It needs to be clear and transparent, and able to act as an early warning system. It also needs to be nimble enough to make provision for the fast-evolving financial landscape and its complex products and transactions.

The continuing convergence of regulatory frameworks and standards is likely to be an important aspect of the regulatory overhaul. It holds the promise of comparability and transparency of financial information and greater investor confidence, as well as reduced compliance costs for global companies. All this will no doubt require a global effort and the South will have an important role to play.

The experience of Asian countries and other emerging economies in balancing the market and state following previous crises will be key in shaping things in future.

International monetary system as an example

For much of its history, the quintessential structural feature of the international monetary system has been uni-polar – as American hegemony of initiatives and power as well as its capacity to promote a liberal order came to define and shape international monetary relations. In recent years, however, emerging economies are demanding an end to the dollar's dominance in the international monetary system.

Dmitry Medvedev, Russia's president, declared on July 5th, 2009 that the dollar system is "flawed" and his central bank has been reducing its dollar holdings; the People's Bank of China (PBOC), China's central bank, also repeated its call for a new global reserve currency in June of last year and is now taking steps towards turning the yuan into a global currency. Beijing is particularly influential in this debate.

The dollar accounts for 65% of the world's foreign-exchange reserves, only slightly less than a decade ago and well ahead of the euro's 26% share. Three-quarters of all reserves are in the hands of emerging economies; China alone holds one-third of the global stash. This shows that a 'coalition of the rising states' is flexing its muscles now to shape the debate on the need for the world to have its monetary exchanges based upon some international 'spread' of currencies rather than upon a single one that, if it toppled due to domestic mismanagement, could bring ruin to many innocent players.

Environmental issues as an example

Scientists have argued that by 2050, in order to prevent catastrophic effects from climate change, the world must reduce by half its greenhouse emissions. They have called for action to combat deforestation, which is responsible for increasing global greenhouse emissions by 15-20 per cent. Such targets are extremely tough to meet – because not everyone accepts that they need to be met. For some years, the US and a number of other countries, including Australia and China, repeatedly refrained from committing to global emissions reduction pledges for fear of damaging their economies.

There is a perception among some international actors that cut in greenhouse gases can lead to weaker economic growth. Furthermore, emerging economies such as China, Brazil and India have argued that they should not bear the responsibility of cutting their emissions significantly, since it was, according to the evidence, developed countries that created the bulk of the emissions leading to climate change. Thus, the US, EU and other "Northern" countries are being increasingly forced to make concessions on the climate change issue (among others).

As evidenced by the apparent removal of numerical targets and timelines from the final Copenhagen texts, climate change is one of the most pressing issues of our time. It represents a watershed. It is not surprising that Copenhagen involved active decision-making by Heads of State in an international forum.

The agreement reached in Copenhagen would not have been possible without the active participation - and acquiescence of - the developing countries in general and the strong arm twisting capacity of new emerging powers. While the process of the negotiations was seen as being, at times, controversially non-transparent, as was reflected by the many comments from developing countries at Copenhagen, the outcome accepted by most countries is very telling by the way it was achieved rather than its substance. It was not the result of a traditional UN negotiation.

The agreement is seen as a weak document. Developing countries – led by China, Brazil, South Africa and G77 Chair plus China group Chair, Sudan – demanded and received significant compromises from developed countries.

The recent occurrences regarding climate change in Copenhagen are a case study that clearly illustrates how the "South agency" is already changing the international landscape – moving power and influence from North to South.

In the past, developing countries gave in to the demands of the developed countries – in order to realize sometimes marginal benefits related to their interests. Copenhagen shows a shift – China, Brazil and South Africa were able to clearly change the final outcome in an unprecedented manner. In the immediate – to medium-term future, the "South agency" will be increasingly emboldened.

World leadership as an example

We are all familiar with the interminable debates and discussions over the composition of the UN Security Council. Reform of the UN Security Council, under “open-ended” negotiation for almost 20 years, has in the last five years gained considerable momentum – mostly due to the increasing clout and insistence of emerging powers.

Most of the current reform proposals involve adding members in order to broaden geographical representation, which is currently admittedly loaded in favour of the richer, more developed nations. In the case of the permanent five members of the Security Council (P5) – China, France, Russia, the United Kingdom, and the United States – the motive behind opposing reform proposals is obvious: the preservation of historical privileges. With the current shift in power, all are prepared to accept, in principle, the addition of more permanent members, but there is opposition to an extension of the veto power. There is no agreement either on who should be in the new category of members. These diplomatic moves clearly demonstrate that countries of the South are not yet making progress in this front.

On the economic front, similar criticism has been levelled against the G7 – the group of the world’s seven major industrialized economies. This group – which comprised the United States, Japan, Germany, the UK, France, Italy and Canada, was based on the simple fact that these were the biggest economies in USD terms.

However, in 2008, when President George W. Bush called a special summit to discuss the mounting financial crisis, it became clear that countries such as Brazil, Russia, India, China, South Africa and others needed to be included, for it to work.

In practical terms this is the final shift from a G7 reality, then G8, then G8 plus plus into a new model maturing around the G20 – a far broader mix. The G-20’s main objective is to create a forum for high level discussion between industrialized countries and emerging economies on key issues related to global economic stability. In particular, it seeks to address issues that go beyond the responsibilities of any one organization. The implicit recognition is that by cooperating with each other multilaterally, members will be able to manage the move from a world with one economic superpower to a world with several increasingly important players.

Can crisis be an opportunity?

The speed, size and impact of the current multi-faceted crisis were such that the traditional G7 directorate has been unable to tackle it by itself. For an effective response in a highly connected global economy, all of the world’s major players needed to participate. If not to provide the requisite funds (bailout packages funded by China and Saudi Arabia), to bring forward the legitimacy needed for a global new deal to stick and hold its ground.

What the current crisis has also shown is the need for new rules, institutions and services that help solve the world’s major problems. More countries – especially the emerging powers – claim a stake in the international system.

Whoever is to blame, unless we find ways to expand and enhance the rules and institutions of global cooperation – around economics, finance, energy, climate change, disease, drugs, migration, and a host of other issues, the world will experience more crises. Responses will be ad hoc and hasty – too little, too late. We cannot come out of the current crisis unless the major global stakeholders work together in a holistic and sustained manner. This crisis has indeed shown that there is no more world leadership without acknowledging a renewed South agency.

As developed countries emerge weakened from the global economic crisis, there may be opportunities for developing and emerging countries to push for policy space with a view to creating greater transparency and inclusiveness in international affairs.

Putting the threads together

In our world of today, technology is omnipresent. Technology developments in the past few decades have significantly transformed the way people live and communicate, and the way businesses operate across the globe. Of the 6.5 billion people in the world, about one half have mobile phones and almost a quarter have internet access. Arguably, the pace of change continues to accelerate.

The ubiquity of the internet and mobile communications, the massive available processing power, and the almost unlimited bandwidth and data storage are creating applications and opportunities that were unthinkable five or ten years ago. The cost of devices has tumbled with advances in silicon technology, and their usability has risen significantly with advances in miniaturization. Portable communication and information devices have become convenient and affordable day-to-day reality

for millions. Information is now available to almost anyone, anywhere at anytime – and, as Web 2.0 becomes ever more common, almost everybody can contribute.

New technologies have also created a global collaboration platform that eliminates barriers of geography, distance and time. So what happens next?

Most experts believe we are only at the early stage of the digital technology revolution. As technology gets more open-sourced, and emerging countries contribute to innovation to a greater extent, the scale of innovation will increase and so will be the stake of the South in such advances.

The advances of the last decade in terms of technology, innovation and knowledge have created a need to regulate intellectual property in a completely different way. Technology is ubiquitous and it has literally invaded our lives – from mobile phones, software applications, bar codes to smart devises and handhelds!

Economies are becoming increasingly reliant on exploiting these technologies to create value and add value to existing resources. Because of these advances, the ‘value added model’ has been altered – thus creating a frontier on how economies grow. Every country has to find a way out of this conundrum. It goes without saying that the technological innovation drive obliges everyone to reposition themselves.

The South has come out better from this challenge, so far. Defining the boundaries and contours of intellectual property as well as designing a balanced intellectual property regime is where the real battle lies, and this is not going to be easy.

And there are other challenges. Demography, migration and urbanization are more and more visible terrains of transformation and possible social polarization. A large increase in working age population in developing countries due to high fertility rates; ageing of the population in developed countries; large cities gaining stronger influence over the future of large territories and sometimes whole countries; dramatic increase of urban concentration; and all this coupled with increased mobility (rural-urban migration in developing countries as well as international migration) creates serious threats to social cohesion, integration and employment. It will have to be addressed holistically, comprehensively and with increasing urgency.

These are some of the trends in which South agency will have to manifest itself if the rise of economic power is to be transformed in a sustainable path for the future. How world leaders and ational actors will shape the new a multi-polar reality, manifesting itself in the economic front.

Further reading associated with this paper:

NAYYAR, Deepak, *Developing Countries in the World Economy: The Future in the Past?* WIDER Annual Lecture 12, February 2009; KAGAN, Robert, *The Return of History and the End of Dreams*, 2008; ZAKARIA, Fareed, *The Post-American World: And the Rise of the Rest*, 2009; PAULO, Vincente, *Unity in Diversity: Governance Adaptation in Multilateral Trade Institutions through South-South Coalition Building*, South Centre Research Papers, July 2008; JUNHONG, Liu, “BRIC building road to global economic recovery”, *China Daily*, 18/06/2009; STIGLITZ, Joseph, *Making Globalization Work*, 2006; KENNEDY, Paul, “*The Dollar’s Fate*”, Editorial Opinion, *International Herald Tribune*, 29-30/08/2009; Finance and economics, “*Yuan small step*”, *The Economist*, 11/07/2009; The World Bank, *Global Development Finance: Charting a Global Recovery*, 2009; DAILAMI/MASSON, *The New Multi-polar International Monetary System*, The World Bank, December 2009; UN, *Strengthening the Global Partnership for Development in a Time of Crisis*, 2009; UNDP, *Making Global Trade Work for People*, 2003.

Carlos Lopes⁴⁰ is UN Assistant Secretary-General in charge of UNITAR, based in Geneva (www.unitar.org), and the UN Staff College, based in Turin (unssc.org). A development specialist trained at the Geneva University’s Graduate Institute for International and Development Studies, he has also a PhD in History from Paris 1 University, Panthéon-Sorbonne. He has published extensively and participates in 12 academic councils. Views expressed herewith are personal. Condemned to invent: challenges for the 2012 Earth Summit

⁴⁰ Carlos Lopes, Geneva, January 2010. The author would like to acknowledge Babar Kamal contribution for the preparation of this paper.

Condemned to invent: challenges for the 2012 Earth Summit

Ignacy Sachs

Prologue

This paper is especially addressed to the younger readers, who will increasingly share the responsibility of steering the world affairs in this first quarter of the 21st century. Notwithstanding the disappointing results of the Copenhagen 2009 Conference, it conveys an optimistic message to them. They are condemned to invent new shortcuts towards a socially inclusionary and environmentally sustainable development, confronting the double challenge of the daunting social inequality predicament⁴¹ – four fifths of wealth accrues to one quarter of the world population, responsible for 70% of pollution – and of climatic change. Such a possibility exists, even though we are seated on the ruins of two failed paradigms:

- on the one hand, real socialism, which collapsed twenty years ago with the fall of the Berlin wall and the ensuing implosion of the Soviet Union;
- on the other, arrogant capitalism based on the myth of self-regulating markets, badly shaken, though not yet defeated, by the present crisis prompted by a pattern of growth based on increasing indebtedness and on the widening of social inequalities. As Joseph Stiglitz put it, “*the invisible hand of Adam Smith often seemed invisible indeed, as it was not there*”⁴².

Oddly enough, the social democrats did not seize the void thus created to occupy the scene. They lost in this way an opportunity to propose a three-pronged programme aimed at improving the regulation of mixed (public/private) economies⁴³, resuming planning – the main casualty of the neoliberal counter-reforms – and at reforming the fiscal system, so as to introduce a carbon tax and go back to the highly progressive taxation of large incomes, as in the time of the New Deal⁴⁴. Instead, under the pressure of the neoliberal counter-reform, they preferred to say ‘yes’ to market economy, even though the latter was heading toward a severe crisis, prompted by a pattern of unsteady growth, based on indebtedness and on the widening of social inequalities⁴⁵. Once more, the debates on the so-called ‘third way’ ought to be revisited critically. In this connection, it is worthwhile to examine sine ire et studio the Nehruvian vision of the ‘socialistic pattern of society’ (distinct from socialist), and the 1956 Indian Industrial Policy Resolution and its underlying concept of ‘mixed economy’.

The challenge is to make the most of the forthcoming 2012 Earth Summit that the United Nations will convene, for the second time, in Rio de Janeiro in order to identify and explore the margins of freedom to chart new development strategies. Time is pressing and the failure of the Copenhagen Conference adds to the urgency. The more so that we have not emerged as yet from the ongoing crisis⁴⁶, not speaking of the frightening prospect of an exit through slow, intermittent and, worst of all, jobless growth.

41 See on this point the *United Nations Report on the World Social Situation 2005, The Inequality Predicament*, UN, New York 2005.

42 Joseph Stiglitz, “As duras lições de 2009”, *Folha de São Paulo*, 27/12/09.

43 The concept of ‘mixed economies’ loomed large in the writings of M. Kalecki and S. Tsuru on developing economies, initially published in the 1960’s. See Osiatynski J. (ed.), *The Collected Works of Michal Kalecki*, Volume V, *Developing Economies*, Oxford, Clarendon Press, 1993 and Tsuru S., *Collected Works of Shigetō Tsuru*, volume 13, *Towards a New Political Economy*, Tokyo, Kodansha Ltd., 1976.

44 When Roosevelt was elected in 1932, the marginal taxation rate of income in the United States was 25%. He brought it up to 63% in 1932, to 79% in 1936 and to 91% from 1941 onwards. It was only in 1965 that this rate was brought down to 77%. Thomas Piketty is right to say that “the lesson from this episode is that such a level of marginal taxation did not kill capitalism nor did it restrict human rights.” Thomas Piketty, “Il faut taxer fortement les hauts revenus”, *Alternatives Économiques*, n°276, janvier 2009, p.52.

45 See on this point Frédéric Lordon, «À la remorque de leurs précepteurs libéraux, mais avec un temps de retard comme d’habitude, et surtout un remarquable sens de l’à-propos historique, les socialistes français ont décidé, par charte de principes fondamentaux interposée, de déclarer leur adhésion sans réserve à l’idée «du marché» au moment précis où le capitalisme déréglementé part en morceaux.». Frédéric Lordon *Jusqu’à quand? Pour en finir avec les crises financières*, Paris: Éditions Raisons d’agir, 2008, p.211. And also: Michel Aglietta, «La crise d’un modèle de croissance inégalitaire», *Alternatives Économiques*, n°274, novembre 2008, p.70-71.

46 Paul Krugman is right to warn against the repetition of the great mistake of the 1937 when the Fed and the Roosevelt administration decided that the Great Depression was over, “that is was time for the economy to throw away its crutches.” “The 1937 feeling”, *International Herald Tribune*, 04/01/10.

The crisis as an opportunity

Crisis? Crises? We are confronted with several interconnected crises: the financial one, which originated in Wall Street and unfolded into a worldwide socio-economic crisis, their corollary – the crisis of the asymmetric pattern of globalisation (with one neuralgic point, the odd interdependency between the United States and China) – the environmental crisis and the menace of climate change, which has put us on the threshold of the way out of the oil age, not speaking of the dead ends of development thinking, responsible for the failure of paradigms already referred to.

Should we say: crises at last? In a recent article, Edgar Morin praises the virtues of the crisis as a *principe d'espérance*. According to him, the planetary crisis of humankind awakens both regressive and disintegrating, as well as generating and creative forces⁴⁷.

I am told that the Chinese use the same character for crisis and crossroads. *Si non é vero é bene trovato*. Crises ought to be used to make changes that seldom happen in normal times. What to say then of the conjunction of several crises: a major worldwide socio-economic recession prompted by financial speculation in Wall Street, playing havoc with the asymmetrical globalisation and going hand in hand with the menace of deleterious and possibly irreversible climate changes?

Of course, there are those who did not give up the idea of returning, as soon as possible, to business as usual. They also have turned Keynesians on the occasion of the crisis, claiming, as everybody else, for the State's intervention. But only to advocate a lousy version of Keynesianism: socialising the losses of private business by using the tax payers' monies to rescue the banks and investors. In an extraordinarily candid article, *The Economist* extols America's enlightened attitude to corporate bankruptcy, designed to put as quickly as possible economic resources back to productive use. According to the journal, America's generosity to capitalism's losers has served it remarkably well and other countries should follow its example⁴⁸. The unemployed and those who are forced to accept cuts in their modest salaries may not share this opinion.

Fortunately, other interpretations of Keynesianism are possible, as the debate between left and right wing Keynesians in the 1930's and 1940's has shown. The present crisis ought to be put to good use by suggesting an entirely different kind of public intervention, so as to propose an agenda capable of making an indent in the social inequality prevailing between countries and within countries while mitigating efficiently the menace of the climatic change.

Where do we stand?

Let it be clear that the prospect for a revolutionary overthrow of capitalism, which marked so heavily the short twentieth century⁴⁹, does not loom large at the moment, barely twenty years after the implosion of real socialism. Yet, there are at least three directions in which we can move to introduce both systemic and substantial changes:

1. Consolidating and expanding the **non-market sphere of production** through universal public networks of social services – education, health, environmental services and housing – to which all people ought to be entitled independently of their incomes. For some social movements, in so far as they fulfil the fundamental human rights, these services even ought to be considered as 'public goods' available freely, side by side with drinking water, electricity and basic transportation⁵⁰.

Whether housing should be included is a matter of discussion. In practice, it is possible to foster programmes of self-help construction of housing by the future dwellers ('mutirão habitacional') with the support of professional staff and loans provided by the State.

In parallel, promoting programmes of food production, mainly for self consumption, not only in rural but also in urban areas. Gardening has an enormous potential, judging by a project of Pro-Natura International, a NGO based in Paris, in association with the social business JTS Seeds. The two have developed the innovative, ecological and highly productive *Super Vegetable*

47 Edgar Morin, «Éloge de la métamorphose», *Le Monde*, 11/01/10. Already in 1976, this author had written a paper on «crisologie» ("Pour une crisologie." *Communications*:25, 1976. 149-163.). Somewhat surprisingly, the word 'metamorphosis' is now used by Morin as a substitute to 'revolution'. He even claims that the idea of metamorphosis is richer than that of revolution, as it encompasses the same transforming radicality but linking it to the conservation of life and to the heritage of cultures. *Affaire à suivre...*

48 See "Making success of failure", *The Economist*, 09/01/10, p.61.

49 See e.g. Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991* (Vintage Books, 1994).

50 See Ignacio Ramonet, *Le krach parfait – crise du siècle et refondation de l'avenir*, Éditions Galilée, Paris, 2009.

Garden. Initially planned for Africa, this enriched garden yields a balanced diet for 10 people on a surface area of 60 m² with 80% less water consumption⁵¹.

2. Expanding the perimeter of the social economy within the market economy and, in this way, reducing the scope for private appropriation of the profits. The concept of social economy, as used in Europe, corresponds in Brazil to 'economia solidária' and encompasses cooperatives, non-profit associations and all kinds of organisations of the civil society. Let us mention that the cooperatives represent in the world a universe of more than 800 million members. Another 300 million are associated in mutual health organizations and 200 million in mutual insurance companies. "This economic entity, inscribed in the markets with an ethical and solidary dimension, will be all the more performant that it will remain true to itself, that is to say, citizen and creative"⁵². This may be a tall order when cooperatives and other social economy entities grow in size, but the prospect for enlarging the perimeter of social economy should be encouraged as an important window of opportunity.

3. Building a green economy, which meets simultaneously the challenges of climate change mitigation and social inclusion through decent work.

While the two previous points were of a systemic nature, this one addresses a substantial agenda.

Outmost attention must be given to the energy paradigm, with three possible lines of action:

- a greater sobriety in energy consumption, which entails changes in lifestyles, consumption patterns and spatial organization of human activities;
- greater efficiency in the final use of energy;
- finally, substitution of fossil energies by the whole spectrum of the renewable ones, direct and indirect, by promoting the use of bioproducts whose production requires lesser inputs of fossil energy than products of mineral origin. The future belongs to biorefineries that will gradually take the place of petrol refineries turning out a widening range of bioproducts⁵³.

The potential conflict for scarce resources (agricultural soils and water) between the production of food and that of biofuels ought to be seriously considered. Priority should be given to ensure the food security of the entire world population. Yet, there are reasons to believe that this conflict can be overcome by resorting to integrated food–energy systems, instead of juxtaposing mono-productive chains of food and fuels, by accelerating the transition to the second generation of biofuels – cellulosic ethanol, made out of agricultural and forest residues – and, finally, by moving as rapidly as possible to the third generation – fuels extracted from microalgae and algae.

Ultimately, the challenge is to invent **modern biocivilizations** making multiple use of the variety of land, forest and aquatic biomasses grown in different biomes, and turning them into food, animal feed, green fertilisers, bioenergies, construction materials, fibres, a growing range of bioproducts processed by biorefineries, pharmaceuticals and cosmetics. Environmental sustainability ought to be pursued hand in hand with the concern for social inclusion through decent work, preferring, whenever possible, strategies of employment-led economic growth⁵⁴.

51 It is a combination of the Improved Tropical Garden (ITG) of JTS Seeds, and Pro-Natura's biochar, green charcoal used as a catalyser of soil metabolism, learning from the practice of pre-Columbian indigenous populations in the Amazon region. This garden seems a promise for a richer, healthier future worldwide. A comment is in order here. Even on a less optimistic productivity estimate of 12m² required to produce the vegetables consumed during the year by one person, a world population of seven billion people would require 8.4 million hectares, barely half percent of the 1.6 billion hectares of cropland area that the world had in 2006 and less than half of the cropland area of France. Let us not jump too hastily to conclusions: vegetables are not the only item of human diet and the productivity reached in experimental super vegetable gardens will not be easily repeated all over the world. This said, hunger in the world is not the consequence of a Malthusian trap, but of uneven access to land and its produce. It does not result from physical shortages but from scandalous injustices built in the social fabric of our societies. *Super Vegetable Gardens & New Oasis*, August 2009. For more information, see: www.pronatura.org.

52 Michel Rocard et Thierry Jeantet, "L'économie sociale, une réponse à la crise", *La Tribune (Paris)*, 10/01/10.

53 Since 2003, Green Power Conferences are being convened to discuss the prospect for biorefineries and bio-based products. The latest in date is scheduled for March 2010 in Amsterdam with keynote addresses by Dr. Gro Harlem Brundtland, former Prime Minister of Norway, and Professor Suani Coelho, executive director of CENBIO (São Paulo).

54 See Sachs I., "Kalecki's political economy of development of mixed economies – Employment-led growth", (in) *Kalecki's Economics Today*, (Zdzislaw L. Sadowski and Adam Szeworski, eds.), London, Routledge, 2004, p.165-177. Also available in Portuguese: "A economia política do desenvolvimento segundo Kalecki:

This is, at any rate, the way to transform tropical and subtropical countries, endowed with great biodiversity and climates suitable to photosynthesis, into Lands of Good Hope, to quote Pierre Gourou⁵⁵. The way out of the present crises should be designed to move us into this direction.

Strengthening of the Developmental States

For that, a precondition is the strengthening of the developmental States, debilitated and disoriented by the frontal attack of the neoliberal counter-reform.

Their capacity for long-term planning must be re-established. When Von Hayek wrote in 1944 his pamphlet against planning, he was the dissident⁵⁶. Everybody else around him was planning⁵⁷. Times changed with the end of the 'golden age of capitalism' (1945-1975) and the coming to power of Margaret Thatcher in the UK and then Ronald Reagan in the USA. James K. Galbraith is right to say that in the discourse inherited from the Reagan era, syphilis, leper and planning have more or less the same status. These are diseases from another age that can be healed and that are no longer frightening⁵⁸.

The implosion of the Soviet Union should by no means be equated with the end of planning, among other reasons because Soviet centralized planning started with the abacus as its main technical device, while we are living in the age of the computers.

One ought to recall here the shortest definition proposed by M. Kalecki: "*planning is variant thinking*". Optima might be difficult or even impossible to reach, but, more modestly, devising and comparing alternative development paths is the only rational way of selecting the goals and avoiding wasteful uses of resources, moving beyond the current distribution of goods performed by the market. The more so if planning is conducted in a democratic setting through a quadripartite negotiation among four groups of stakeholders: the State, the entrepreneurs, the workers and the representatives of the organized civil society.

In order to be operational in mixed public/private, predominantly market economies, planning requires on part of the State the capacity to fund projects considered as having high priority, which do not attract, however, private investors. The scope for inducing the latter through appropriate incentives, such as tax rebates, exists but should not be overplayed. Hence the need for fiscal reforms to enable the State to finance the necessary investment. In the present circumstances, one may mention in this respect two urgencies:

- going back to the highly progressive income taxes instituted by the New Deal⁵⁹,
- establishing a carbon tax, progressive overtime and compensated by the reduction of other taxes, crucial for cutting drastically carbon emissions, much more effective than the cap-and-trade system preferred by free-marketers⁶⁰.

At the same time, attention must be given to the incorporation in the planners' toolbox of such concepts as **decent work for all**, as put forward by the ILO, as well as **ecological footprint and biocapacity**⁶¹; the latter two offer a convenient starting point to differentiate between countries whose footprint exceeds their biocapacity and those who still dispose of a biocapacity reserve, keeping in mind that biocapacity can be enhanced by assisted and synthetic photosynthesis.

crescimento puxado pelo emprego", (in) *Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: Homagem a M. Kalecki*, EDUSP/FAPESP, São Paulo - organizadores Lenina Pomeranz, Jorge Miglioli, Gilberto Tadeu Lima, 2001, p.269-288. See also *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado, prefácio de Celso Furtado, Rio de Janeiro, Garamond Universitária-SEBRAE, 2004.*

55 Pierre Gourou, *Terres de bonne espérance. Le monde tropical*, Paris, Plon, Coll. Terre humaine, 1982.

56 Hayek, F.A. von. 1944. *The Road to Serfdom*. London: Routledge.

57 See Ignacy Sachs, "Revisiting Development in the 21st Century", *International Journal of Political Economy*, Fall 2009, volume 38, n°3, pp.-5-21.

58 James K. Galbraith, *The Predator State: How Conservatives Abandoned the Free Market and Why Liberals Should Too*, New York, Free Press, 2008.

59 See on this footnote 4.

60 For a critique of this system, compared to the medieval indulgences sold by the Church, see G. Monbiot, *Heat - How to Stop the Planet Burning*, London: Penguin Books, 2007: "Just as in the fifteenth and sixteenth centuries, you could sleep with your sister, kill and lie without fear of eternal damnation, today you can leave your windows open while the heating is on, drive and fly without endangering the climate, as long as you give your ducats to one of the companies selling indulgences.", p. 210.

61 See the site of the Global Footprint Network, <http://www.footprintnetwork.org>, and in particular the study, *Ecological Footprint Atlas*, (24th November 2009), available on the site.

Whither the international community?

A final note. A major challenge facing the second Earth Summit will be the streamlining of the international cooperation, badly shaken by the ongoing crises. Shall we reaffirm our confidence in the G200 – a proxy for the United Nations – strengthening its operational structure or else, the future will see the emergence of other smaller and arbitrarily composed groupings: G20? Why not a G24 or 30? Not speaking of the frightening prospect of a G2 – an American Chinese condominium over the world. At another level, what kind of South-South cooperation can be envisaged in a world in which the concept of non-alignment has lost its relevance with the implosion of the socialist block? Finally, what role should be assumed by regional groupings such as the European Union? One thing is sure, 65 years after the end of the Second World War, the architecture of the international system calls for an *aggiornamento*.

Ignacy Sachs is an eco-socioeconomist. He was born in Poland in 1927 and studied in Brazil, India and Poland. Since 1968 is a professor at the School of Advanced Scoail Studies in Paris, where he funded and directed sucessively the International Research Centre on Environment and Development and the Research Centre on Contemporary Brazil. Consultant on various ocasions for the United Nations, having taken part in the preparation of the 1972 Stockholm Conference on Environment and the 1992 Rio de Janeiro Earth Summit. His bibliography is available on the site: <http://www.ehess.fr/crbc/Ignacy%20Sachs%20pour%20site.pdf>. His latest publication in Brazil is: *A terceira margem - em busca do ecodesenvolvimento*, Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

Os rumos do Brasil

Ladislau Dowbor

O Brasil adquiriu uma imensa visibilidade no planeta, graças a uma liderança carismática sem dúvida, mas sobretudo ao mostrar que um conjunto de medidas simples pode ajudar imensamente a equilibrar os nossos processos de desenvolvimento, conquanto haja determinação e bom senso na sua aplicação. Frente à complexidade dos desafios, e à sinergia dos dramas que estão se avolumando, não há solução única e simplificada, como o apelo à educação como solução universal. O que aparece hoje no balanço de uma gestão progressista no País, é que o que funciona é a articulação de um conjunto de iniciativas, cujo resultado é uma política integrada de resposta aos desafios estruturais.

A economista e professora Conceição Tavares resumiu bem os avanços do presente governo: “Fizeram o correto na infraestrutura, contemplando obras nas regiões Norte e Nordeste, como a ferrovia Transnordestina, a Norte-Sul, a transposição do Rio São Francisco e portos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma seleção de projetos muito pesada e muito boa, de que não convém desviar. Também acertaram na política social, com o Bolsa Família. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) está tocando três coisas importantes: crescimento, distribuição de renda e incorporação social. E ainda por cima fez uma política externa independente.”⁶² Excesso de otimismo?

O ponto de partida do governo Lula deu-se ainda antes da eleição, quando assinou e divulgou a carta de junho 2002, assegurando que iria respeitar os compromissos assumidos pelo governo anterior. Isso significava, essencialmente, a manutenção de um conjunto de privilégios dos grupos dominantes: não ia ser uma política contra os privilégios, e sim uma política que iria desenvolver em paralelo uma política social. Isto pode ser visto como um abandono de ideais, mas pode também ser visto como pragmatismo estratégico: no Brasil realmente existente, com a fragilidade e fragmentação das forças progressistas, e a pouca articulação da chamada “base da pirâmide” constituída por muitos pobres pouco estruturados, fazer política contra os privilegiados simplesmente inviabilizaria o governo, e anularia os resultados. As elites tradicionais não vão derreter ao sol e fazem parte da realidade. O que não desculpa o atraso que representam para o País, nem tira do horizonte a necessidade de mudanças mais profundas.

Temos igualmente de levar em conta o fator Lula, uma personalidade de excepcional integridade, visão de longo prazo, e capacidade negociadora. Longamente subestimada, esta capacidade política deve-se sem dúvida às qualidades da pessoa, mas também à história: o presidente Lula passou a vida, como sindicalista, aprendendo a negociar e pactuar em condições desfavoráveis. E esta capacidade está sendo posta à prova a cada dia. O governo Lula controla parte do poder executivo – particularmente as áreas sociais – porque se não negociasse ministérios chave com diversos grupos não teria como aprovar as suas leis no legislativo. No Legislativo, as forças empenhadas efetivamente na transformação são minoritárias, e a pactuação e negociação precisam ser realizadas penosamente a cada passo. Com financiamento corporativo das campanhas, temos bancada ruralista, bancada dos banqueiros, das empreiteiras – e muito pouca bancada do cidadão. No Judiciário, um grande parte feudo de grupos econômicos e tradicional defensor de privilégios, o espaço é igualmente limitado. O quarto poder, a mídia, está na mão de essencialmente quatro famílias, e nenhuma favorável. Estas são as condições realmente existentes, e promover políticas sociais neste contexto é um desafio. Em reunião com intelectuais, Lula resumia de maneira simples: o problema não está na vontade ou não de aprofundar as mudanças, e sim no espaço política de sua sustentação.

O fator escasso das políticas sociais não é o dinheiro, e sim a capacidade de gestão. No caso brasileiro, estamos falando de um mundo de, como ordem de grandeza, cento e vinte milhões de pobres, entre os quais temos um “quarto mundo” de mais de cinquenta milhões de pessoas, que são objeto em particular do Bolsa Família, universo que antes de aprender a pescar, deve matar a fome. Nas palavras do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, ninguém aprende a pescar com barriga vazia. Este é um universo de pessoas que não está registrado para pagar impostos, e, portanto, não existe para a máquina tributária, mas tampouco tinha carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF), endereço postal, conta bancária: em suma, para todos efeitos administrativos, não existia. Os primeiros tempos da administração Lula foram de um imenso esforço de organização do acesso a esta base social desarticulada, condição prévia necessária para qualquer política social. E este esforço exige, mais do que dinheiro, um muito esforço administrativo e bastante tempo. Com isto o governo Lula demoraria a apresentar resultados.

Paralelamente, o governo trabalhou a chamada vulnerabilidade externa. O que foi denunciado como “Aero-Lula” no início da gestão, se traduziu em acordos comerciais com a União Europeia, com a China, com a Índia, com países árabes, com a África, e em particular com os países vizinhos. A posição de dependência centrada na relação com os Estados Unidos foi transformada numa interdependência com

o conjunto de atores econômicos internacionais. O resultado foi a dinamização das exportações, e uma redução drástica da vulnerabilidade aos ataques especulativos: as reservas em divisas passaram de trinta bilhões de dólares no início do governo em 2003, para 230 bilhões em 2010. Com a crise financeira de 2008, constatou-se a que ponto isto protegeu o País: as relações econômicas com os Estados Unidos, epicentro da crise, tinham-se reduzido fortemente em termos relativos, e o que se perdeu com o mercado norte-americano foi em boa parte compensado com a diversidade de relações econômicas com o resto do mundo. As reservas acumuladas permitiram financiar exportadores brasileiros com apoio do tesouro, quando o acesso a linhas de crédito de exportação internacionais tinha se reduzido drasticamente. E as políticas redistributivas internas, ao dinamizar o mercado consumidor, permitiriam uma reconversão de boa parte das exportações para um consumo popular em expansão.

Talvez o principal aporte do governo Lula para a revisão radical do conceito de política econômica, foi ter demonstrado na prática, com resultados não controvertidos, que uma boa política social melhora a situação não só dos pobres, como de toda a Nação. A reconstrução da economia, e a sua condução racional, parte de onde deve partir, da inclusão das maiorias, da resposta aos problemas mais urgentes. E ficou demonstrado que recursos relativamente pequenos, quando orientados para a “base da pirâmide”, têm um impacto impressionante tanto em termos de qualidade de vida – ter acesso aos bens essenciais – como em termos de estímulo e dinamização de atividades por parte de uma população que se encontrava em situação de impotência. A preocupação dos ricos com a preguiça dos pobres não tem outra base se não o seu preconceito. O problema do pobre não é falta de vontade, e sim de oportunidade. O que se verificou, é a forte dinamização das regiões que recebem recursos, tanto através da demanda de bens básicos como do aumento induzido de geração de pequenas e médias empresas e do emprego em geral. Gerou-se um círculo virtuoso, a demanda estimulando a produção, que gera mais empregos, e assim por diante. Ficou patente que a grande oportunidade do Brasil – e de tantos outros países – é esta imensa fronteira de cerca de dois terços da população excluídos de uma vida digna, e privados dos instrumentos de uma contribuição produtiva real.

O Bolsa Família tem uma grande visibilidade mundial, e com razão, pois atinge quase cinquenta milhões de pessoas. Mas houve também um sistemático aumento do salário mínimo, cujo poder de compra real aumentou em mais de 50%. Isto favoreceu cerca de 26 milhões de trabalhadores, e cerca de 18 milhões de aposentados, cujas aposentadorias são reajustadas pelo nível do salário mínimo. O programa de apoio à agricultura familiar (Pronaf) passou de 2,5 bilhões de reais para os 13 bilhões ao ano em 2009, gerando forte expansão de uma área que responde por 70% do abastecimento alimentar do País, permitindo que ao aumento de renda e consumo na base correspondesse uma capacidade produtiva equivalente, sem pressões inflacionárias. Mais recentemente, o programa Territórios da Cidadania, com cerca de vinte bilhões de reais para quase dois mil municípios dos mais pobres, passou a gerar capacidade de absorção organizada de recursos na base da sociedade. O emprego, neste período de 2003 a 2009, aumentou em mais de 11 milhões, com três empregos em cada cinco no setor formal. Ficou aqui também evidenciada a imensa bobagem que era sustentar que um aumento dos salários reduziria o emprego. Salário gera demanda, demanda gera produção, produção gera investimentos e emprego.

O grande entrave continua sendo o segmento comercial de intermediação financeira. Com juros anuais da ordem de 60% para pessoa jurídica, de 100% para pessoa física (tanto nos bancos comerciais como em grande parte do comércio de compras a prazo), de 160% para cheque especial (overdraft), de 220% para o cartão de crédito, trata-se essencialmente de usura. São poucos bancos, e se entendem. O governo não bateu de frente com este sistema, mas reduziu gradualmente de 24,5% para os atuais 8,75%, a taxa Selic que o governo paga aos bancos. Gradualmente, são obrigados a buscar aplicações produtivas. E passou (timidamente) a utilizar o setor bancário oficial para ir introduzindo concorrência e juros menos obscenos⁶³. A importância crucial de se dispor de um forte setor financeiro público ficou demonstrada, como forma de assegurar a canalização de recursos para as grandes prioridades do país e de reduzir o efeito de cartelização do setor privado.

Outro eixo de grande interesse é a forma que têm tomado os investimentos em infraestrutura. Enquanto na visão tradicional, os estudos de viabilidade econômica se concentram na taxa de retorno – e com isto ficam sendo privilegiadas as regiões já ricas – o programa de aceleração do crescimento do governo tem equilibrado os investimentos em infraestruturas com grande esforço no Nordeste e outras regiões carentes. Assim, os desequilíbrios regionais, regularmente mencionados em todos os planos de desenvolvimento

63 *Pesquisa mensal de juros*, http://www.anefac.com.br/m3_preview.asp?cod_pagina=10782&cod_idm=1

Estudo do Ipea, com outra metodologia, mostra que a taxa real de juros para pessoa física (descontada a inflação) cobrada pelo HSBC no Brasil é de 63,42%, quando é de 6,60% no Reino Unido. Para o Santander, as cifras correspondentes são 55,74% e 10,81%. Para o Citibank são 55,74% e 7,28%. Para pessoa jurídica, o HSBC cobra 40,36% no Brasil, e 7,86 no Reino Unido. IPEA – *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise* – Comunicado da Presidência, Abril de 2009, p. 15.

do país, mas nunca enfrentados, estão sendo gradualmente reduzidos. Trata-se também de reorientar as infraestruturas, no sentido de aproveitar o imenso potencial do país em transporte aquático e em ferrovias, opções abandonadas nos anos cinquenta sob pressão das grandes montadoras de caminhões e automóveis. O amplo esforço de investimento público, por sua vez, manteve a conjuntura relativamente alta mesmo no período da crise financeira. Aqui também, o próprio setor privado começou a entender a importância de ter um setor público fortalecido. O fundamentalismo liberal não faz muito sentido.

Não basta ter rumos, é preciso conseguir resultados. Imensa importância tem a lenta construção de formas mais democráticas de tomada de decisões. Frente ao peso político evidentemente dominante dos grandes grupos econômicos e das elites tradicionais a eles aliadas, o governo assegura, para cada negociação de interesses dos grandes grupos, a contrapartida em termos sociais, e cada vez mais em termos ambientais. Os programas simplesmente funcionam, e funcionam porque são negociados, assegurando um mínimo de apoio político. Mas também funcionam, no caso dos grandes programas sociais, porque no primeiro e segundo escalão técnico, que são as pessoas que carregam efetivamente o piano nas costas, estão pessoas que em geral vêm dos movimentos sociais, e conhecem efetivamente os problemas, sabem que tipo de parcerias tem de ser organizadas, entendem de mobilização em torno aos programas. Os movimentos sociais têm um papel vital nestes processos, e crescente no futuro.

Não se devem confundir rumos certos com superação dos problemas. O Brasil avançou de maneira impressionante, e, sem dúvida, na direção correta. No entanto, continua sendo um dos países de maior desigualdade do planeta, continua tendo uma massa de cerca de 40% da mão de obra analfabeta funcional, continua tendo uma imensa massa de trabalhadores na informalidade. Ao mesmo tempo em que se constata os resultados, tem de se manter, portanto, o realismo das metas. O desmatamento da Amazônia baixou de 28 para sete mil quilômetros quadrados ao ano, o que é uma gigantesca vitória. No entanto, continua sendo um desastre. A monopolização das terras por grandes grupos continua sendo absurda em termos de produtividade de uso do solo: a reforma agrária continua travada pelos grandes grupos da chamada “bancada ruralista” com todas as suas conexões nacionais (em particular no jurídico) e internacionais.

Com todas as dificuldades, o Brasil é visto como um exemplo, ao refutar na prática e nos resultados a visão de que os privilégios se justificam porque os ricos sabem mais, de que concentrar a renda gera investimentos, de que o setor privado sabe melhor do que o setor público, de que os movimentos sociais são um complemento simpático mas inepto, de que dinheiro na mão dos pobres gera parasitas, enfim, de que o subdesenvolvimento é de certa forma inevitável. Hoje os países ricos começam a enfrentar a dimensão dos dramas do clima, da poluição, das migrações, do esgotamento dos recursos naturais, das mudanças energéticas. A frase de Lula, “a crise tem olhos azuis”, correu o mundo. Novas articulações políticas, internamente na América Latina, entre os grandes países ditos emergentes, entre os diferentes continentes do chamado “Sul”, estão sendo tecidas.

Um eixo chave a se considerar, é o aproveitamento racional dos potenciais impressionantes que o país possui, e a sua conjugação com os novos desafios ambientais. Temos a maior reserva de solo agrícola parado do planeta, uma das maiores reservas de água doce, temos clima e mão de obra, isto numa época em que a pressão por alimentos e biocombustíveis aumenta por toda parte. E o Brasil hoje domina tecnologias de ponta nesta área. Juntando estes fatores, se o país conseguir evitar a tentação de mais um ciclo agro-exportador, que normalmente agride o meio ambiente, emprega pouco, e gera lucros para minorias no país e para os grandes grupos mundiais do agro, poderá transformar os problemas em solução. Como o Brasil resolverá a equação da produção, do emprego, da renda e do meio-ambiente será crítico, e neste sentido o país tem tudo para apontar caminhos.

A visão econômica tradicional, o *main-stream* das bobagens de Washington, envelheceu de repente. A presença de um forte setor estatal não é um estorvo, é um suporte fundamental. A regulação das finanças não é burocratização, é uma proteção contra a irresponsabilidade. Assegurar melhores salários e direitos aos trabalhadores não é demagogia, é a forma mais simples e direta de gerar demanda e uma conjuntura favorável. Apoiar os mais pobres da sociedade não é assistencialismo, é justiça, bom senso, e dinamiza a economia pela base. Investir nas regiões mais pobres não é um contrasenso, prepara novos equilíbrios ao gerar economias externas para futuros investimentos. Fazer políticas sociais não é um “bolo” que se divide depois, pois é o investimento na pessoa que mais gera dinâmicas econômicas, como já analisava Amartya Sen. Fazer política ambiental não “atrasa” o progresso, pois muito mais empregos geram as alternativas energéticas e o apoio à policultura familiar, do que extrair petróleo e desmatar para introduzir soja e gado. Manter uma sólida base de impostos, não é “tirar da população”, é assegurar contrapesos indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado do país.

As alternativas não apresentam sonhos, apresentam resultados. Formas participativas e mais democráticas de gestão estão deixando de ser apenas um ideal. Mas as escalas ainda são

dramaticamente insuficientes. O universo científico e acadêmico é hoje chamado a se atualizar, a colaborar nesta construção de formas inovadoras de gestão, de planejamento, de desenho de novos rumos, e sobretudo de ampliar a cultura científica para que atinja uma massa muito maior da população. Navegando na conectividade que as novas tecnologias permitem, as redes de cientistas que buscam soluções de bom senso aos dramas atuais e às ameaças que surgem, estão construindo novas visões, realistas e aplicáveis. O tempo urge.

Ladislau Dowbor é professor titular no Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Atua como conselheiro no Instituto Polis e outras instituições. Contato: ladislau@dowbor.org – <http://dowbor.org>